UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)

VERÔNICA DA SILVA MARTINS

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA: DA PRÁTICA DISCURSIVA À PRODUÇÃO DE UM EFEITO DE VERDADE

MARINGÁ- PR
2012

VERÔNICA DA SILVA MARTINS

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA: DA PRÁTICA DISCURSIVA À PRODUÇÃO DE UM EFEITO DE VERDADE

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras. Área de Concentração: Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profª Drª Maria Célia Cortez Passetti

MARINGÁ- PR
2012

VERÔNICA DA SILVA MARTINS

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA: DA PRÁTICA DISCURSIVA À PRODUÇÃO DE UM EFEITO DE VERDADE

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras. Área de Concentração: Estudos Linguísticos.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof.ª Dr.ª Maria Célia Cortez Passetti
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
– Presidente –

_____

Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
– Membro Titular –

_____

Prof.ª Dr.ª Luciana Salazar Salgado
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
– Membro Titular Externo -

Dedico este trabalho aos meus pais Paulo e Ilda, que sempre me apoiaram em todas as decisões da minha vida; aos meus irmãos Jessica e Natan, que pelo silêncio sempre me compreenderam nas horas difíceis; e ao meu marido Marcio, que esteve firme a meu lado durante esse momento de luta e batalha. Minha família, minha vida! Uma graça divina.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão se estende em primeiro lugar a Deus, pai todo poderoso, que me deu a graça de poder fazer esse curso, de me conceder a sabedoria e o entendimento para produzir este trabalho e a paciência e a persistência de não desistir diante das dificuldades;

À minha Nossa Senhora das Graças, pela intercessão a Jesus pelos meus pedidos e preces feitas no decorrer desse processo;

À minha família, que sempre esteve do meu lado, apoiando-me e dando força para que eu não fraquejasse;

Às minhas queridas amigas que sempre compartilharam dos momentos de dificuldade e superação: Pollyana Hoffmam, Marly Guirardelis, Rejone Valentim e Sara Inae dos Santos Ribeiro;

Aos colegas que fiz durante esse processo: Juliana Lima, Simone Limonta, Ludmilla e Valéria Maceis, Margarida Liss, Valquíria Botega e Andréia Zíngara;

À Prof.ª Dr.ª Luciana Salazar Salgado e ao Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa, pelas valiosas contribuições apresentadas no Exame de Qualificação;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras, pelos conhecimentos partilhados;

À Capes, pela Bolsa de Estudos que me foi concedida;

À minha orientadora, Prof.ª Dr.ª Maria Célia Cortez Passetti, sem a qual este trabalho não teria sido possível. Em primeiro lugar, pela mão que me estendeu quando fui aprovada; em segundo, pelos ensinamentos em sala de aula e de vida e, em terceiro, pela força e certeza de que “tudo daria certo” no final. Sem o apoio e dedicação dessa professora este trabalho certamente teria sido uma possibilidade e não uma realidade.

A porta da verdade estava aberta,
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.

Assim não era possível atingir toda a verdade,
porque a meia pessoa que entrava
só trazia o perfil de meia verdade.
E sua segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os meios perfis não coincidiam.

Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram ao lugar luminoso
onde a verdade esplendia seus fogos.
Era dividida em metades
diferentes uma da outra.

Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
Nenhuma das duas era totalmente bela.
E carecia optar. Cada um optou conforme
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

Não é de hoje que a produção midiática vem sendo alvo de questionamentos no mundo todo, no entanto, foi no decorrer das últimas décadas que pudemos conhecer algumas iniciativas profissionais no sentido de resgatar os valores do jornalismo em função da sociedade. Tais iniciativas se tornaram projetos maiores no Brasil a partir da década de 1960, com publicações do jornalista Alberto Dines, inspirado no modelo de *media criticism* americano. Um desses projetos que está em vigor na atualidade é o Observatório da Imprensa, que pautado no modelo de "crítico de mídia", coloca-se na função de "observar e monitorar" o trabalho das mídias brasileiras. Dessa forma, com a finalidade maior de apreendermos o funcionamento da prática discursivo-jornalística do OI (em relação a um tema específico), construímos nosso *corpus* em torno da temática do aborto, discutida pelo OI durante o segundo turno da campanha presidencial de 2010. Compreendemos que essa temática gerou uma grande polêmica e que cada posicionamento estaria sustentando um determinado efeito de verdade sobre o aborto na sociedade brasileira. Nesse sentido, os vários posicionamentos sobre o aborto, publicizados pelas mídias brasileiras, acabaram influenciando na campanha presidencial de 2010 e por esse motivo essa temática foi abordada na construção das críticas do OI em relação às mídias brasileiras. Todavia, consideramos que ao produzir as críticas o OI também acaba definindo qual era seu posicionamento sobre o tema sustentado por um efeito de verdade. Iniciamos nosso trabalho a partir dessas duas inquietações: compreender como ocorre o funcionamento da prática discursiva do OI e apreender a constituição de um efeito de verdade para seu posicionamento sobre o aborto. Partimos dos pressupostos teóricos básicos da Análise de Discurso pecheutiana, servindo-nos especificamente de alguns conceitos posteriores desenvolvidos por Dominique Maingueneau, passando também pelos estudos de Michel Foucault sobre a construção de efeitos de verdade. O percurso metodológico adotado após a leitura do arquivo consistiu da análise de sequências discursivas que determinaram um eixo de significação e de construção da verdade sobre o aborto em ano eleitoral em relação às notícias veiculadas pela grande mídia, alvo da crítica do OI. Analisados os simulacros produzidos pelo OI em torno dessa temática polêmica percebemos que em suas discursivizações há um constante trabalho com o discurso do Outro, representado pelas notícias veiculadas pela grande mídia. Nesse sentido, ocorre uma retomada desses discursos com o valor de depreciação e crítica que culminará na apresentação de outra versão da notícia, agora da posição-sujeito do OI. Tal processo se dá pela interincompreensão constitutiva, pelo trabalho das formações discursivas e do efeito metafórico. Observamos que a construção desses discursos induz não apenas à construção de críticas, as quais orientarão a formação de leitores, mas também acaba incidindo sobre a construção de um efeito de verdade que legitima tais dizeres e assegura sua circulação na comunidade acadêmica e pública como verdade.

Palavras-chave: *Media criticism*, prática discursivo-jornalística do OI e efeitos de verdade.

ABSTRACT

It is not today that media production has been the subject of inquiries throughout the world, however, was during the last decades we could meet some professional initiatives in order to rescue the values of the function of journalism in society. Such initiatives have become larger projects in Brazil since the 1960s, with publications of journalist Alberto Dines, modeled on the American media criticism. One such project that is in place today is the Observatory of Press, which ruled in the model of "media critic" puts himself in the role of "observe and monitor" the work of the Brazilian media. Thus, in order to grasp the higher functioning of the practice of the OI journalistic discourse (in relation to a specific topic), built our *corpus* around the theme of abortion discussed by OI during the second round of the presidential campaign of 2010. We understand that this issue has generated a great controversy and that each position is supporting an effect of truth about abortion in Brazilian society. In this sense, the various positions on abortion, publicized by the media in Brazil, eventually influencing the presidential campaign of 2010 and therefore this issue was addressed in the construction of the criticisms of the OI in relation to Brazilian media. However, we believe that by producing the criticism the Oi also just defining what was his position on the issue supported by a true effect. We started our work from these two concerns: to understand how the operation is the discursive practice of the OI and seize the constitution of a true effect of their position on abortion. We start from the basic theoretical assumptions of pecheutiana Discourse Analysis, serving specifically in some later concepts developed by Dominique Maingueneau, also going by the studies of Michel Foucault about the construction of true effects. The methodological approach adopted after reading the file consisted of the analysis of discursive sequences that determine an axis of meaning and construction of the truth about abortion in an election year in relation to the news reported by mainstream media, the target of criticism of the OI. Analyzed the simulations produced by OI around this controversial issue realize that inhis speeches there is a constant work with the discourse of the Other, represented by the news reported by mainstream media. In this sense, there is a resumption of talks with the amount of depreciation and criticism that will culminate in the presentation of another version of the news, now the subject position of the OI. This process occurs by constitutive “interincompreensão”, by the work of formations discursive and metaphorical effect. We note that the construction of these speeches not only induces the construction of criticism, which guide the formation of readers, but also just focusing on the construction of an effect of truth that legitimizes such sayings and ensures its circulation in the academic community and public as truth.

Keywords: Media criticism, practical journalistic discourse of the OI and the effects of truth.

LISTA DE SIGLAS

OI – Observatório da Imprensa

AD – Análise de Discurso francesa

GEPOMI – Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos

GM – Grande Mídia

SD – Sequência Discursiva

FD – Formação Discursiva

FI – Formação Ideológica

FIm – Formação Imaginária

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - O OI como mediador e crítico da relação entre a GM e os "já mediados por ela" 52

FIGURA 2 - O processo enunciativo-comunicativo da GM observado pelo OI 54

FIGURA 3 - O aborto e suas relações interdiscursivas com os campos discursivos 54

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- lugar discursivo e social do OI 36

QUADRO 2 - Formações imaginárias – (Fonte Pêcheux 1997a, p.83) 43

QUADRO 3 - Formações imaginárias – Referente – (Fonte Pêcheux 1997a, p.84) 44

QUADRO 4 - Derivações das formações imaginárias de A 44

QUADRO 5 - Imagem do OI sobre si mesmo 45

QUADRO 6 - Imagem que o OI faz de seus interlocutores 47

QUADRO 7 - Imagem que o OI faz do seu referente 49

QUADRO 8 - A crítica ao saber que rege as FDs dos candidatos à presidência 78

QUADRO 9 - A crítica ao candidato José Serra 81

QUADRO 10 - A crítica à intervenção da igreja em assuntos políticos 85

QUADRO 11 - O lugar da religião na sociedade 89

QUADRO 12 - Deslizamento do enfoque temático da polêmica sobre o aborto 91

QUADRO 13 - Crítica e silenciamento ao dito pela GM 93

QUADRO 14 - Crítica e visualização do não-dito pela GM 96

QUADRO 15 - Distanciamento da prática discursiva do OI com o saber que rege a GM 98

QUADRO 16 - O regime de verdade da prática do OI 103

QUADRO 17 - Eixos argumentativos que sustentam o regime de verdade da prática do OI 106

QUADRO 18 - A verdade do OI sobre o aborto 109

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS 13

CAPÍTULO 1 - O OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA: DO LUGAR SOCIAL AO DISCURSIVO 21

1.1 O OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA E SEU LUGAR SOCIAL 21

1.2 O OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA E SEU LUGAR DISCURSIVO 26

1.2.1 PRINCÍPIOS BÁSICOS DA AD: SENTIDO, DISCURSO E SUJEITO 27

1.2.2 UM LUGAR SOCIODISCURSIVO PARA UM "OBSERVADOR" DE PRÁTICAS DISCURSIVAS MIDIÁTICAS 33

CAPÍTULO 2 - O PROCESSO ENUNCIATIVO-COMUNICATIVO DO OI 41

2.1 O CONCEITO DE FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS EM PÊCHEUX 41

2.1.2 AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS CONSTRUÍDAS PELO OI 45

2.2 OS PROCESSOS DE MEDIAÇÃO PRESENTES NA DISCURSIVIZAÇÃO DO OI SOBRE O ABORTO 51

2.2.1 AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE UM OBSERVADOR E SEU ALVO 51

CAPÍTULO 3 - OS PRINCIPIOS TEÓRICOS UTILIZADOS PARA A ANÁLISE DO FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA CRÍTICA DO OI 56

3.1 DISPOSITIVOS TEÓRICO-ANALÍTICOS DA AD: DA FORMAÇÃO DISCURSIVA ÀS RELAÇÕES INTERDISCURSIVAS 56

3.2 A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA VERDADE 65

CAPÍTULO 4 - O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DE CRÍTICA DO OI E A CONSTRUÇÃO DE UM POSICIONAMENTO EM RELAÇÃO À TEMÁTICA ABORTO 76

4.1. AS CRÍTICAS AOS SUJEITOS POLÍTICOS NA MÍDIA EM RELAÇÃO AO CAMPO RELIGIOSO 76

4.2 AS CRÍTICAS AOS SUJEITOS RELIGIOSOS NA MÍDIA EM RELAÇÃO AO CAMPO DA POLÍTICA 84

4.3 AS CRÍTICAS AOS SUJEITOS DA MÍDIA DISCURSIVIZANDO O TEMA DO ABORTO EM RELAÇÃO AOS CAMPOS POLÍTICO E RELIGIOSO 92
4.4 O REGIME DE VERDADE QUE SUSTENTA O POSICIONAMENTO DO OI SOBRE O ABORTO 101

CONSIDERAÇÕES FINAIS 113

REFERÊNCIAS 118

ANEXOS 121

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Já houve tempos em que a mídia estava ao alcance de poucos e devido a isso, o interesse sobre ela ainda não havia se difundido; hoje, ela está em todo lugar, pois as pessoas sentem a necessidade obter informações úteis para seu dia-a-dia ou até mesmo para sua convivência e sobrevivência na sociedade. No entanto, no auge de sua produção e consumo, a mídia vem sendo contestada, pois existem muitas dúvidas sobre as reais intenções do que ela coloca como pauta para ser debatido. São recorrentes alguns questionamentos sobre ela, tais como: quais têm sido as relações estabelecidas entre a informação e seus patrocinadores? O que é visto como liberdade de imprensa? De que forma essa liberdade vem sendo utilizada pelos meios de comunicação? Essas perguntas são resultado de uma geração que começa a questionar o trabalho da mídia devido a sua representatividade na sociedade ou ainda ao "quarto poder" que ela exerce.

De acordo com alguns estudiosos, a mídia vem sendo questionada devido a sua relação intensa com o mercado, já que é mantida por anunciantes que visam à lógica comercial. Nesse contexto, existe uma forte desconfiança dos valores que norteiam as redações das notícias e de como a produção da informação pode beneficiar ou não determinados grupos na sociedade. Dessa forma, ressaltamos o papel de um controle de qualidade da mídia ou ainda dos meios que assegurem sua responsabilidade social. Contudo, sabemos da existência das muitas iniciativas com o fito de observar e regular a produção jornalística das práticas midiáticas com base nos princípios que regem a profissão. Assim, situados no campo teórico da Análise de Discurso francesa, doravante AD, nosso enfoque neste trabalho é apreender o funcionamento de uma prática discursiva jornalística do Observatório da Imprensa, chamado aqui de OI, que se coloca na função de "observar e monitorar" o trabalho das mídias brasileiras.

O interesse pelo tema surgiu de nossa participação no Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos (GEPOMI/CNPq-UEM) liderado por nossa orientadora e pela colaboração em seu projeto institucional de pesquisa sobre as "Práticas discursivas político-midiáticas na contemporaneidade". A partir dos objetivos gerais do GEPOMI de estudar discursivamente as relações entre mídia e política foi construído, pelos colaboradores que nele atuam, um grande arquivo de textos que circularam nas mídias referentes à campanha eleitoral de 2010, momento privilegiado de observação da relação entre esses dois campos discursivos. Esse grande arquivo serviria, posteriormente, de *corpus* para as pesquisas do grupo, pois os

pesquisadores do GEPOMI poderiam investigar e analisar o funcionamento das diversas práticas discursivas político-midiáticas presentes na contemporaneidade.

No decorrer da campanha presidencial de 2010, cada colaborador ficou responsável por uma prática discursiva midiática. Coube a nós a coleta dos textos publicados no OI compreendidos neste trabalho como uma prática discursiva jornalística de observação das mídias brasileiras. Tais práticas midiáticas são os maiores e mais reconhecidos veículos de comunicação em nível nacional, tais como: Revista Veja, Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Estado de São Paulo, Revista Época e Revista Carta Capital, doravante resumidamente citados aqui como Grande Mídia (GM). Portanto, o OI se tornou interessante para as pesquisas do GEPOMI justamente por seu lugar de prática discursiva de "crítica da mídia" que se propunha a "analisar e monitorar" a produção discursiva de outras práticas midiáticas no contexto da disputa eleitoral de 2010.

Após construirmos um arquivo com os textos publicados no OI durante a campanha eleitoral de 2010, selecionamos os que tinham como tema o aborto, mais especificamente os que foram publicados durante o segundo turno da campanha. Tal recorte se deve a três motivos, quais sejam: o primeiro, pela quantidade de textos publicados na home page do OI acerca do tema; o segundo, por se tratar justamente de um tema[1] partilhado por vários campos discursivos, e por fim, por ter sido amplamente discutido durante o segundo turno da campanha como condição para a escolha do voto.

Dessa forma, recolhidos os textos que fariam parte do núcleo do *corpus*[2], construímos um "arquivo âncora", pois como as críticas estavam relacionadas à GM e ao tema do aborto, precisaríamos da leitura desse arquivo para compreendermos os motivos das críticas produzidas pela prática discursivo-jornalística do OI. Dessa maneira, tínhamos dois arquivos, um que comporia o *corpus* e outro que estava relacionado à crítica do OI em relação à GM e como ela discursivizou a temática do aborto durante o segundo turno da campanha

[1] No terceiro capítulo, discutimos o estatuto dos temas a partir de Maingueneau e tais considerações ampliarão a compreensão da importância do tema na constituição de um discurso.

[2] Os textos que compõem o *corpus* deste trabalho são: Pausa na baixaria, publicado na seção Eleições 2010 em 7/10/10; Debate farisaico, Mídia & Aborto em 10/10/10, Imprensa livre. Imprensa boa?; Censura e Qualidade em 11/10/10; Tom moralista pauta campanha, Eleições 2010 em 12/10/10; Para abolir o aborto, Eleições 2010 em 12/10/10; O debate fora de lugar, Aborto na mídia 12/10/10; Entre a IURD e a Opus Dei, Eleições 2010 em 12/10/10; Entre a hipocrisia e o atraso, Eleições 2010 em 12/10/10; Entre a coerência e a superficialidade, Voto & Religião em 12/10/10; Aborto na campanha e na pauta, Eleições 2010 em 12/10/10; Apanhados em flagrante de delito, Eleições 2010 em 18/10/10; Debates são notícias e não eventos de outra emissora, Telejornalismo em close em 19/10/10; Aborto tratado como "batata quente", Mídia & Eleições em 19/10/10; A instrumentalização da religião, Mídia & Eleições em 19/10/10; Os vendilhões do pleito, Mídia & Eleições em 19/10/10; Mídia não debate contradições, Mídia & Eleições em 19/10/10; Aborto, criminalização e hipocrisia, Mídia & Saúde em 23/10/10; Eleição não é profissão de fé, Eleições 2010 em 26/10/10; Com a paciência esgotada, Eleições 2010 em 27/10/10; O papa interfere na campanha, Política & Religião em 29/10/10; e O fim da campanha eleitoral, Debate da Globo em 30/10/10.

presidencial de 2010. Depois da leitura atenta e do levantamento das primeiras impressões discursivas, chegamos às memórias discursivas de notícias e declarações publicizadas na GM sobre o aborto, as quais, por seu turno, amparavam a produção da crítica pela prática discursivo-jornalística do OI.

Para compreendermos melhor como o aborto se tornou um tema para debate durante o segundo turno e base do recorte que fizemos para constituir o *corpus* analítico deste trabalho, é necessário retomar a sua trajetória durante a campanha. Constatamos que o tema aborto surgiu como foco das eleições durante o primeiro debate online, promovido pelo Jornal Folha de São Paulo e pelo portal de notícias da UOL, ainda no primeiro turno da campanha presidencial. Nessa ocasião, no quarto bloco de debate, uma internauta fez a seguinte pergunta à candidata do governo Dilma Rousseff:

> *Em sabatina da Folha em 2007, ela deixou claro ser abertamente favorável a legalização do aborto e que o programa de governo entregue no TSE também previa isso. Ela vai trabalhar por isso quando estiver no governo?*

Dentre todas as considerações feitas pela candidata, o ponto crucial se dá a partir das várias interpretações que o seguinte trecho tomou durante a campanha:

> *Trata se não de uma questão de foro íntimo, eu* ***pessoalmente não sou a favor do aborto****, agora acho que* ***o Brasil tem de ter uma política de saúde pública*** *que permita a mulher ser protegida e a seu filho, no caso dela recorrer ao aborto, aos seus filhos serem protegidos da perda da mãe também.*

Compreendemos que a resposta da então candidata Dilma Rousseff surge como acontecimento discursivo, pois irrompe na atualidade produzindo novos efeitos de sentidos sobre o que ela, até então, considerava sobre o aborto. Consideramos que um acontecimento discursivo é aquele que rompe com a ordem de outros discursos, provocando uma nova organização dos espaços discursivos ao operar uma reconstrução dos espaços de memória e evidenciar novas condições de produção e efeitos de sentidos de acordo com os pressupostos teóricos de Pêcheux.

O deslize de sentido entre ser ou não favorável à prática do aborto acontece porque a candidata é confrontada por suas opiniões quando ainda ocupava o lugar social de Chefe da Casa Civil. Observamos que quando Dilma passou a ocupar o lugar de candidata à presidência, sua prática discursiva passou a sofrer coerções próprias do espaço discursivo eleitoral e daí o motivo de ela ter se posicionado de forma diferente, nesse caso respondendo

ao tema a partir de uma posição política de representação nacional, distinta da forma pela qual ela se posicionara acerca da temática. Dessa forma, a resposta de Dilma rompe com tudo o que ela já havia declarado sobre o tema e então a mídia começa a fazer circular esse acontecimento e o tema sobre o qual ele se destacou.

Quando o aborto foi levantado como discussão no espaço público, ocorreu uma reorganização dos veículos midiáticos em massa para evidenciar que essa temática era necessária naquele momento político. Outro fator que levou o tema aborto a se tornar tão evidente para a campanha presidencial, além do acontecimento discursivo gerado em torno da declaração da candidata Dilma Rousseff, foi a relação estabelecida entre o aborto e o voto religioso que, de acordo com a GM, representaram os votos recebidos por Marina Silva no primeiro turno das eleições. Assim, como o tema é partilhado pelos campos da política, mídia e da religião, o OI, ao "observar e monitorar" a prática jornalística da GM, acaba por opinar/avaliar as próprias relações estabelecidas entre esses diversos campos mobilizados pela GM em sua discursivização da temática do aborto.

Notamos, contudo, que os estudos publicados sobre o OI ainda não objetivavam esse funcionamento discursivo complexo de crítica e observação midiática, uma vez que nossa pesquisa, quanto ao estado de arte produzido sobre o OI, revelou que os trabalhos concluídos estão filiados aos estudos da comunicação e do jornalismo, os mais interessados em descrever essa prática chamada de *media criticism*, ainda nova no Brasil. Tais estudos podem ser exemplificados com o trabalho *Media Criticism no Brasil: o Observatório da Imprensa*, de Afonso de Albuquerque, João Damasceno e Marco Antônio Roxo (2002), que propõe uma análise do OI em relação à prática jornalística, dando enfoque às suas relações de proximidade e deslocamentos com o modelo original americano.

Existem ainda trabalhos da área da comunicação pautados na Análise de Conteúdo que propõem uma definição e análise da constituição desse tipo de discurso construído pelo Observatório de Imprensa, como, por exemplo, *De olhos nos observatórios: um estudo comparativo das críticas no Observatório de Imprensa e do Canal da Imprensa, de Cristiane costa Vasconcelos (2005).* Pela breve pesquisa em torno do estado de arte dessa temática já publicada, destacamos que não encontramos trabalhos que problematizassem o funcionamento discursivo dessa prática discursiva de observação e regulação pelo viés teórico da Análise de Discurso francesa. Vimos então uma lacuna que nosso trabalho poderia ousar preencher contribuindo, dentro dos nossos limites, para os estudos discursivos na área da comunicação e da política.

Nossa problemática l visou a *compreender como se dá o funcionamento da prática discursivo-jornalística de crítica midiática do OI* em período eleitoral. Assim, como um dos temas mais comentados no segundo turno foi a questão do aborto, ressaltando as já sempre polêmicas relações entre política e religião, delimitamos o tema do aborto como norteador do recorte para a construção de um *corpus*. Este deveria nos permitir refletir mais especificamente sobre a prática discursiva do OI no sentido de identificar em qual lugar discursivo o OI partiu para poder fazer a sua crítica à GM, qual forma-sujeito sustentou esse poder de crítica para poder finalmente descrever o funcionamento dessa posição-sujeito de crítica em termos dos alvos e dos movimentos discursivos por ela visados. Ao final poderíamos, então, compreender qual o posicionamento do OI em relação ao tema do aborto nas eleições.

Para alcançarmos todos os objetivos acima traçados e analisarmos a construção discursiva de um efeito de verdade como resultado do posicionamento assumido pelo OI, foi necessário um percurso teórico que mobilizou conceitos de três grandes teóricos da AD: Michel Pêcheux, por trazer os princípios fundadores da disciplina; Michel Foucault, por suas reflexões discursivo-filosóficas sobre a verdade, e Dominique Maingueneau, por suas considerações referentes à prática discursiva em suas relações interdiscursivas. Cientes das diferenças epistemológicas entre esses três autores, arriscamo-nos a trabalhar com alguns de seus conceitos que nos ajudassem a clarear o funcionamento dessa prática discursiva complexa do OI.

Assim como já afirmamos anteriormente, é válido destacar que, desses três campos teóricos, a perspectiva teórica que orienta fundamentalmente este trabalho é a de Pêcheux, através da qual compreendemos o discurso enquanto efeitos de sentidos entre os interlocutores. Assim, cada posicionamento discursivo é resultado de um processo que é denominado nessa corrente teórica assujeitamento ideológico; em outras palavras, um indivíduo existe enquanto sujeito porque está interpelado por uma determinada ideologia. É por esse motivo que acreditamos que não pode haver discursos ou superfícies discursivas que sejam de fato objetivos e imparciais, uma vez que para ser sujeito de um discurso existe necessariamente o processo de interpelação ideológica.

Destarte, a interpelação fica opaca na superfície discursiva, fazendo com que os sentidos produzidos tenham o efeito de evidência e sejam considerados únicos. A Análise de Discurso francesa irá justamente interrogar a constituição desses discursos para entender e analisar como acontece a produção da evidência, assim como interrogamos a construção da evidência de um determinado efeito de verdade sobre a temática do aborto pelo OI. No

decorrer do trabalho, também recorremos a alguns estudos brasileiros que têm avançado progressivamente nos estudos da AD com base em Pêcheux no que se refere à categoria do sujeito, como posição-sujeito, forma-sujeito e lugar discursivo. Tais estudos são recentes, mas nos auxiliaram na compreensão do funcionamento discursivo dessa prática discursiva de observação e crítica midiática.

Por outro lado, necessitamos também de um aparato teórico que contemplasse a verdade de uma perspectiva discursiva; assim, retomamos Michel Foucault[3] que, no decorrer de sua obra, conseguiu traçar uma história crítica da verdade. Pontuamos que Pêcheux e Foucault são estudiosos reconhecidos na Análise de Discurso francesa, mas é necessário informar que não partilham dos mesmos objetivos nem métodos de análise; no entanto, neste trabalho, eles convivem na medida em que fazemos uso apenas das considerações de Foucault no tocante à verdade.

Servimo-nos, finalmente, de alguns conceitos operacionais de análise propostos por Dominique Maingueneau, porque em seus trabalhos este autor consegue traçar caminhos paralelos aos de Pêcheux e Foucault, fornecendo categorias úteis metodologicamente ao analista tais como as de prática discursiva, interdiscurso e interincompreensão. Verificamos que tais caminhos são imprescindíveis para esta pesquisa, uma vez que, como já assinalamos, o OI se apresenta como um atualizador de outros discursos já significados anteriormente na sociedade; assim, a interpretação que o OI faz da prática discursiva da GM passa a ser seu discurso-Outro, em uma relação ao mesmo tempo enunciativo-comunicativa e discursiva entre o OI e a GM. Assim, entendemos existir na construção da crítica do OI relações interdiscursivas com a prática discursiva da GM e os campos da política e da religião. Dessa maneira, Maingueneau é um ponto de partida para que possamos compreender melhor como ocorre a dimensão interdiscursiva da prática discursiva do OI, bem como a importância do plano temático na constituição desse discurso de crítica.

Salientamos, contudo, que existe uma dupla complexidade nesse trabalho: em primeiro lugar, temos a constituição de um lugar discursivo que legitima a prática discursivo-jornalística do OI a se comportar como uma "agência" autorizada a analisar o trabalho das práticas midiáticas. Dito de outra forma, esse lugar, ocupado pelo OI, confere-lhe poderes que vão além da função de informar a sociedade sobre a mídia, mas principalmente avaliá-la pelos princípios que regem o jornalismo. Nesse âmbito, assinalamos que a constituição desse lugar

[3] Dada a vastidão e complexidade da obra foucaultiana e os limites de tempo para a execução desta dissertação, tomamos a obra de Candiotto como fio orientador em algumas obras do autor que tratavam da questão da verdade.

é uma primeira incógnita, ou melhor, compreender quais são as características desse lugar, bem como sua constituição discursiva é de suma relevância para que possamos apreender o modo de funcionamento da crítica do OI em relação à temática do aborto.

Em segundo lugar, observamos que o principal alvo das críticas do OI, a GM, não se trata de um discurso uno, mas sim atravessado pela mediação que faz dos campos discursivos da política e da religião no que tange à problemática do aborto. Dessa maneira, consideramos que a produção da crítica do OI também estará determinada antes pelas relações interdiscursivas que a GM mantém com seus alvos de mediação para a sociedade. E, nesse caso, a crítica será produzida pelas relações que ela estabeleceu com tais campos durante a campanha presidencial de 2010.

Nesse sentido, partindo de tais pressupostos selecionamos, durante a sistematização do arquivo, sequências discursivas[4], doravante SDs, de críticas do OI em relação à GM. Todavia, constatamos que as críticas não estavam apenas direcionadas à prática da GM, mas também aos campos político e religioso a partir dos quais os sujeitos desses campos posicionaram-se na mídia sobre o aborto. Logo, construímos três blocos compostos por SDs que materializam as críticas do OI: aos sujeitos religiosos, aos políticos-candidatos e à GM.

Definidas as orientações teóricas e metodológicas deste trabalho, bem como identificados os campos discursivos envolvidos na discursivização do aborto, iniciamos a construção dos capítulos teóricos e analíticos com o propósito de respondermos aos objetivos deste trabalho.

No primeiro capítulo, buscamos compreender sobre qual lugar social e discursivo o OI se posiciona para produzir sua crítica à GM. Quando nos perguntamos quais são os sujeito autorizados a enunciar no OI, percebemos que, mesmo pertencendo ao campo discursivo midiático, assim como a GM, o OI precisa construir um lugar discursivo diferente que legitime sua função mediadora e crítica. A partir desse problema, procuramos algumas considerações de autores como Bertrand (1999), Merkx (1999) e Vasconcelos (2005), que têm discutido sobre o lugar social destinado a práticas como a do OI, que têm como foco "observar e monitorar" as práticas midiáticas. Já no segundo momento, buscamos os princípios básicos da AD sobre ideologia, discurso, formação discursiva, sentido, sujeito, forma-sujeito, posição-sujeito e lugar discursivo. Tal recorte foi necessário para que prosseguíssemos com a análise do *corpus* formado por SDs, que materializavam a

[4] A SD é uma sequência discursiva escolhida como ponto de referência pela qual o conjunto dos elementos do *corpus* será organizado, uma vez que, de acordo com Courtine (1982, p.52), ela está relacionada a um sujeito de enunciação e a uma situação de enunciação.

constituição do lugar sociodiscursivo próprio para uma prática discursivo-jornalística de observação midiática.

No segundo capítulo, retomamos como se constitui o processo enunciativo-comunicativo da prática do OI em relação à GM e como esse discurso sobre o aborto se constitui nas relações estabelecidas com os campos da política e da religião. Para tanto, fizemos uma revisão teórica do conceito de formação imaginária bem como a análise de como elas se manifestam na prática discursiva do OI. Posteriormente, procuramos compreender no que consiste a complexidade desse processo enunciativo da crítica do OI por meio dos processos de mediação presentes em sua discursivização sobre a temática do aborto nas condições de produção de uma disputa presidencial.

Já no terceiro capítulo, propomos uma retomada dos princípios teórico-analíticos utilizados para a compreensão do funcionamento da crítica do OI, tais como: interdiscurso, plano do tema, polêmica como interincompreensão constitutiva e memória discursiva. Foi necessária também uma revisão dos pressupostos teóricos sobre a construção discursiva da verdade com base em (re) leituras de Michel Foucault.

No último capítulo, debruçamo-nos sobre o trabalho analítico que nos levaria a apreender o funcionamento discursivo de crítica do OI e a construção de seu posicionamento em relação à temática do aborto.

CAPÍTULO 1 - O OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA: DO LUGAR SOCIAL AO DISCURSIVO

Para que pudéssemos chegar ao objetivo geral deste trabalho, o primeiro ponto seria entender como se constitui o lugar social e discursivo ocupado pelo OI. Tais lugares são importantes porque determinam o funcionamento da crítica dessa prática discursiva[5] em relação à GM. Em outras palavras, buscamos entender como esse colocar-se "acima de tudo e de todos", no próprio campo da mídia, se faz necessário para que o Observatório possa produzir suas críticas.

No presente capítulo, objetivamos investigar e compreender como esses lugares se constituem e quais são os poderes que dão para o OI para que se posicione no lugar "acima" dos seus alvos de crítica. Para tanto, dividimos o capítulo da seguinte forma: o Observatório da Imprensa e seu lugar social; o Observatório da Imprensa e seu lugar discursivo; os princípios básicos da AD: sentido, discurso e sujeito, e por fim, no item: 'um lugar sócio discursivo para um "observador" de práticas midiáticas', analisamos como se constitui o lugar discursivo do OI e de que maneira os pressupostos teóricos reportados nos auxiliam na construção dessa análise.

1.1 O OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA E SEU LUGAR SOCIAL

A prática discursiva do OI – *media criticismo no Brasil* – foi e é resultado de algumas experiências profissionais, especialmente do jornalista Alberto Dines. Para Merkx (1999), essa prática tem condições de produção específicas próprias da contemporaneidade, tais como

[5] É importante destacar que ao considerarmos o OI como uma prática discursiva, partilhamos das mesmas considerações de Maingueneau (2008), uma vez que somente por meio dela podemos apreender a relação de uma formação discursiva com a comunidade discursiva que a produziu. Dessa forma, consideramos a constituição do discurso para além de suas imbricações textuais, levando em conta os elementos não textuais que integram esse processo. De acordo com Maingueneau (2008), o discurso deve ser analisado com base nas coerções semânticas que ele sofre a partir da instituição na qual ele é produzido; daí a relação entre discurso e instituições a partir de um sistema de coerções semânticas comuns. Partindo não do discurso em si, mas de uma prática discursiva, propusemo-nos a apreender o modo de funcionamento de uma prática discursiva de observação e crítica em sua relação com a comunidade discursiva na qual é produzida e legitimada na sociedade para monitorar as práticas midiáticas.

a emergência da mídia enquanto espaço público destinado ao debate social, o que confere a ideia de que existe um livre fluxo de informação que também já foi influenciada pela lógica comercial. Assim, a informação passou a produzir lucro para seus proprietários, e consequentemente, a gerir empregos e cargos, funções e rendimentos dentro do sistema capitalista.

Merkx (1999) aponta que a partir dessa nova configuração da mídia em relação ao capitalismo, e principalmente das coerções sofridas pelo jornalismo, observamos as condições sócio históricas que regem o aparecimento de práticas de observação midiática, assim como a do OI que busca refletir criticamente sobre as atividades da GM.

Dessa forma, a produção da notícia a partir de uma lógica comercial pautou o questionamento da legitimidade do jornalismo praticado pela mídia e esse cenário impôs a necessidade da intervenção de um "meio ou prática" que se destinasse a discutir tais questões e promovesse a construção de uma identidade não só para o jornalismo, mas também para a informação enquanto objeto de conhecimento. Isso se deve a uma progressiva conscientização dos profissionais da comunicação e do jornalismo (MERKX, 1999); com isso, começaram a surgir iniciativas não governamentais, ligadas ou não às universidades, no sentido de se fazer uma vigilância e exercer um controle sobre a qualidade da informação produzida pela mídia. Nas palavras do autor:

> [...] um controle que visa resgatar ou defender o direito a uma informação verdadeira e que, como acontece com as entidades similares espalhadas pelo mundo, não pretende punir profissionais ou empresas que cometam erros, mas educá-los para que os problemas não se repitam (MERKX, 1999, p.3).

Essas organizações, destinadas a monitorar o trabalho da mídia, surgem da necessidade de se preservar a ética do jornalismo, objetivando com que os deslizes (opinativos e interpretativos) sejam erradicados e a informação volte a ser dada a partir de uma relação direta[6] com o mundo. Entendemos que a prática jornalística do *media criticism* do OI surge pela necessidade do homem se comunicar com a sociedade e mostrar como a mídia tem se relacionado com o capitalismo e de que forma este a determina hoje. Em suma, para Vasconcelos (2005, p.11), "[...] o *media criticism* nasceu junto à certeza de que era necessária a utilização de instrumentos que buscassem um alinhamento ético dos meios de

[6] Cabe frisar que essa visão dos teóricos da comunicação não é partilhada pelos analistas de discurso. Estes defendem que a relação do homem com o real do mundo é sempre intermediada pelo simbólico, logo a interpretação é constitutiva do sujeito e, portanto, sempre vai existir, fato que não impede a mídia de produzir efeitos de objetividade em seus discursos.

comunicação [...]", ou seja, ele se concentra na atividade de vigiar e controlar o trabalho jornalístico da grande mídia, tendo em vista "resgatar" o direito dos cidadãos a uma informação "verdadeira". De acordo com as autoras, temos um cenário em que é imprescindível o controle da mídia, atestada pelos seus precursores e em parte pelo cidadão, para que não continue a fazer da informação um mercado editorial, ou melhor, a *media criticism* é convocada a se estabelecer enquanto prática e está legitimada por essa necessidade social.

Outra problemática levantada sobre a produção midiática na contemporaneidade foi sua relação com a política. Fausto Neto (2004, p.120) alega que em determinados momentos políticos que envolvem a população, a instância pública pode verificar como a mídia age sobre o campo da política, pois ela coloca em discussão acontecimentos e situações que publicizam a política e a torna visível em todos seus aspectos para a sociedade. O autor ainda afirma que o trabalho midiático agenda pautas e problemas que o espaço público deve observar e dar visibilidade a certos acontecimentos em detrimento do silenciamento de outros. E o discurso jornalístico funciona como um sistema leitor desses acontecimentos, pois "[...] é no âmbito da manifestação discursiva que a política diz à mídia que ela é seu principal sistema leitor [...]". Dessa forma, para que a política possa "fazer conhecer e reconhecer", ela necessita passar pelas operações de anúncio e decifração da atividade midiática.

Nesse contexto, essa nova configuração da mídia no tocante a sua participação ativa no agendamento de pautas em momentos políticos decisivos na sociedade, bem como sua intervenção aponta para condições sócio históricas do aparecimento do OI como um dos meios de se observar e monitorar a atividade da mídia na atualidade. Entendemos que essa reflexão se tornou inevitável devido ao poder que adquiriu nos últimos anos por ser considerada uma mediadora e difusora de informação e por ser aquela que informa e tem o poder de dizer algo sobre a sociedade. Esse algo a ser dito muitas vezes passou a ser regulado por interesses comerciais e políticos, e por isso a informação deixou de refletir apenas o fato, mas incidir sobre a construção de "verdades" objetivadas por alguns grupos econômicos e políticos. Dessa forma, compreendemos que a prática discursiva do OI funciona como um meio de se "observar e monitorar" o trabalho da mídia a partir das críticas que faz a ela buscando zelar pela função do jornalismo, que é de "servir aos interesses da população".

Bertrand (1999) é um dos autores que reflete sobre os meios de assegurar a responsabilidade social da mídia na contemporaneidade; para ele, toda imprensa deve ser primeiramente um serviço público, isto é, estar à disposição dos interesses do povo.

Consequentemente, "[...] a preocupação dos meios de comunicação em bem servir as pessoas também pode ser chamada de deontologia [...]" (BERTRAND, 1999, p.12).

> A deontologia – No que concerne à mídia, é um conjunto de princípios e de regras, estabelecidas pela profissão, de preferência em colaboração com os usuários, a fim de responder melhor às necessidades dos diversos grupos da população. (...) Para manter seu prestígio e sua independência, a mídia precisa compenetrar-se de sua responsabilidade primordial: servir bem a população (BERTRAND, 1999, p.23).

Nesse sentido, esse conjunto de regras estabelecidas pela profissão do jornalismo responde às necessidades dos usuários da mídia, e em consonância com o autor, devem ser seguidas para que a verdadeira função da mídia se estabeleça na sociedade. Em suma, trata-se de uma tradição de escrita que determina, por meio de um consenso entre os profissionais do jornalismo, o que "se faz" e "não se faz" (BERTRAND, 1999, p.52). Assim, compreendemos que o OI surge como esse lugar onde existe um compromisso com a deontologia das mídias, buscando exercer a função primordial dos meios de comunicação: "servir bem a população" e, para Bertrand (1999, p.71), "tratar de deontologia equivale a falar dos deveres dos jornalistas".

Compreendemos que a crítica do OI em relação às práticas midiáticas em circulação (grande mídia) é feita a partir dessa deontologia das mídias, assegurada pelas funções dos meios de comunicação, nesse caso: observar o entorno, assegurar a comunicação social, fornecer uma imagem do mundo, transmitir a cultura, contribuir pela felicidade: divertir e fazer comprar. Tais funções estão vinculadas aos valores jornalistas:

> No caso dos jornalistas: publicar um relato completo, exato, pertinente, equilibrado sobre a atualidade; dar aos cidadãos a informação de que necessitam; assim fazendo, não prejudicar ninguém. Pôr-se no lugar das pessoas afetadas pelo que se publica: considerar os efeitos a curto e longo prazo do que se revela. Geralmente, os valores jornalísticos estão vinculados às funções da mídia. Daí a necessidade de que o jornalista tenha uma consciência clara das funções (BERTRAND, 1999, p.74).

Assim, a prática discursiva do OI parte justamente desse conhecimento sobre a deontologia das mídias, bem como das funções da mídia e dos valores que cercam a profissão do jornalismo para "observar e monitorar" o trabalho das práticas midiáticas[7].

[7] Para Bertrand (1999), essa deontologia está pautada em Códigos de conduta da imprensa; Tipos de cláusulas dos códigos; Regras dos códigos: ideais, gerais, exceções, controvérsias; Obedecer às funções da mídia; O alcance das regras: próprias de alguns meios de comunicação, relativas a um setor da atualidade, próprias de

Com base nas considerações de Bertrand, podemos concluir que a prática de observação do OI está pautada na deontologia das mídias, ou seja, no conjunto de regras estabelecidas pelo jornalismo, uma vez que ela se apresenta como um meio de verificar sistematicamente a atividade midiática em torno das informações que prestam à sociedade. Salientamos que o OI também se configura a partir de um grupo destinado a ser um observatório da mídia. Desse modo, o primeiro ponto de sustentação das críticas operadas pela prática discursiva do OI é sua deontologia, pois ela surge da necessidade do homem em se comunicar com a sociedade e mostrar como a mídia tem se relacionado com o capitalismo e com os interesses políticos na atualidade.

Destacamos que o OI não foi a primeira prática discursiva que se embrenhou pelos caminhos da informação midiática, porque outras práticas já haviam iniciado o resgate dos valores do jornalismo, como o *Ombudsman*, uma coluna jornalística na qual os ouvidores de mídia promoviam críticas sobre o jornal em que era publicada mediante a autoanálise dos conteúdos, apontando as gafes e os erros cometidos pelos jornalistas. A prática do *Ombudsman* surgiu e foi praticada no Brasil tempos antes da *media criticism;* isso não aconteceu apenas em nosso país, mas também nos Estados Unidos, de onde o modelo foi inspirado.

A história do *media criticism* no Brasil pode ser resgatada a partir dos primeiros trabalhos de Alberto Dines, quais sejam: em 1965, com Cadernos de Jornalismo (Alberto Dines e Fernando Gabeira); dois anos mais tarde, com Cadernos de Jornalismo e Comunicação; em 1972, os Cadernos de Comunicação Proal – Livro: O papel do Jornal (Alberto Dines); em 1975, na Coluna "Jornal dos Jornais" (Folha de São Paulo, escrita por Alberto Dines); em 1977, nas Colunas "Jornal da Cesta" e "Pasca Tasca" (O Pasquim (SP e RJ) escrita por Alberto Dines); em 1982, na Revista Crítica da Informação (Carlos Eduardo Lins da Silva) e finalmente em 1987, com Revista Imprensa.

---

alguns países, próprias do terceiro mundo; Categoria dos profissionais: regras somente para patrões, somente para jornalistas; Sobre a responsabilidade das mídias: perante seus pares, suas fontes, as pessoas em causa, os usuários; Sobre as operações: obtenção da informação, seleção, tratamento-apresentação, Códigos dos meios de comunicação de entretenimento: jornalismo e entretenimento, códigos norte-americanos, código de radio e televisão americanos. A partir desse conjunto de princípios internos ao jornalismo Bertrand aponta que os mecanismos de assegurar a responsabilidade social da mídia (M*A*R*S) na sociedade atual estão pautados nos: Os atores: os patrões de meios de comunicação, os diretores da redação, os jornalistas, os usuários, histórico; Os meios: a avaliação, observação sistemática, a retroação; Documentos escritos ou transmitidos por radio e televisão: quadros de correção, cartas dos leitores, comentários contraditórios, questionários de exatidão e de qualidade, circulares externas, código de deontologia, seções-paginas sobre mídia, revistas críticas, relatórios e livros críticos, filmes e programas, pequena mídia contestadora, radio e televisão públicos. Indivíduos ou grupos: instancias de regulação, o cronista especializado, críticas internas, conselheiros de deontologia, o mediador, o conselho de imprensa local, a associação de cidadãos – militantes, conselho de disciplina, a sociedade de redatores, *o observatório da mídia*. Processos: educação universitária, a formação contínua, a mídia na escola, consulta com os usuários, os estudos de opinião, auditoria deontológica, pesquisa com fins lucrativos.

Nesse âmbito, o OI, partindo de determinadas funções e valores do jornalismo, configura-se na atualidade como um lugar destinado à reflexão crítica e ao monitoramento do trabalho que as práticas midiáticas, em geral, tem feito da informação ou ainda como uma agência de regulação da atividade jornalística e midiática. Visa-se a um controle para que essas práticas midiáticas jornalísticas respeitem os valores do bom jornalismo.

Entendemos que essa prática de observação funciona discursivamente como atualizadora de muitos discursos, e no caso específico desta pesquisa, é retomada como ponto de partida para a delimitação do *corpus* deste trabalho. Afirmamos, como exemplo, que o OI atualizou os discursos das diversas práticas midiáticas (GM) sobre o aborto durante a campanha presidencial de 2010. E é nesse papel de atualizador e observador que o OI não atua apenas como leitor, mas como autor de um discurso de crítica que responde à deontologia do jornalismo no sentido de "observar e monitorar" a atividade da grande mídia para que ela respeite sua única função social, que é a de "servir aos interesses da população".

1.2 O OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA E SEU LUGAR DISCURSIVO

Após identificarmos e compreendermos o lugar social em que se constitui a prática discursiva da crítica de mídia do OI, buscamos aparatos teóricos que fundamentam nossa análise sobre como e qual é o lugar discursivo ocupado/construído pelo OI para que suas críticas surtam o efeito de evidência no discurso. Para tanto, procuramos conceitos da Análise de Discurso francesa que nos permitam discutir as relações entre discurso, sujeito e sentido, tais como discurso, ideologia, sujeito, forma-sujeito, posição-sujeito e lugar discursivo. Ressaltamos que alguns desses conceitos foram tomados a partir de discussões de analistas de discurso brasileiros que vêm avançado progressivamente nos estudos e análises dessas categorias da AD.

1.2.1 Princípios básicos da AD: sentido, discurso e sujeito

A teoria do discurso "[...] como teoria da determinação histórica dos processos semânticos [...]" (PÊCHEUX; FUCHS, 1997b, p.163) tem como seu principal precursor Michel Pêcheux, o qual abriu um espaço teórico para que seu objeto de estudo, o discurso, fosse analisado enquanto processo de constituição dos sentidos por meio da história e do social. Essa nova empreitada teórica descobriu em que lugar a ideologia poderia estar materializada e onde a linguagem passava a ser referida em sua exterioridade. Diante disso, pensar nessas condições de constituição para o objeto discurso é fundamental para que entendamos a relação do político com a prática discursiva, já que "[...] é no discurso que o homem produz a realidade com a qual ele está em relação [...]" (ORLANDI, 2007a, p.39). E é em relação com o mundo que o homem pode se significar pela linguagem, e os sentidos, produzidos por seus discursos, passam a representar de que forma ele está afetado pelo sistema de produção em que se insere.

Henry (1997) afirma que, para Pêcheux, a concepção de linguagem como instrumento de comunicação deixava obscura sua relação com o político, e seria sob a prática do discurso que as marcas do sistema de produção estariam opacas e poderiam ser camufladas; assim, o discurso e a produção de efeitos de sentidos estariam no nível dos processos de significação. Por conseguinte, os processos discursivos, produzidos a partir da estrutura da língua, relacionam-se à exterioridade e às condições de produção que regulamentam sua existência e significação no mundo. Dessa forma, o discurso se estabelece enquanto objeto na medida em que promove a relação entre sujeito, linguagem e ideologia.

Os efeitos de sentidos produzidos pelos discursos, durante a interação de interlocutores, são determinados antes pela posição ideológica na qual os sujeitos estão inscritos. Assim, é por esse motivo que Pêcheux vê no discurso a possibilidade de se estabelecer uma teoria materialista dos processos discursivos, haja vista que a ideologia os perpassa e isso é o mesmo que admitir que ele seja sempre determinado por relações sócio históricas de (re) produção e constituição dos sentidos.

Pêcheux (1997b) propala que essa reprodução de sentidos ligados a uma ideologia continua nas relações de classes e é assegurada pelos aparelhos ideológicos de Estado, pois eles colocam em jogo práticas discursivas e sociais relacionadas a determinadas posições na luta de classes, uma vez que, de acordo com o autor, não podemos ver de um lado o discurso e

depois a ideologia, mas sim "[...] conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica [...]" (PÊCHEUX; FUCHS, 1997b, p.166).

Nesse sentido, a espécie discursiva pertence ao gênero ideológico, o que equivale a dizer que as formações ideológicas comportam formações discursivas "[...] interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma harenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura [...]" (PÊCHEUX; FUCHS, 1997b), a partir de certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico e inscrita em uma relação de classes.

Para a AD proposta por Pêcheux, é por meio do assujeitamento ideológico que um sujeito toma um lugar social e pode discursar. No entanto, esse processo não ocorre no nível da consciência, senão a partir dos esquecimentos a partir dos quais o sujeito se reconhece dentro de uma formação ideológica e reproduz em sua formação discursiva o que pode e deve ser dito em determinada conjuntura. Segundo Althusser (1970 apud HENRY, 1997, p.30), é apenas enquanto sujeito que uma pessoa é chamada a ocupar um lugar no sistema de produção e não existe prática a não ser sob uma ideologia: "Em outras palavras, todo sujeito humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática social enquanto sujeito [...]" (HENRY, 1997, p.30).

> 'A ideologia não tem exterior (a ela)', escreve Althusser. Ele não diz 'as ideologias não têm exterior'. Sem dúvida, para ele, há diferentes ideologias, diferentes posições ideológicas. Estas diferentes ideologias ou posições ideológicas são antagônicas (não em contradição). Assim, *uma* ideologia tem um "exterior", mas este exterior é de outras ideologias (HENRY, 1997, p.33).

Dessa forma, Althusser (1970 apud HENRY, 1997, p.33) já havia considerado que não existe no mundo apenas uma ideologia, mas sim várias, e não há como um indivíduo permanecer sem uma ideologia, porque seu exterior é composto por outras ideologias. Assim, se esse sujeito não está em uma ideologia ele está em outra, já que essa é a condição para que ele possa ocupar um lugar social e uma prática social e consequentemente significar a si pela linguagem. Logo, a posição ideológica na qual um sujeito está inscrito no momento da enunciação determina quais efeitos de sentidos podem ser produzidos nessa interação.

Nesse contexto, o sentido de uma palavra ou proposição muda em conformidade com a posição daqueles que a sustentam, e a AD não considera o sentido como resultado de uma relação única entre o significado de uma palavra e seu signo, mas sim da relação com o lugar ideológico de onde enunciam os sujeitos. Isso significa que no momento da enunciação os

sentidos são produzidos na medida em que o próprio discurso é constituído, no interior de uma formação discursiva, doravante FD, que lhe coloca a evidência dos sentidos próprios à formação ideológica na qual está inscrito. Para Pêcheux, é sobre uma formação ideológica que se organizará uma FD.

> Falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento (este aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento. Desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem "individuais' nem 'universais' mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras (PÊCHEUX; FUCHS, 1997b, p.166).

Entendemos que as formações ideológicas, doravante FIs, circunscrevem-se em determinadas posições de classes e, por consequência, estão em constante confronto pelo simbólico, visto que representam os diferentes lugares na luta de classes. Quando Pêcheux e Fuchs (1997b) afirmam que as representações construídas a partir das FIs não são nem individuais nem universais, isso significa que elas não são propriedades do indivíduo ou da sociedade, mas que se relacionam com as posições de classe em conflito umas com as outras.

Essas representações, por seu turno, determinam o que constitui as formações discursivas, já que são as FIs que organizam a constituição discursiva e simbólica das FDs. Nas palavras de Pêcheux e Fuchs (1997b, p. 11), "[...] as formações discursivas interligadas determinam o que pode ser dito a partir de certa relação de lugares interna a um aparelho ideológico e inscrita em uma relação de classes [...]".

> Enfim, sublinhemos que uma formação discursiva existe historicamente no interior de determinadas relações de classes; pode fornecer elementos que se integram em novas formações discursivas, constituindo-se no interior de novas relações ideológicas, que colocam em jogo novas formações ideológicas (PÊCHEUX; FUCHS, 1997b, p.167-168).

Destarte, como as FDs são constituídas a partir de FIs, que se relacionam com as posições de classes, elas também existem no interior de relações de classes. Dessa maneira, não são indiferentes ao posicionamento ideológico assumido pela FD que a constitui. Na acepção dos autores, podemos ainda observar que é a partir de condições de produção que uma determinada FD pode aparecer e produzir efeitos de sentidos. São as condições sócio históricas que determinam qual luta de classes se inscreve na história e, por conseguinte, quais ideologias estão em confronto pelo sentido. Consequentemente, as FDs, como representações

das FIs, reproduzem os sentidos nelas estabelecidos e se inscrevem nessa disputa pelo simbólico. Dessa forma, a produção dos sentidos está diretamente relacionada com a formação discursiva na qual ele se constitui.

> [...] para nós, a produção de sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar de "matriz do sentido". Isto equivale a dizer que é a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido assim como a relação a um referente que implique este efeito. (...) na realidade, afirmamos que o "sentido" de uma sequência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva (o que explica, de passagem, que ela possa ter vários sentidos) (PÊCHEUX; FUCHS, 1997b, p.169).

Pêcheux (1997b) enuncia que os sentidos serão constituídos e entendidos como efeitos pelo trabalho da interpretação se estiverem ligados a famílias parafrásticas, o que pressupõe que ao ser concebido no interior de uma FD, ele manterá uma relação de dependência com a matriz semântica que rege a sua constituição de sentidos. Possenti (2004, p.372) alega que, nessa concepção de Pêcheux, o efeito de sentido nunca é apenas o significado de uma palavra, todavia "[...] de uma família de palavras que estão em relação metafórica [...]". O sentido, então, na AD, não pode ser definido como algo definido e fechado, uma vez que está em relação com algo de natureza simbólica que se constitui sempre em relação às formações discursivas e à matriz semântica que constitui a posição social na qual é produzido.

> A evidência do sentido – a que faz com que uma palavra designe uma coisa – apaga o seu caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante. As palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações. Este é o efeito da determinação do interdiscurso (da memória) (ORLANDI, 2009, p.46).

Corroborando Orlandi, podemos compreender que a evidência do sentido apaga o caráter material (no caso, a ideologia sobre a qual o sentido se organiza) de sua constituição e deixa à disposição do sujeito uma gama de sentidos sob a ilusão de que apenas eles são possíveis no momento da enunciação. Tais sentidos, suscetíveis a virem a ser produzidos, são possíveis pela rede parafrástica que constitui a FD na qual o sujeito do discurso está inscrito. A AD entende que os sujeitos são sempre sujeitos enquanto constituídos *pela e para* a ideologia, uma vez que, para Althusser (1970 apud HENRY, 1997, p.30), é apenas enquanto

sujeito que um indivíduo é interpelado a ocupar um lugar social na luta de classes e a se inserir no sistema de produção.

O processo pelo qual o sujeito se reconhece dentro de um lugar social é recoberto pela interpelação do indivíduo em sujeito como resultado do assujeitamento ideológico. Por esse motivo, entendemos que apenas enquanto sujeito um indivíduo pode produzir discursos e efeitos de sentidos, porque esta é a condição de existência de sua posição e do simbólico inscrito em sua discursividade.

> [...] consiste no que se convencionou chamar *interpelação*, ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (PÊCHEUX; FUCHS, 1997b, p.165-166).

Portanto, compreendemos que o sujeito é levado sempre a ocupar um lugar social para que possa produzir discursos e produzir efeitos de sentidos a partir deles, já que esse lugar determina qual é sua posição na luta de classes e justamente é essa a condição que possibilita que tais sentidos sejam compreendidos entre os interlocutores. Em suma, para Pêcheux (2009, p.147), "[...] os indivíduos são "interpelados" em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam "na linguagem" as formações ideológicas que lhes são correspondentes [...]". Dessa forma, o autor nos leva a reconhecer que é nas FDs que o os sentidos são produzidos, uma vez que elas se encontram determinadas pela formação ideológica que fornece "[...] "a cada sujeito" sua "realidade", enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas [...]" (PÊCHEUX, 2009, p.149).

> Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto "pré-construído" e de "processo de sustentação") que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito (PÊCHEUX, 2009, p.150).

Pêcheux (2009) assinala que os elementos que constituem o interdiscurso aparecem determinando o sujeito "[...] impondo-dissimulando-lhe seu assujeitamento sob a aparência da autonomia, isto é, através da estrutura discursiva da forma-sujeito [...]" (PÊCHEUX, 2009,

p.151). Esta é compreendida no trabalho do autor a partir de Althusser (1970 apud HENRY, 1997, p.30) no sentido de ser a forma de existência histórica de um indivíduo (agente de práticas sociais); e como consequência, Pêcheux (2009, p.151) observa que a FD que projeta a forma-sujeito é dominante e as FDs que constituem seu interdiscurso *determinam a dominação da formação discursiva dominante.*

A forma-sujeito representa o sujeito do saber da FD em destaque, e para Grigoletto (2007, p.124), está claro que é pela "[...] forma-sujeito que o sujeito do discurso se inscreve em uma determinada FD, com a qual ele se identifica e que o constitui enquanto sujeito [...]".

> [...] diremos que a forma-sujeito (pela qual o "sujeito do discurso" se identifica com a formação discursiva que o constitui) tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, *ela simula o interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso *aparece* como o puro "já-dito" do intra-discurso, no qual se articula por "co-referência". Parece-nos, nessas condições, que se pode caracterizar a forma-sujeito como realizando a incorporação-dissimulação dos elementos do intradiscurso: a unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passada-futura encontra aqui um de seus fundamentos (PÊCHEUX, 2009, p.155).

De acordo com as considerações de Pêcheux, podemos postular que a forma-sujeito, ao realizar a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso, produz o efeito de evidência do sujeito. Grigoletto (2007, p.124) compara essa relação de uma FD com sua forma-sujeito a partir do discurso de divulgação científica e exemplifica como se dá esse movimento de incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso no intradiscurso. Para a autora, é via forma-sujeito que o sujeito do discurso de divulgação científica vai ao interdiscurso (onde estão os saberes da ciência e do senso comum) e seleciona o que lhe convém, uma vez que se identifica com a FD do discurso midiático de divulgação científica e traz tais saberes na sua ordem intradiscursiva "[...] linearizando-os no fio do discurso [...]" (GRIGOLETTO, 2007, p.124).

Sendo assim, inconscientemente podemos afirmar que ao identificar-se com a FD do discurso midiático a forma-sujeito desse discurso incorporará e dissimulará o interdiscurso em seu discurso de divulgação como se tudo fosse óbvio e único, produzindo o efeito de evidência. Em suma, "[...] o sentido só se produz pela relação do sujeito com a forma-sujeito do saber e, consequentemente, pela identificação do sujeito com uma determinada FD [...]" (GRIGOLETTO, 2007, p.124).

Quanto ao conceito de posição-sujeito, Grigoletto (2007, p.124) registra que se trata da identificação entre o sujeito enunciador e o sujeito do saber (forma-sujeito) de uma

determinada FD. Desse modo, podemos observar que dentro de uma FD existem várias posições-sujeito que se relacionam com sua forma-sujeito, o que revela seu caráter heterogêneo. Assim, pensar o sujeito enquanto uma posição implica observar, conforme Cazarin (2007), como um lugar de significação, ou seja, uma posição que passa a ser vista como um lugar social representado no discurso.

> [...] uma posição-sujeito não existe *a priori* – se produz justamente no momento da constituição dos efeitos de sentido, ou seja, se produz no momento em que "o sujeito enunciador do discurso recorre ao já-dito, o ressignifica e se significa" (ORLANDI, 1993, p.90). Uma posição-sujeito materializa-se e pode ser apreendida no discurso pelos saberes da FD que o sujeito mobiliza para enunciar, mas há sempre espaço para a movência de saberes [...] (CAZARIN, 2007, p.114).

A autora destaca que as posições-sujeito que habitam uma determinada FD se constituem a partir da relação do sujeito enunciador com os já-ditos materializados nela. Para Grigoletto (com base em Courtine), "[...] a especificidade da posição-sujeito se dá no *funcionamento polêmico do discurso* em que o sujeito universal (ou sujeito do saber) é interpelado e se constitui em sujeito ideológico e, ao se identificar com o sujeito enunciador, assume uma posição [...]" (GRIGOLETTO, 2007, p.124). A partir de tal afirmação podemos pensar que a forma-sujeito de uma determinada FD, ao materializar os diversos saberes que circulam no interdiscurso, acaba ocupando diferentes posições de sujeito. No caso do OI, ora se identificando com o saber, por exemplo, do jornalismo e da ciência ora se distanciando de saberes outros materializados em seu discurso. A autora acrescenta que cada posição-sujeito representa sua relação com a forma-sujeito de um determinado discurso.

1.2.2 Um lugar sociodiscursivo para um "Observador" de práticas discursivas midiáticas

Até aqui, traçamos algumas considerações sobre o OI que nos levam a estabelecer algumas características para essa prática discursiva: o OI se constitui em uma prática discursiva de observação de outras práticas midiáticas; funciona como um dos meios de se assegurar a responsabilidade social da mídia; tem a função de observar e monitorar seus alvos de observação (grande mídia brasileira); mantem relações dialógicas e interdiscursivas com os alvos de sua observação; funciona como leitor (interpretante) e autor (crítico); atualizador de discursos outros; compromissado com a deontologia do jornalismo; sua função é servir à

população; preza pelos valores e funções do jornalismo na sociedade; é uma prática discursiva que tem o poder e o dever de dizer o que pode e deve ser dito pela grande mídia e funciona como uma agência de regulação da atividade jornalística midiática. Tais características da prática discursivo-jornalística do OI levam a crer que ele é de fato um "observador", uma vez que dispõe de todos os meios e perspectivas teóricas para monitorar e regulamentar as práticas discursivas midiáticas.

Com essas assertivas, podemos enunciar que o OI paira em um lugar acima dos outros e não se considera uma simples mídia ou uma prática jornalística como as outras. Em suma, o OI estabelece para si um lugar privilegiado e legitimado para "observar" e dizer, a partir da deontologia do jornalismo, o que pode ou não ser feito pelas práticas midiáticas. Diante disso, tornou-se primordial compreendermos como o OI construiu para si, discursivamente, esse lugar acima de todas as suspeitas, das amarras da lógica comercial, dos interesses políticos, individuais de um determinado grupo e de uma instituição.

Todavia, devemos deixar claro que esse lugar "acima" ainda localiza-se no campo da mídia, uma vez que a prática discursivo-jornalística do OI é constituída nesse campo discursivo. Outro dado interessante é que justamente por estar no campo da mídia essa prática pode analisar outras práticas discursivas desse campo, pois de acordo com Maingueneau (2008, p.34,), o campo discursivo é "[...] um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo [...]", e tal concorrência acontece entre discursos que possuem a mesma função social, nesse caso, partilham do mesmo campo discursivo.

Para entendermos como o OI constrói um lugar "acima de tudo e todos" é necessário situá-lo no contexto das produções jornalísticas, visto que essa home page apresenta textos de autoria de jornalistas renomados, configurando-se como uma prática discursivo-jornalística porque mantém relações com a prática original, prezando pelos valores do bom jornalismo. Destarte, essa prática acaba deslizando para uma nova configuração do jornalismo que se presta ao papel de "observar" e monitorar o trabalho das mídias e por esse motivo consideramos que se trata de uma prática jornalística de crítica de mídia. Nesse sentido, acreditamos que o lugar social ocupado pelos sujeitos que praticam o *media criticism* no OI ainda é o lugar do jornalista, engajado aos seus ideais e portador de um lugar legitimado na sociedade para dar notícia sobre os fatos, já que responde à deontologia de sua profissão.

O primeiro ponto fundamental na constituição do lugar do OI é sua inscrição na prática social do jornalismo. Não obstante, para que o OI se coloque nesse lugar "acima" ele não pode apenas partir do jornalismo, porque se assim fosse, seria mais um veículo inserido

no campo midiático e não um "observador de fora" do contexto. Assim, consideramos, em segundo lugar, que o OI mantém relações de "observação e crítica" com outras práticas discursivas e que isso só é possível a partir de um espaço discursivo de trocas dialógicas. Em suma, quando o OI estabelece como seu referente de observação a GM ele define um espaço discursivo no qual entra em relação a polêmica com essa prática. Dessa forma, podemos pontuar que o OI constitui para si um lugar que é ao mesmo tempo social e discursivo e é a partir dele que podemos monitorar e regulamentar as práticas midiáticas.

Grigoletto, em sua tese de doutorado (2005) intitulada *O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar*, refletiu sobre a questão do lugar discursivo; partimos de sua referência para compreendermos como se constitui o lugar sociodiscursivo ocupado pelo OI. Em seu trabalho, a autora afirma que ao passar do lugar social para a posição sujeito, podemos pensar na constituição de um lugar discursivo e este se constitui a partir do lugar social/empírico de onde o sujeito produz o discurso.

> Tanto o lugar discursivo é efeito do lugar social, quanto o lugar social não é construído senão pela prática discursiva, ou seja, pelo efeito do lugar discursivo. Isso significa dizer que ambos, lugar social e lugar discursivo, se constituem mutuamente, de forma complementar, e estão relacionados à ordem de constituição do discurso. Um não é anterior ao outro, já que um necessita do outro para se instituir. O lugar social só se legitima pela prática discursiva, portanto, pela inscrição do sujeito num lugar discursivo (GRIGOLETTO, 2005, p.158).

Pela citação da autora, entendemos que o lugar social de jornalista, no caso representante do OI, não se constitui senão a partir de uma prática discursiva; dessa forma, pelo efeito do lugar discursivo ou pelo processo de assujeitamento ideológico pelo qual o indivíduo passa para ser considerado sujeito e ocupar a forma-sujeito do discurso jornalístico; em outras palavras, "[...] o lugar discursivo, por sua vez, só existe discursivamente porque há uma determinação do lugar social que impõe a sua inscrição em um determinado discurso [...]" (GRIGOLETTO, 2007, p.129). Observamos ainda que essa relação entre lugar social e discursivo é possível porque vislumbramos o OI enquanto uma prática discursiva, e como explicitamos anteriormente, é somente por ela que temos acesso às relações que a FD do OI/forma-sujeito[8] mantém com a comunidade discursiva que a legitima e a constitui na

[8] Vamos trabalhar com a noção de FD em dois momentos: no primeiro, quando trabalharmos suas regularidades, é possível pensarmos em uma forma-sujeito plenamente identificada com a deontologia midiática e com a ciência; em outras palavras, pensamos no imaginário de sua regularidade como forma de produção de um determinado efeito de verdade. No segundo momento, quando tratarmos das relações do OI com a GM e com os campos discursivos por ela mobilizados no discurso sobre o aborto, trataremos da sua perspectiva heterogênea.

sociedade, no caso, imprensa brasileira em que o jornalismo ocupa um lugar social de destaque.

Sendo assim, temos a constituição dos lugares discursivos mediante as relações dos sujeitos com a língua e com a história. A autora afirma que a constituição do lugar social e discursivo é simultânea, pois estes se definem na medida em que interagem e existem em dependência um do outro. No caso do OI, é a partir do lugar discursivo que podemos verificar como essa prática discursiva pode se relacionar com as práticas midiáticas alvos de sua observação ou ainda de que modo esses discursos participam da constituição de um discurso de observação e crítica.

Nesse âmbito, existe um lugar discursivo construído pelo sujeito jornalista em sua relação com a língua, ou melhor, com as condições de produção históricas e a necessidade de se vigiar e monitorar o trabalho da mídia. Neste trabalho, consideramos este o lugar do jornalista-pesquisador, uma vez que se trata de jornalistas que se tornaram analistas da mídia e pesquisadores. No entanto, essa discursivização só é possível porque existe na sociedade uma formação social que institui o lugar da imprensa e do jornalismo que podem e devem ser ocupados por sujeitos autorizados. Assim, o lugar social do jornalismo e da imprensa é efeito da prática discursiva do jornalismo e, ao mesmo tempo, o lugar discursivo é efeito dessa prática social. A seguir, esboçamos um quadro em que podemos visualizar o lugar social e discursivo como efeitos um do outro.

QUADRO 1- lugar discursivo e social do OI

Ao propor o lugar discursivo do jornalista-pesquisador, destinado a fazer uma "correção ética da mídia", o OI constitui seu lugar de observação como um lugar discursivo e social comprometido e legitimado pela ciência e pela deontologia do jornalismo. Esse lugar abre possibilidade para uma atividade primordial entre a mídia e seus usuários, dos "[...] veículos informando ao público e o público se informando sobre os veículos [...]" (VASCONCELOS, 2005, p.12), a partir de uma prática legitimada, social e cientificamente, a prescrever acerca dos deveres dos jornalistas. Julgamos que o comprometimento da prática

discursivo-jornalística do OI com a ciência e com a deontologia representa também os principais eixos argumentativos de sua crítica; assim, as críticas do OI basicamente estarão fundamentadas nesses dois pontos.

Contudo, a legitimação dessa prática de observação foi feita pelo próprio OI em seu texto de apresentação, e além das evidências destacadas até o momento podemos elencar os passos traçados pelo OI para que seu lugar sociodiscursivo fosse reconhecido como jornalista-pesquisador por seus leitores a partir de sua autodefinição; assim, retomamos alguns excertos do texto de apresentação do OI em que ele se autodefine para entendermos melhor as outras especificidades dessa legitimidade.

> O Observatório da Imprensa é uma iniciativa do Projor – Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo e projeto original do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É um veículo jornalístico focado na crítica da mídia, com presença regular na internet desde abril de 1996. Nascido como site na web, em maio de 1998 o Observatório da Imprensa ganhou uma versão televisiva, produzida pela TVE do Rio de Janeiro e TV Cultura de São Paulo, e transmitida semanalmente pela Rede Pública de Televisão (confira a grade horária no site do programa). Em maio de 2005, o Observatório da Imprensa chegou ao rádio, com um programa diário transmitido pela rádio Cultura FM de São Paulo, rádios MEC AM e FM do Rio de Janeiro, e rádios Nacional AM e FM de Brasília. Os áudios dos programas, na forma de um blog, estão disponíveis no site do OI (Fonte: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/pages/oihistoria).

Conforme dados obtidos pela web site do OI, este é uma iniciativa do Projor – Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo – e projeto original do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Por estar filiada a uma instituição científica, a prática discursivo-jornalística do OI – *media criticism* – configura-se a partir de um lugar socialmente estabilizado, o da ciência e da pesquisa; essa inscrição em um lugar social da ciência incide sobre a constituição de um lugar discursivo marcado justamente pelo apelo ao discurso científico como legitimador de um saber, no caso, sobre o que deve ou não ser dado como fato ou alvo de crítica pelo OI. A segunda especificidade desse lugar discursivo do jornalista-pesquisador está presente na definição de qual é o objetivo dessa prática discursiva na sociedade, definido como "veículo focado na crítica" materializado no jornalismo online que pratica a *media criticism* no Brasil. Assim, observamos que a legitimidade do lugar social ocupado pelo OI fundamenta-se no fato dessa prática discursivo-jornalística estar filiada a uma universidade e responder à deontologia

do jornalismo, prezando pela regulação das demais práticas jornalísticas que circulam na mídia.

Observamos que no mesmo trecho acima ocorre a legitimação do lugar discursivo do jornalista-pesquisador pelo viés da representatividade e circulação que essa prática discursiva tem na sociedade brasileira a partir da retomada de suas atividades na grande mídia tradicional como rádio e TV. O OI também conta com uma versão televisiva, produzida pela TVE do Rio de Janeiro e pela TV Cultura de São Paulo desde 1998 e, recentemente, em 2005, chegou ao rádio com a versão radiofônica, transmitida pela Rádio Cultura FM de São Paulo, rádios MEC AM e FM do Rio de Janeiro, e rádios Nacional AM e FM de Brasília. Toda essa representatividade e veículos sobre os quais o OI é discursivizado chama a atenção para outra característica dessa prática discursiva:

> O Observatório da Imprensa funcionará como um fórum permanente onde os usuários da mídia – leitores, ouvintes, telespectadores e internautas –, organizados em associações desvinculadas do estabelecimento jornalístico, poderão manifestar-se e participar ativamente num processo no qual, até a pouco, desempenhavam o papel de agentes passivos (Fonte: http://www.observatoriodaimprensa.com.br /pages/oi objetivos).

Uma grande ruptura em relação ao jornalismo tradicional, evocada por essa prática discursivo-jornalística do OI, está na abertura para o debate com os leitores, espaço possível a partir das redes. Sendo assim, o OI também se denomina enquanto fórum permanente, onde poderá ocorrer o debate entre usuários, ouvintes, telespectadores e leitores, tudo isso com a finalidade de que estes passem a desempenhar o papel de agentes da mídia. Ao estipular que se trata de um fórum, podemos notar como esse lugar discursivo é construído a partir das diversas posições-sujeito que constituem a prática discursiva jornalística de crítica de mídia do OI. Esse lugar possibilita que verifiquemos como a forma-sujeito da prática discursiva jornalística de crítica de mídia do OI, dominante do OI, negocia sua constituição com outras posições-sujeito inscritas na sua própria constituição pela contradição, como a da grande mídia, dos cientistas, analistas e agentes de uma determinada polêmica. Isso é possível justamente porque essa entidade civil faz uso da prática jornalística que sempre busca pelas várias faces e posições da mesma notícia ou temática; no OI temos um espaço discursivo do jornalista-pesquisador que nos permite chegar ao funcionamento constitutivo dessa prática discursiva jornalística de crítica de mídia desse Observatório.

Para o OI, a sociedade civil pode desempenhar uma função ativa no sentido de monitorar a atuação da mídia, pois “o Observatório da Imprensa propõe-se a funcionar como

um atento mediador entre a mídia e os mediados, preenchendo o nosso "espaço social", até agora praticamente vazio". Observamos que a legitimidade do papel desempenhado pelo OI é agora dada a partir de um lugar, até então vazio, entre a mídia e os mediados, leitores, telespectadores, ouvintes e vice-versa, o lugar do jornalista-pesquisador.

É nesse lugar que devemos destacar a principal característica do leitor do OI, que é um "já mediado pela GM", isto é, trata-se de um leitor que já foi informado sobre os diversos campos sociais pela GM. No entanto, ao se tornar leitor do OI, ele será mediado mais uma vez pela prática discursivo-jornalística do OI, que mediará desta vez não sua relação com os campos sociais ou com a informação (tarefas exercidas pela GM), mas sim entre a GM e eles, tecendo considerações sobre a atividade midiática. Esse ponto é essencial para compreendermos as relações estabelecidas entre a forma-sujeito desse discurso de crítica e observação e as críticas que ele produz aos campos político, religioso e midiático. Dessa maneira, o OI surge como um lugar privilegiado de onde se pode mediar essa relação levando em consideração o monitoramento e a vigilância da mídia, pautados em objetivos civis e éticos a partir da necessidade de uma função social, legitimada com base na atividade social do jornalismo e da pesquisa científica relativa ao jornalismo.

Como podemos visualizar, trata-se de um lugar social e discursivo heterogêneo, pois estabelece relações com vários lugares sociais, tais como jornalismo, pesquisador-cientista, cidadão, agente social e leitor mediado. Esse lugar discursivo, por sua vez, só é possível porque o lugar social, que impõe a tais sujeitos sua inscrição em determinados discurso, está evidente. Sabemos que tais lugares sociais estão determinados por relações de poder e institucionais, ou seja, respondem a uma formação ideológica que também está inscrita na sociedade.

Outro fator que incide sobre a legitimação do discurso do OI na sociedade é que o discurso jornalístico *media criticism* do OI se faz, predominantemente, a partir do gênero textual artigo de opinião. Esse gênero traz uma série de estratégias linguísticas que sempre tem como efeito discursivo se posicionar diante da sociedade; dessa forma, inscreve-se na língua e na história da luta de classes. Como afirma Maingueneau (2004), a escolha de um gênero já estabelece uma relação com a determinação ideológica, e no caso do OI, isso fica claro, porque esse jornalismo não se constrói sobre a objetividade e neutralidade, haja vista que sua inscrição a partir do gênero artigo de opinião condiciona sua função social.

Por outro lado, quando o OI se define enquanto um fórum, ele promove um deslocamento interessante no estatuto do seu interlocutor; assim, o leitor, ouvinte ou telespectador passa a ser considerado agente da mídia, cumprindo a mesma função que a

prática discursivo-jornalística do OI. No entanto, devemos realçar que esses agentes sociais são jornalistas renomados que produzem a crítica de acordo com os objetivos do OI. Por último, o OI afirma que esse lugar de mediação entre a mídia e seus leitores ainda estava vazio e por isso sua pertinência de ocupar um lugar vazio na sociedade entre os "já mediados" e a própria mídia.

Compreendemos que o lugar sociodiscursivo ocupado pela prática discursivo-jornalística do OI pode ser definido como o do jornalista-pesquisador que é efeito do lugar social do jornalismo tradicional. Desse modo, os dois eixos responsáveis pela crítica e legitimação desse lugar sociodiscursivo são a ciência e a deontologia do jornalismo, pois o OI relaciona-se diretamente com o lugar da ciência e da pesquisa, e seu objetivo maior fundamenta-se na deontologia do jornalismo: focado na crítica das mídias com a finalidade maior de servir aos interesses da população. Entendemos, portanto, que os saberes que constituem a forma-sujeito do OI são os da pesquisa (ciência) e os da deontologia do jornalismo, ou seja, o que deve ser dito nesse discurso de crítica sempre estará determinado por essa forma-sujeito.

CAPÍTULO 2 - O PROCESSO ENUNCIATIVO-COMUNICATIVO DO OI

Definidos os lugares social e discursivo ocupados pelo OI, podemos retomar como se constitui o processo enunciativo-comunicativo dessa prática de observação e crítica midiática, uma vez que este interfere na definição dos alvos das críticas, em sua construção e em sua legitimação. Neste capítulo, empreendemos uma revisão teórica do conceito de formação imaginária e analisamos a forma como se manifesta na prática discursiva do OI e ainda como constrói a legitimidade do OI para produzir suas críticas à grande mídia.

Posteriormente, buscamos compreender no que consiste a complexidade desse processo enunciativo da crítica do OI por meio dos processos de mediação presentes em sua discursivização relativa à temática do aborto, nas condições de produção de uma disputa presidencial. Assim, como a grande mídia é o principal alvo de observação e crítica do OI, também se tornou necessária uma melhor compreensão de suas principais especificidades discursivas, uma vez que o funcionamento da crítica do OI relaciona-se diretamente com esse aspecto.

2.1 O CONCEITO DE FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS EM PÊCHEUX

Reafirmamos que o processo de legitimação e instituição do lugar sociodiscursivo do jornalista-pesquisador acontece simultaneamente à construção de determinadas formações imaginárias por parte do OI (de si, dos seus leitores e do seu referente), pois tais processos estão em uma relação de dependência um do outro. Assim, devemos ressaltar que o jogo de imagens construído discursivamente pela prática do OI representa um estado das condições de produção desse discurso de crítica. Esse estado compreende o segundo turno da campanha presidencial, no qual a problemática do aborto estava sendo tratada pelo viés moral, tendo em vista o voto religioso. Verificamos ainda que a autolegitimação do OI só é possível mediante a construção de tais formações imaginárias, pois estas apontam quais são os poderes concedidos ao OI pelo lugar sociodiscursivo de um jornalista-pesquisador/cientista.

De acordo com Orlandi (2009), as condições de produção compreendem os sujeitos e a situação de enunciação, tanto no sentido estrito do contexto imediato quanto no contexto

amplo, que inclui os aspectos sócio históricos e ideológicos nos quais determinados discursos produzem efeitos de sentidos entre os interlocutores. Em *Análise automática do discurso* (1997a), Pêcheux propõe a abordagem de um esquema formal que permita chegar a uma definição das condições de produção (CP) de um discurso e determina os requisitos teóricos e metodológicos para a representação de um estado do processo de produção. O primeiro ponto abordado pelo autor é a condição verbal da comunicação entre dois interlocutores; para tanto, ele apresenta um esquema entre um estímulo e uma resposta, colocando o estímulo como ponto de correspondência obrigatório de uma situação de comunicação pelo qual se estabelece um contrato entre os interlocutores. Na visão do autor, no contato entre A e B não haverá apenas a transmissão de informações, mas também de "efeitos de sentidos" entre eles. Mediante esse processo, compreendemos que, no quadro da representação formal, os sentidos produzidos em um discurso estão engajados nesse esquema de correspondência em que A e B se reconhecem como significativos.

A partir de então, Pêcheux postula dois elementos estruturais das condições de produção do discurso. Para o autor, o primeiro tem origem na sociologia: "[...] se o que dissemos antes faz sentido, resulta, pois dele que A e B designam lugares determinados na estrutura da formação social [...]" (PÊCHEUX, 1997a, p.82). Dessa maneira, entendemos que A e B ocupam lugares sociais determinados que influenciam na constituição do processo discursivo. Já o segundo elemento parte da hipótese de que esses lugares são representados nos processos discursivos. O feixe de traços distintivos entre os lugares sociais que ocupam A e B se encontra transformado no processo discursivo, por meio das formações imaginárias que "[...] designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro [...]" (PÊCHEUX, 1997a, p.82). O autor propala que, nesse quadro, podem-se apreender as relações entre as situações específicas da enunciação e as posições sociais que os elementos A e B representam nesse contexto amplo e estrito ao mesmo tempo. Em suma, por esse quadro podemos entender como os protagonistas do discurso intervêm "a título das condições de produção".

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja "resposta" subentende a formação imaginária correspondente
A: $I_A(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	"Quem sou eu para lhe falar assim?"
A: $I_A(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocando em A	"Quem é ele para que eu lhe fale assim?"
B: $I_B(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	"Quem sou eu para que ele me fale assim?"
B: $I_B(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	"Quem é ele para que me fale assim?"

QUADRO 2 - Formações imaginárias – (Fonte Pêcheux 1997a, p.83)

Levando-se em conta tais considerações, destacamos que o processo discursivo também é determinado pela estrutura econômica e social na qual está inserido, a fim de produzir efeitos de sentidos entre seus interlocutores. As formações imaginárias que A e B fazem de si são respectivas, já que nesse jogo estão implícitas algumas perguntas que os locutores e interlocutores poderiam fazer entre si para chegarem, com as respostas, às formações imaginárias correspondentes, tais como: quem sou eu para dizer o que digo? Quem é tu para que eu diga o que vou dizer? Em que lugar e sobre que saber eu disponho para afirmar o que afirmo nessas circunstâncias? "Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações/lugares (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações) [...]" (PÊCHEUX, 1997a, p.82). Dessa forma, o analista, pelo discurso, analisa as condições de produção a partir das imagens projetadas pelas formações imaginárias. Para Pêcheux, significa esboçar a "[...] maneira pela qual a posição dos protagonistas intervém a título de condições de produção [...]" (PÊCHEUX, 1997a, p.83).

Em síntese, notamos que dentro da estrutura econômica e social as formações e as representações imaginárias estão concebidas mediante a sua organização hierárquica. Assim, os lugares sociais onde podemos atuar já são concebidos de rituais discursivos e, para integrá-los, somos chamados a nos posicionar em um lugar sujeito do processo discursivo.

Pêcheux também traça um quadro que representa de que forma o referente R pertence e intervém nas condições de produção afirmando que se trata de um objeto imaginário (o ponto de vista do sujeito) sobre esse referente.

Expressões que designam as formações imaginárias		Significação da expressão	Questão implícita cuja "resposta" subentende a formação imaginária correspondente
A	$I_A(R)$	"Ponto de vista de A sobre R"	"De que lhe falo assim?"
B	$I_B(R)$	"Ponto de vista de B sobre R"	"De que ele me fala assim?"

QUADRO 3 - Formações imaginárias – Referente – (Fonte Pêcheux 1997a, p.84)

De acordo com o autor, a partir de uma antecipação das representações do receptor se funda a estratégia do discurso; assim, o ponto de vista de A e B sobre o referente também fundamenta a forma pela qual o discurso será organizado. Mais representações derivadas do primeiro quadro podem ser formadas nas diferentes instâncias do processo discursivo, assim como Pêcheux exemplifica com A e B. Como nosso *corpus* de pesquisa trata apenas do discurso de A e não temos acesso a um discurso da esfera da recepção, esboçaremos o quadro das derivações de A para entendermos como a prática discursivo-jornalística do OI pode produzir representações imaginárias sobre si e sobre o que considera que B pensa de si, bem como de sua relação com o referente.

A	$I_A(I_B(A))$
	$I_A(I_B(B))$
	$I_A(I_B(R))$

QUADRO 4 - Derivações das formações imaginárias de A

Na visualização do Quadro 4, entendemos que as imagens de A são, respectivamente, primeiro, a imagem que A acredita que B faz de si; segundo, a imagem que A faz que B faz de si mesmo e, terceiro, a de que A julga que B faz do referente. Esses pressupostos são

importantes, pois nos revelam de que maneira a posição dos protagonistas e o contexto intervêm nas condições de produção.

2.1.2 As formações imaginárias construídas pelo OI

Definidos os pontos relevantes sobre a teoria, continuamos com a análise de como o OI constrói suas representações imaginárias sobre o *corpus* de análise do trabalho. Partindo do quadro de Pêcheux, observamos apenas as representações de I_A, uma vez que temos acesso apenas ao discurso do OI e não temos os discursos dos (e) leitores que nos possibilitem a análise das representações de I_B. Sendo assim, I_A corresponde ao OI, enquanto I_B aos interlocutores desse discurso (e) leitores e I_R se trata do referente, isto é, daquilo que se fala; no caso, sobre o tema aborto nas eleições de 2010. Dessa forma, tomamos algumas SDs dos textos que compõem nosso *corpus* de pesquisa para iniciar o trabalho analítico com base no quadro das formações imaginárias construídas por Pêcheux.

Expressão das Formações Imaginárias	IA (A) = I OI (OI)
Questão implícita	Quem sou eu para lhe falar assim?
SD – OI	**O que é o Observatório da Imprensa?** Entidade civil, não-governamental, não-corporativa e não-partidária que pretende acompanhar, junto com outras organizações da sociedade civil, o desempenho da mídia brasileira (Observatório da Imprensa).
Formações Imaginárias correspondentes	O OI se reconhece como uma instituição habilitada para fazer críticas, porque está amparado por princípios civis e éticos do jornalismo.

QUADRO 5 - Imagem do OI sobre si mesmo

No Quadro 5, há uma junção do quadro de Pêcheux com a primeira sequência discursiva (SD) que serve de base para analisarmos e identificarmos qual Formação Imaginária (FIm) é construída pela prática do OI em seu texto de autodefinição. Na SD-OI em destaque, notamos que primeiramente o OI se coloca no lugar de uma entidade civil comprometida com a pesquisa e com a ciência para produzir seu discurso de monitor de mídia. Esse lugar, por sua vez, é também o lugar da ética deontologicamente reguladora das

práticas midiáticas, que por ter essa função, acaba produzindo sua própria interpretação dos fatos e das relações estabelecidas entre a GM e os campos discursivos que ela media para seus leitores. Nesse sentido, temos a construção de uma formação imaginária que corresponde ao que o OI pensa sobre si mesmo, comprometido com ideais civis e éticos.

Em segundo lugar, a prática discursivo-jornalística do OI, a partir de sua autodefinição, autolegitima-se tendo por base um lugar social em que se respeita o indivíduo como um membro da sociedade, que se respalda nessa entidade (civil) a partir de suas condições de produção, como não manter relações de qualquer dependência com órgãos do governo, empresas coorporativas com fins lucrativos e partidos políticos. Diante disso, o OI filia-se a outras organizações da sociedade civil no intuito de preservar também, acima de tudo, o interesse público, visto que parte da necessidade social que o cidadão tem de que seus direitos sejam preservados. Ao retomar o lugar social de uma entidade civil o OI constrói para si o efeito de legitimidade para seu lugar discursivo de jornalista-pesquisador, pois é nele em que se tem o dever de representar o interesse comum da sociedade.

Ao se inscrever nas sociedades civis, o OI respalda sua função social na justificativa de que todas as sociedades civis buscam os mesmos interesses e partilham dos mesmos propósitos; trata-se de uma prática discursiva localizada na mídia eletrônica que busca os mesmos interesses dos cidadãos ao tomar conhecimento das informações que circulam pela prática do jornalismo na mídia: obter "a verdade dos fatos". Portanto, o OI promove sua legitimação a partir da formação imaginária construída para si enquanto representante e integrante das sociedades civis que prezam pelos direitos dos indivíduos em sociedade, o que, por seu turno, responde à deontologia do jornalismo.

Partindo então do lugar discursivo de jornalista-pesquisador que tem a função de mediar a relação entre a GM e os "já mediados", podemos postular que "observar a GM" vai além de criticá-la diretamente, porque a GM é constitutivamente fragmentada. Salientamos que "observar a mídia" implica criticar a prática discursiva da GM; criticar e analisar os acontecimentos midiáticos (como, por exemplo, o aborto nas condições de produção da disputa presidencial de 2010), bem como o desempenho dos sujeitos dos diferentes campos discursivos envolvidos na discursivização dos acontecimentos; criticar e analisar a relação da GM com os campos discursivos envolvidos em um dado acontecimento midiático e mostrar se a GM segue ou não as regras e os códigos da deontologia do jornalismo.

Partindo da primeira formação imaginária construída pelo OI sobre si mesmo podemos avançar e compreender melhor como essa prática discursiva de crítica midiática considera seu interlocutor; nesse caso, "quem é ele para que eu lhe fale assim?". O estatuto imaginário

construído pelo OI sobre seu interlocutor intervém nas condições de produção desse discurso, pois ele é a condição para que o discurso do OI produza o efeito de sentido de crítica na interlocução. Na sequência, trouxemos o quadro de Pêcheux com algumas SDs, retiradas do *corpus*, para que analisarmos e identificarmos qual a representação imaginária do "interlocutor" da prática discursiva do OI.

Expressão das Formações Imaginárias	IA (B) = I OI ((E) leitor)
Questão implícita	Quem é ele para que eu lhe fale assim?
SD – OI	[...] E os **eleitores** vão às urnas movidos mais por emoção e preconceito do que pela informação (Texto 1). [...] Ou Dilma e Serra a atestam que a partir de 2011 o Brasil assumirá definitivamente a sua vocação para um regime teocrático (para que nós, os **eleitores**, possamos escolher entre um governo de ultra-direita católica ou evangélica) [...] (Texto 7). A intenção do jornal, com base nos dizeres da manchete, foi a de induzir o **(e) leitor** a considerar que a prática do aborto deve ser legalizada, uma vez que ilegalidade "a cada dois dias" leva uma mulher para o túmulo (Texto 8).
Formações Imaginárias correspondentes	Trata-se de um leitor e eleitor (já mediado pela GM) que está prestes a decidir o voto para um dos candidatos à presidência da república.

QUADRO 6 - Imagem que o OI faz de seus interlocutores

Ressaltamos que esse interlocutor do OI é um "já mediado pela GM", como explicitamos anteriormente, e sua primeira característica é justamente essa: já ter sido informado/mediado pela GM sobre os campos discursivos, acontecimentos midiáticos e sobre os sujeitos envolvidos em tais acontecimentos. De posse dessa primeira especificidade do leitor do OI podemos continuar com a análise das SDs que compõem o Quadro 6 para entendermos melhor quais as representações imaginárias construídas pelo OI para seu interlocutor.

As três SDs em destaque mostram que, enquanto o OI faz a crítica aos outros veículos e suportes midiáticos, define qual é a representação imaginária que faz de seu interlocutor, no caso, a de **leitor** da GM e do OI e cidadão **eleitor**, no contexto político do pleito presidencial. Assinalamos que ao considerar o **leitor** também como **eleitor,** a prática discursivo-jornalística do OI não o observa como passivo, mas sim ativo diante das escolhas democráticas do país. Assim, ao fazer determinadas leituras dos jornais e das notícias sobre os assuntos que cercam a corrida presidencial, esse leitor não apenas recebe a informação (mediada pela GM), mas

pode processá-la e torná-la um ponto essencial para a escolha do voto. Dessa forma, considerando que esse "leitor e eleitor" é também um "já mediado pela GM", podemos afirmar que a formação imaginária do OI sobre seu interlocutor corresponde a um *leitor ativo na sociedade, isto é, eleitor e cidadão*, que precisa perceber a mediação que sofre para ser um consumidor crítico da mídia.

Quanto à formação imaginária construída sobre o referente, podemos propalar que o referente de observação do OI é *como a GM discursivizou a temática do aborto durante a campanha eleitoral de 2010*, bem como suas relações com o campo político e religioso nas condições de produção de uma disputa presidencial. Nesse âmbito, é interessantes pontuar que o OI media a relação entre a GM e a sociedade (já midiatizada) a partir das críticas que faz sobre as relações que a GM manteve com os campos político e religioso na questão do aborto e no contexto político-eleitoral em destaque. Para compreendermos melhor quais são as representações imaginárias construídas pelo OI sobre seu referente ou sobre como a GM discursivizou a temática do aborto durante o pleito presidencial de 2010 trouxemos mais um quadro com SDs retiradas do *corpus*, que nos possibilitam chegar a elas e a seus respectivos funcionamentos discursivos.

Expressão das Formações Imaginárias	**IA (R) = (IoI) (como a GM discursivizou a temática do aborto durante a campanha eleitoral de 2010)**
Questão implícita	Ponto de vista de A sobre R?
SD – OI	[...] a imprensa segue sendo pautada pelos marqueteiros de campanha, embora pareça que a campanha de verdade para o segundo turno ainda não tenha começado (Texto1). [...] a imprensa engajada faz sua parte. Até a falta de acontecimento vira notícia (Texto 1). Como a imprensa age claramente como um partido de oposição, extrapolando seu papel de crítica dos poderes, a propaganda governamental acaba por empurrar como verdade absoluta tudo que sai do planalto (Texto 1). Este debate sobre o aborto é falso, dissimulado, hipócrita (Texto 2). É importante entender que o moralismo da mídia não é um problema em si, pois reflete parte das preocupações dos eleitores. Mas tais preocupações são periféricas, não tão concretas e decisivas para o cotidiano do cidadão comum (Texto 4). A mídia precisa ampliar a pauta (Texto 4). O que mais espanta é que a grande (?) mídia, alinhada ao neocristão José Serra, não informa detalhadamente acerca do aborto clandestino [...] (Texto 5). E a mídia tem grande responsabilidade neste arranca-rabo infantilóide (Texto 6). O que interessa aqui é a motivação jornalística em torno da questão (contra ou a favor do aborto) no tocante à ocasião. [...]. A conclusão, portanto, é a de que a matéria publicada nesse contexto de definição eleitoral tem um condimento

	de manipulação (Texto 8).
Formações Imaginárias correspondente	As imagens construídas sobre o referente são as de que: a GM esteve pautada pelo campo político, ou seja, deixando-se definir pelos marqueteiros das campanhas, não teria explorado fatos novos, teria tomado partido do candidato José Serra, insuflado um debate despropositado e equivocado, foi moralista, não informou sobre o aborto clandestino, além de ter a responsabilidade pelo debate ter ficado restrito aos campos político e religioso, bem como manipular a mediação dos campos discursivos, sujeitos representantes (envolvidos no debate sobre o aborto) e a sociedade.

QUADRO 7 - Imagem que o OI faz do seu referente

No Quadro 7, podemos analisar e identificar quais foram as imagens construídas pelo OI sobre seu referente, ou seja, como a GM teria discursivizado a temática do aborto durante o pleito presidencial. Tais imagens intervêm nas condições de produção do discurso do OI, pois determinam a base em que o OI produz a crítica à GM, além de representar os principais argumentos utilizados pelo OI para criticar a GM. Tais argumentos estão pautados na ciência e na deontologia que regem o jornalismo e por isso são evidentes nessa prática discursiva de crítica e observação midiática.

É necessário registrar que nosso objetivo nesse momento ainda não é analisar o funcionamento da crítica, mas sim das representações imaginárias construídas pelo OI sobre como a GM teria discursivizado a temática do aborto durante o pleito presidencial. Assim, compreendemos que as representações imaginárias sustentam as críticas que o OI fará, uma vez que elas são o ponto de partida para que tais críticas sejam produzidas. Em outras palavras, é somente por interpretar seu referente como pautado pelo campo político; descomprometido com as regras do jornalismo, bem como com a definição do que deve ser notícia sobre o aborto; partidarizado; moralista; responsável por não desenvolver o debate na direção dos inúmeros posicionamentos acerca do tema e por fim manipulador da mediação entre os campos discursivos da política e da religião e a sociedade que a prática do OI produzirá a crítica à GM. Quando a GM discursiviza a questão do aborto a partir das representações imaginárias destacadas, abre a possibilidade para ser criticada ou ainda regulamentada e monitorada pelo crítico de mídia, uma vez que não responde às regras da deontologia do jornalismo.

Definidas as principais imagens construídas pelo OI, retornamos ao desdobramento e derivação das formações imaginárias que correspondem às imagens antecipadas pelo OI em seu discurso. É necessário destacar que (I_{OI}) é a imagem do OI e (I_E) é a imagem do leitor/eleitor. Dessa forma, de acordo com Pêcheux, a primeira derivação é a da imagem (I_{OI} (I_E (OI)), ou seja, a imagem que o Observatório da Imprensa tem da imagem que seu (e) leitor

faz de sua prática discursiva. Já que o OI se coloca em um lugar legitimado para produzir a crítica, por estar amparado por uma instituição científica e obedecer aos interesses da sociedade civil, esse (e) leitor (já mediado pelo GM) respeitaria e assimilaria essa posição do OI, pois ele tem legitimidade para dizer a verdade sobre os fatos e também respeita os mesmos interesses civis desse sujeito. A segunda imagem antecipada pelo OI é a representada pela imagem que o OI constrói sobre o que seu leitor e eleitor faz de si mesmo, assim representada: (IOI (IE (E)). Esta corresponde não apenas a um leitor passivo, mas interativo com o que está recebendo de informação; sendo assim, um cidadão ativo na sociedade.

A terceira imagem antecipada pelo OI diz respeito à imagem que o OI acredita que seu leitor e eleitor faz de como a GM discursivizou a temática do aborto durante a campanha presidencial de 2010; isto é, (IOI (IE (R)). Podemos enunciar que essa imagem não aparece projetada, pois temos acesso apenas ao discurso do OI. Consequentemente, devemos observar que quando o OI possibilita várias leituras sobre as relações da GM, com os campos político e religioso, isso acontece justamente com a finalidade de construir essa imagem do referente para seu leitor.

Em suma, as principais imagens construídas até o momento da análise evidenciam como elas interferem na produção da crítica do OI, uma vez que elas sustentam e representam os poderes concedidos ao OI pelo seu lugar sociodiscursivo. Assim, compreendemos que a crítica somente pode ser feita porque em primeiro lugar temos um locutor que se reconhece como uma instituição habilitada para fazer críticas, pois está comprometido com os princípios civis e com a deontologia do jornalismo; em segundo lugar, porque esse enunciador considera seu interlocutor como um leitor e eleitor "já mediado pela GM" que está prestes a decidir seu voto para um dos candidatos à presidência da república. Definidos o locutor e interlocutor do esquema de comunicação, o OI constrói a representação imaginária de como a GM discursivizou a temática do aborto durante a campanha eleitoral de 2010, que é representado pelas respectivas imagens, já destacadas. Dessa maneira, temos um esquema bem complexo e eficiente no qual o OI define muito bem quem é ele para dizer, quem é seu interlocutor e sobre o que ele fala, e com base nas imagens construídas, ocorrerá a produção de efeitos de sentidos de críticas do OI sobre a GM entre esses interlocutores do discurso.

2.2 OS PROCESSOS DE MEDIAÇÃO PRESENTES NA DISCURSIVIZAÇÃO DO OI SOBRE O ABORTO

Nesse segundo momento do presente capítulo, trouxemos algumas figuras que nos ajudam a compreender quais são os processos de mediação presentes na discursivização da temática do aborto pelo OI. Em outras palavras, compreendemos que quando o OI se coloca no lugar de um "observador e monitorador" das práticas midiáticas, ele toma como leitor um indivíduo que já foi mediado antes pela GM, que já sofreu uma primeira mediação e será mediado pela segunda vez pelo seu discurso de crítica. Assim, procuramos entender melhor como ocorre esse processo enunciativo-comunicativo tão complexo tendo em vista que o referente de observação do OI não pode ser considerado como uma prática homogênea, mas sim heterogênea, uma vez que se encontra atravessada pelos discursos dos diversos campos sociais que media para a sociedade.

2.2.1 As relações estabelecidas entre um observador e seu alvo

Outro ponto importante do funcionamento da prática discursivo-jornalística do OI é seu processo enunciativo-comunicativo que organiza não apenas as críticas do OI, mas as relações interdiscursivas que as sustentam. Em outras palavras, é a partir dele que podemos compreender como acontece o funcionamento interdiscursivo das críticas do OI que acabam atingindo os campos discursivos da política e da religião, além da GM (que é o principal alvo de observação e crítica do OI). Embora já tenhamos citado outros fatores que levaram o OI a também produzir a crítica aos campos discursivos envolvidos na polêmica do aborto, decidimos propor esse caminho, pois ele é muito didático e objetivo no sentido de esclarecer como se constitui o(s) Outro(s) da prática discursiva do OI.

Observamos que, no primeiro momento, a comunicação é estabelecida entre um enunciador, que é a prática discursivo-jornalística do OI, e seu interlocutor, que é a sociedade brasileira, representada pelos seus leitores e eleitores "já mediados pela GM". Entendemos então que ao colocar como alvo de observação a GM ela também será o assunto sobre o qual o OI "falará" à sociedade. Assim, temos uma prática discursivo-jornalística que media a

relação entre a sociedade (constituída pelos "leitores e eleitores" e "já mediados pela GM") e a GM.

Nesse sentido, precisamos compreender melhor qual é o interlocutor do OI ou como ele é considerado pelo OI para que suas críticas produzam efeitos de sentidos. Primeiramente, destacamos que o OI se colocava na função de mediar (monitorar e criticar) a relação entre mídia e "os já mediados por ela"; em outras palavras, o OI considera como interlocutores sujeitos sociais que constituem a sociedade e já foram mediados pela GM, isto é, já receberam informações sobre os diversos campos sociodiscursivos. Dessa forma, temos um leitor que já sofreu a primeira mediação pela GM, mas que vai ao OI para obter outra leitura dos fatos, obter a versão crítica sobre como a GM discursivizou determinado acontecimento social a fim de comprovar se ela cumpriu sua função de servir aos interesses da população na prática, conforme resumimos na figura a seguir.

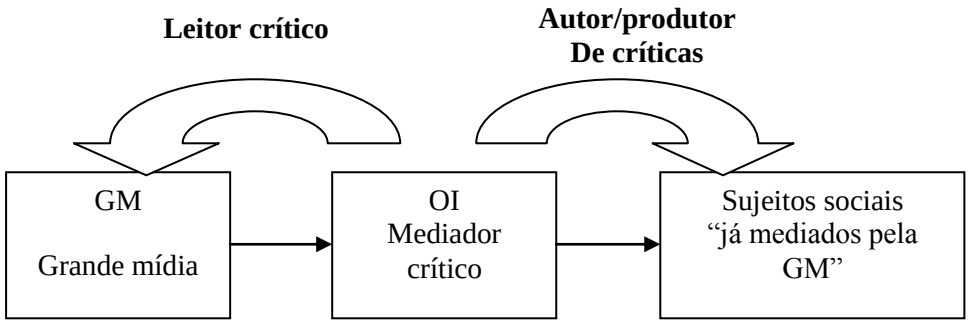


FIGURA 1 - O OI como mediador e crítico da relação entre a GM e os "já mediados por ela"

No segundo momento, salientamos a relação mediadora entre a prática discursivo-jornalística do OI e a GM que se dá a partir da complexidade da constituição da própria GM. Dessa maneira, é necessário compreender que o que difere o discurso midiático dos demais "[...] é o fato de o âmbito da sua legitimação não ser delimitado pelas fronteiras de um domínio restrito da experiência" (RODRIGUES, 2002, p.220). Enquanto os outros discursos se legitimam pela experiência, e por isso acabam se tornando opacos devido ao vocabulário próprio sobre o qual se organizam, o discurso midiático preza pela transparência e compreensão universal, ou seja, tende a reproduzir, por exemplo, o discurso da medicina de forma compreensível a todos sem ter que partir da experiência médica.

As mídias dão visibilidade ou publicizam os diferentes campos sociais e, por isso mesmo, não podem encontrar sua legitimidade em um corpo institucional em particular, mas

na sua deontologia de tornar visíveis e "transparentes" os fatos dos diferentes campos. Assim, o lugar simbólico das mídias tende a ser aberto a todos, pois "[...] a cena sobre o fundo da qual se recortam os lugares de fala dos enunciadores autorizados do discurso midiático é um lugar simbólico dessacralizado" (RODRIGUES, 2002, p.221).

Desse modo, podemos afirmar que a GM trata de diversos temas, faz circular discursos de diversos campos discursivos e é constituída por diferentes materialidades do discurso midiático. A GM também se destaca por ter a mesma função social que a prática discursivo-jornalística do OI; nesse caso, servir aos interesses da população. No entanto, essa função se manifesta a partir das bases de *informar e mediar* a relação dos diversos campos sociais e a sociedade.

Consequentemente, temos, nessa prática, a primeira relação de mediação da sociedade, na qual a GM tem como alvo de sua mediação os diversos campos sociais que podem interessar à sociedade em um determinado momento histórico da luta de classes. Nesse caso, realçamos que existe a fragmentação da GM em relação a si mesma justamente por mediar a relação da sociedade e os diversos campos sociais. Dessa forma, o público da GM recebe informações sobre os diferentes campos sociais e não apenas sobre um campo.

Outro fator interessante é o de que, diferentemente do OI, que é resultado de um instituto de pesquisa, a prática da GM é financiada com recursos privados, ou seja, o jornalista não é pesquisador, mas sim funcionário de uma empresa que obedece a uma lógica comercial que visa a lucros para o sistema capitalista. Nessas condições de produção, podemos pontuar que a GM é praticada por jornalistas tradicionais e tem como suportes midiáticos o jornal, o rádio, a TV e a internet, todos financiados por grupos privados, o que gera a produção da informação como uma mercadoria. Dessa forma, a informação produzida pela GM está em relação direta com a ideologia dos seus patrocinadores, uma vez que é um produto que deve ser vendido e consumido para gerar lucros.

Considerando a prática da GM a partir dessa condição heterogênea e fragmentada, devemos considerá-la não apenas como o Outro[9] da prática discursivo-jornalística do OI, mas sim como Outro(s), uma vez que essa é a principal especificidade dessa prática de mediação: sua heterogeneidade e fragmentação.

Quando o OI passa a "observar e monitorar" a prática discursiva da GM no que se refere a sua discursivização sobre o aborto, podemos asseverar que o OI observará quais são

[9] Compreendemos o discurso outro do OI a partir das considerações de Maingueneau (2008) no que tange à interdiscursividade como constitutiva de um discurso. Abordamos tais discussões na revisão teórica do próximo capítulo.

as relações que a GM mantém com os campos político e religioso, na medida em que esse tema é comum a tais campos discursivos. Logo, nas condições de produção de uma disputa presidencial o OI parte da seguinte processo enunciativo-comunicativo da GM para produzir suas críticas:

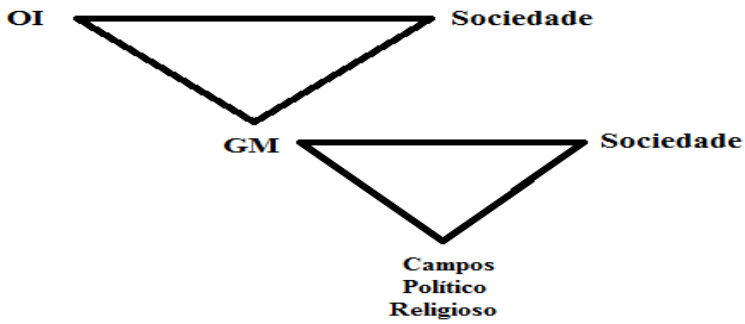


FIGURA 2 - O processo enunciativo-comunicativo da GM observado pelo OI

Na Figura 2, acima, destacamos que o OI observa quais são as relações de mediação estabelecidas pela GM entre a sociedade e os campos discursivos da política e religião. Com a inscrição da problemática do aborto na campanha presidencial de 2010, temos as seguintes relações presentes na prática discursivo-jornalística do OI sobre como a GM teria discursivizado essa temática nas condições de produção do pleito presidencial de 2010.

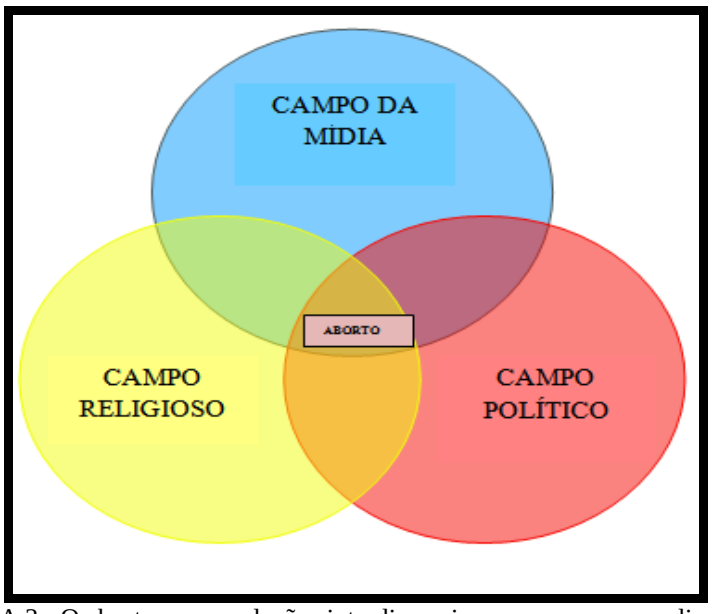


FIGURA 3 - O aborto e suas relações interdiscursivas com os campos discursivos

Dessa forma, podemos visualizar como o aborto foi partilhado por esses três campos discursivos, o que nos leva a compreender o motivo de as críticas do OI se basearem em

relações interdiscursivas com esses campos, uma vez que o OI produz suas críticas em relação interdiscursiva com esses campos somente a partir do que a GM publicou acerca deles.

Definido então qual é o processo enunciativo-comunicativo sobre o qual o OI organiza seu dizer e suas críticas, retomamos brevemente os principais resultados das análises realizadas até o momento sobre o funcionamento da prática discursiva do OI, quais sejam: os dois principais eixos de sustentação da crítica do OI estão pautados na deontologia do jornalismo e na ciência; o referente de observação da prática discursivo-jornalística do OI é a GM; as práticas discursivas da GM e do OI estão situadas no campo discursivo midiático; ao estabelecer uma relação direta com seu alvo de observação, a prática discursivo-jornalística do OI cria um espaço discursivo de trocas em que ela se constitui a partir de uma prática primeira, nesse caso a GM (alvo de sua crítica).

Nas condições de produção de uma disputa presidencial e com base no *corpus* construído a partir da temática do aborto podemos expor que a prática discursivo-jornalística do OI observa e analisa como a GM se relaciona com os campos político e midiático; e por ter uma visão privilegiada das relações da GM com os campos político e midiático, a prática discursivo-jornalística do OI também pode torná-los alvos de suas críticas a partir do que a GM publicou deles.

Como já explicitamos anteriormente, a temática do aborto envolveu o campo político, midiático e religioso em sua discursivização, pois, em primeiro lugar, esse tema é partilhado por tais campos discursivos, ou seja, comum a eles. Em um segundo momento, compreendemos a condição heterogênea do referente de crítica do OI porque acreditamos que a GM não pode ser considerada apenas enquanto o Outro do OI, mas sim Outro(s), já que que essa prática é fragmentada e sua constituição é atravessada por discursos de vários campos discursivos.

Nesse âmbito, devemos considerar que a temática do aborto fez confluir três grandes campos discursivos: mídia, política e religião de forma tal que as relações interdiscursivas se deram em três frentes ao mesmo tempo: sujeitos religiosos na mídia em relação com o campo da política; sujeitos políticos na mídia em relação com o campo religioso e sujeitos da mídia discursivizando o tema do aborto em relação com os campos político e religioso. Isso significa que existe uma complexidade na categoria do “discurso Outro” do OI, dado que é um “triplo Outro”.

CAPÍTULO 3 - OS PRINCIPIOS TEÓRICOS UTILIZADOS PARA A ANÁLISE DO FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA CRÍTICA DO OI

Neste capítulo, propomos uma retomada teórica dos conceitos da Análise de Discurso francesa fundamentais para as análises do funcionamento das críticas do OI em relação à GM. Dessa forma, retornamos à discussão teórica sobre a interdiscursividade, memória discursiva e polêmica como intercompreensão constitutiva e o plano dos temas, e apresentamos também os pressupostos teóricos relativos à construção discursiva da verdade.

3.1 DISPOSITIVOS TEÓRICO-ANALÍTICOS DA AD: DA FORMAÇÃO DISCURSIVA ÀS RELAÇÕES INTERDISCURSIVAS

Maingueneau (2008, p.21) enuncia que um discurso "não se constitui independentemente uns dos outros, para serem, em seguida, postos em relação, mas [...] eles de formam de maneira regulada no interior de um interdiscurso". Este autor desenvolve a ideia já presente em Pêcheux, sob o viés materialista da contradição, de que é o interdiscurso que estrutura a identidade discursiva.

Para nós, interessa a releitura de Maingueneau acerca de Foucault em sua obra 'Gênese do discurso', porque ao propor o primado do interdiscurso sobre o discurso, o autor toma o conceito de prática discursiva sobre a do discurso, conceito que lhe permite tratar da discursividade não apenas sob o aspecto textual, mas sob vários planos, para referir-se a todo o sistema de relações que, em nosso caso, para o discurso do OI, regula a localização institucional de sua posição-sujeito de observador crítico de mídia, lugar sociodiscursivo que precisa assumir para poder fazer a crítica midiática em seu próprio campo.

Partimos então da ideia de Maingueneau de que todo discurso tem um lado de coerções próprias que garante a sua identidade, regido pelo que chama de Sistema Semântico Global. Trata-se de um sistema de restrições semânticas que atinge não só o plano linguístico, mas todas as instâncias de uma prática discursiva. Assim como os analistas de discurso brasileiros preveem que a ideologia pode fragmentar a própria forma-sujeito de uma FD, Maingueneau também reconhece que seu sistema de restrições tem natureza dialógica e engloba todas as instâncias da prática discursiva. Isso implica, a nosso ver, conceber essa

“homogeneidade/identidade” como não fixa, sujeita a mudanças. Vamos explorar esse lado “homogêneo” da prática discursiva do OI no plano que mais nos interessa em nossa análise: o do tema.

Para Maingueneau (2008, p.82), o tema em si não é o foco da discussão, mas sim seu tratamento em uma FD, pois é a partir dela que os sentidos lhe serão atribuídos. Assim, a FD na qual o tema está inscrito determinará quais os efeitos de sentidos próprios a ele naquelas condições; no caso do tema aborto, podemos assinalar que a partir das FDs que o tematizaram, durante a campanha de 2010, vários efeitos de sentidos foram construídos para ele e cada um foi determinado pela FD na qual estava inscrito.

Na acepção do autor, “[...] do ponto de vista de um sistema de restrições global, uma hierarquia de temas não tem grande interesse: já que o conjunto da temática se desdobra a partir dele, sua ação é perceptível em todos os pontos do texto” (MAINGUENEAU, 2008 p. 81). Acrescenta que o que se pode dizer é que os temas mais importantes recaem diretamente sobre as articulações essenciais do modelo semântico de um dado discurso. No caso do discurso religioso, um tema próprio seria o da vida; entendemos que qualquer FD que produza discursos do lugar religioso sempre responderá ao que lhe é próprio, por exemplo, do direito à vida em oposição à morte, dessa forma, a coerção é opor-se pela morte. O aborto enquanto tema se torna acessível pela FD religiosa justamente por essa FD concebê-lo como negativo pelo fato de permitir a morte.

Observamos que outras FDs como, por exemplo, uma FD que trata da política de saúde pública ou até mesmo a jurídica poderá tratar do mesmo tema a partir de outras bases, isto é, conferindo-lhe outros efeitos de sentidos que não estariam relacionados com a morte, mas sim com a saúde pública da mulher ou com questões legais que garantam a estas o direito de escolher pela “interrupção” de uma gravidez não desejada.

Na visão de Maingueneau (2008) está claro que cada sistema semântico de restrições indica o que é ou não próprio a cada discurso; assim, um discurso pode discursivizar vários temas, mas faz isso a partir do sistema que define de que forma eles devem ser tratados. O autor ainda define quais são os modos de aparecimento e tratamento dos temas no espaço discursivo.

> (1) Um discurso dado integra semanticamente todos os seus temas; ou seja, eles estão todos de acordo com seu sistema de restrições.
> (2) Esses temas se dividem em dois subconjuntos: os temas impostos e os temas específicos.
> (3) Esses próprios temas impostos se dividem em temas compatíveis e em temas incompatíveis. Os primeiros convergem semanticamente com o

> sistema de restrições; os segundos, não, mas mesmo assim estão integrados, em virtude da proposição (1).
> (4) Os temas específicos são próprios de um discurso. Sua presença se explica por sua relação semântica privilegiada com o sistema de restrições (MAINGUENEAU, 2008, p.83-84).

No caso da temática do aborto, não se trata de um tema próprio da FD religiosa, mas faz parte de seus temas porque traz a questão da vida; assim, essa FD tem que tematizá-lo e significá-lo a partir de seu sistema de restrições semânticas, fazendo um simulacro dele. Já os temas específicos são aqueles próprios de um discurso privilegiado pelo sistema de restrição semântica e são sempre tratados com tal estatuto nos discursos.

No espaço discursivo existe uma relação de assimilação de temas próprios e incompatíveis, uma vez que o discurso no qual estão inscritos faz uso de simulacros para tratar dos últimos. Maingueneau (2008) afirma que um discurso não se define a partir dos temas que trata, mas pela formação discursiva na qual está inscrito, pois é somente a partir dela que podemos analisar e identificar o sistema semântico de restrições desse discurso e entender porque os temas são tratados de uma forma e não de outra.

Esse conceito é de suma importância para as análises do *corpus*, pois por meio dele podemos identificar se o tema aborto foi tratado pela prática da GM em suas relações com os campos político e religioso. Cabe-nos destacar que o tema aborto foi debatido, nas condições de produção de uma disputa presidencial, justamente por ser partilhado pelos campos discursivos midiático, político e religioso.

Nos capítulos 1 e 2, abordamos o plano dos enunciadores e do modo de enunciação da prática discursiva midiática do OI em relação a seu principal alvo de crítica, a GM, que é também um desses planos restritivos de uma FD. Passamos agora a tratar a GM sob o viés da heterogeneidade que ela assume por suas fronteiras estarem abertas ao interdiscurso ou ao que e que Courtine (2009) argumenta se manifestar no intradiscurso, através de seus dois efeitos básicos: o de pré-construído e o de sustentação do discurso e a que Pêcheux (2009) se refere como "o todo complexo com dominante":

> Diremos, então, que o "pré-construído" corresponde ao "sempre já-aí" da interpelação ideológica que fornece-impõe a "realidade" e seu "sentido" sob a forma da universalidade (o "mundo das coisas"), ao passo que a "articulação" constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito (PÊCHEUX, 2009, p.151).

É pelo conceito de pré-construído que podemos entender porque os sentidos estão sempre na relação de interpretação, pois já estão parcialmente significados em referência à interpelação ideológica que sofre a posição sujeito inscrita no discurso. Consequentemente, para Pêcheux, uma FD é dependente do interdiscurso na medida em que observamos o efeito do pré-construído; em outras palavras, "[...] só estão disponíveis, para cada FD, os pré-construídos cujo sentido é evidente para essa FD [...]" (POSSENTI, 2003, p. 256).

As FDs recortam regiões do interdiscurso "[...] (o dizível a memória do dizer) e refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes [...]" (ORLANDI, 2007a, p.20). Assim, cada sujeito, inserido em uma dada posição-sujeito (discursiva) ocupada socialmente, está envolvido por práticas discursivas que determinam o eixo de possibilidades de dizeres evidentes ao seu interdiscurso e aos pré-construídos que o sustenta.

De acordo com Courtine (2009, p.100), "[...] o interdiscurso de uma FD deve ser pensado como um processo de reconfiguração incessante [...]", e é ele quem organiza o que pode e deve ser dito naquela formação discursiva. Como a FD é constitutivamente heterogênea, é o interdiscurso que atua em sua reconstrução como "[...] instância de formação/repetição/transformação dos elementos do saber dessa FD [...]". Tais processos reconfiguram os limites de uma FD constantemente, determinando de que forma ela se relaciona com as outras FDs que a constitui.

Ao citar o interdiscurso ou ao identificá-lo, estamos diante de um espaço discursivo marcado como ideológico que remete ao real uma série de possibilidades já significativas em outros momentos históricos. Tratam-se de memórias discursivas selecionadas por uma determinada posição ideológica; dessa maneira, tudo o que pretendemos dizer como origem de nosso processo discursivo já está significado em outro tempo e lugar, anterior ao processo imediato de nossa enunciação.

Enquanto Pêcheux e Courtine procuram dar conta do interdiscurso em seu aspecto histórico e ideológico, Maingueneau, ao estudar a gênese dos discursos, propõe subdividir esse conceito, o que em termos analíticos foi-nos bastante produtivo e aqui incorporaremos.

Em seu livro 'Gênese do discurso' (2008), Maingueneau apresenta o primado do interdiscurso pautado na perspectiva da heterogeneidade constitutiva "[...] que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro [...]" (MAINGUENEAU, 2008, p.31). Observamos que entre um discurso e seu Outro existe uma relação dialógica interdiscursiva. Ao traçar tal caminho, podemos asseverar que o autor quer destacar a hipótese de que o interdiscurso precede o discurso no qual "a unidade de análise" se trata de um espaço

de trocas entre vários discursos, em que podemos perceber quais as relações estabelecidas entre um determinado discurso e seu Outro, constitutivo de si mesmo.

Ao defender o primado do interdiscurso sobre o discurso, fato também aceito pelos dois autores acima, Maingueneau o subdivide em universo, campo e espaço discursivo. Essa proposta de apreensão do interdiscurso em três níveis diferentes contribuirá para a metodologia de análise deste trabalho. Para o autor, o universo discursivo é o "[...] conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada [...]" (2008, p.33), isto é, trata-se de um conjunto finito que não pode ser aprendido completamente. Já o campo discursivo, situado no universo discursivo, trata-se de um "[...] conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo [...]" (2008, p.34). Dessa forma, é em um campo discursivo que um discurso poderá ser constituído e é a partir das diversas relações que ocorrem dentro de um campo, ou entre as diversas FDs que se encontram em concorrência que um discurso pode se constituir.

Mas como é muito complexo analisar as diversas relações existentes entre as formações discursivas que compõem um grupo, o autor propõe que se isole, no campo, "[...] espaços discursivos, isto é, subconjuntos de formações discursivas que o analista, diante de seu propósito julga relevante por em relação [...]" (MAINGUENEAU, 2008, p.35). Assim, ao localizar um discurso X em um espaço discursivo Y, podemos verificar quais são as relações estabelecidas entre o discurso X com os Outros discursos que compõem o campo discursivo onde se encontra, bem como analisar se eles são citados ou recusados por esse discurso X; consequentemente, podemos identificar quais são os discursos primeiros responsáveis pela constituição do discurso X.

O principal interesse do autor é ressaltar a interdiscursividade como constitutiva do discurso, no sentido de que para que um determinado discurso se constitua ele mantém relações de restrições semânticas com seu Outro. Para o autor, está claro que "[...] reconhecer este tipo de primado do interdiscurso é incitar a construir um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro [...]" (MAINGUENEAU, 2008, p.36).

Notamos ainda que o conceito de interincompreensão constitutiva seria muito produtivo para este trabalho, uma vez que, ao considerarmos o caráter da interdiscursividade como constitutivo dos discursos, devemos observar o espaço do interdiscurso como objeto, no sentido de "[...] fazê-lo apreender, de imediato, não uma formação discursiva, mas a interação

entre formações discursivas [...]" (MAINGUENEAU, 1997, p.119), pois a identidade discursiva de uma FD sempre será construída mediante sua relação intrínseca com seu Outro.

Assim, os elementos que constituem uma FD são retirados da interdiscursividade que a constitui, tendo em vista a afirmação de Maingueneau (1997, p.120) de que "[...] toda unidade de sentido, (...), pode estar inscrita em uma relação essencial com uma outra [...]". Para o autor, é somente a partir dessa interdiscursividade constitutiva que podemos verificar como um enunciado pode ser lido em seu "direito" e em seu "avesso": "[...] uma face significa que pertence a seu próprio discurso, a outra, marca a distância constitutiva que o separa de um ou vários discursos [...]" (MAINGUENEAU, 1997, p.120).

Maingueneau (2008, p.99) afirma que cada discurso está constituído sobre a base de semas "positivos" – reivindicados – e "negativos"– rejeitados –, e a cada posição discursiva é associado um "dispositivo que a faz interpretar" os enunciados do seu Outro "[...] traduzindo-o nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema [...]" (MAINGUENEAU, 2008, p.100). Isso significa, por exemplo, que o discurso religioso pode tratar do aborto, mas fará isso a partir de uma interpretação ou de um simulacro negativo, já que é rejeitado pelo sistema semântico que rege esse discurso. Nesse exemplo, temos um discurso agente, o que traduz, e o discurso paciente, o que é traduzido, e é sempre o primeiro que exerce a tradução do Outro. No entanto, essa tradução não é literal como, por exemplo, o enunciado "interrupção de gravidez" próprio do discurso científico, que quando retomado pelo discurso religioso passará à posição discursiva de paciente porque será traduzido pelo discurso agente (religioso) como um "ato de tirar a vida".

As relações entre o discurso agente e paciente podem ser de duas formas: pela incorporação ou tradução. Nesse âmbito, devemos considerar que pela incorporação acontece uma identificação com os saberes desse Outro, enquanto que a tradução sob a forma do simulacro acontecerá quando o discurso agente se distanciar do saber que rege a FD do seu Outro. Nesse caso, o discurso agente produzirá o "avesso" do discurso paciente por meio de uma incompreensão dele.

> Esta interação entre dois discursos em posição de delimitação recíproca pode ser compreendida como um processo de "tradução" generalizada, ligada a uma *"interincompreensão*". Tradução de um tipo bem particular, entretanto, pois ela opera, não de uma língua natural para outra, mas de uma formação discursiva à outra, isto é, entre zonas da mesma língua. (...). Dito de outra forma, o sentido aqui é um mal-entendido sistemático e constitutivo do espaço discursivo. Mas esta interincompreensão, que determina o que se deve falar e não se deve compreender, possui uma vertente positiva: se ela proíbe que um mesmo sentido circule de um sujeito para o Outro, ela

> também possibilita que os sujeitos partilhem o mesmo discurso, "falem da mesma coisa" (MAINGUENEAU, 1997, p.120-121).

Os sujeitos falam da mesma coisa a partir de pontos de vista diferentes, como se um não compreendesse o Outro e existisse um diálogo entre surdos. Cada sujeito fará uso do discurso de outras FDs dentro de sua FD; assim, os sentidos serão distintos de uma posição sujeito para outra. Esse movimento que constitui uma FD marca a construção de sua identidade, logo, "[...] para preservar sua identidade, o discurso só pode relacionar-se com o Outro do espaço discursivo através do simulacro que dele constrói [...]" (MAINGUENEAU, 1997, p.122). Dessa forma, Maingueneau (2008, p.106) afirma que uma FD não define apenas o que lhe é próprio e regular, mas "[...] igualmente seu modo de coexistência com os Outros discursos [...]".

Observamos que em determinados discursos sua constituição depende da relação polêmica, uma vez que só podem se constituir mediante um conflito com o Outro. Portanto, para que uma FD construa sua identidade, ela deve se opor significativamente ao Outro que a constitui, por meio de uma polêmica que só "[...] se legitima ao aparecer como a repetição de uma série de outras que definem a própria "memória polêmica" de uma formação discursiva [...]" (MAINGUENEAU, 1997, p.124).

> A polêmica aparece exatamente como uma espécie de homeopatia pervertida: ela introduz o Outro em seu recinto para melhor afastar sua ameaça, mas esse Outro só entra anulado enquanto tal, simulacro. Ela mantém, pois, um duplo laço com o simulacro, como o indica seu nome, uma guerra de papel; e pelo fato de que ela não cessa de traduzir o Outro em seu próprio simulacro (MAINGUENEAU, 2008, p.108).

Para o autor, o exercício da polêmica prescindiu uma partilha do mesmo campo discursivo e das leis que lhe estão associadas, pois argumenta que "É preciso desqualificar o adversário, custe o que custar, porque ele é constitutivo exatamente do mesmo que nós, mas deformado, invertido, consequentemente, insuportável [...]". (MAINGUENEAU, 1997, p.125). Dessa forma, a interincompreensão constitutiva implica uma polêmica estabelecida entre um discurso e seu Outro, o qual será objetivado no discurso a partir de seu avesso ou simulacro negativo, de acordo com o sistema restritivo da FD na qual está inscrito.

Compreendemos que o conceito de polêmica como interincompreensão constitutiva nos servirá de base para as análises do *corpus* uma vez que ele se estabelece mediante uma relação constitutiva e interdiscursiva com seu Outro. No caso da problemática deste trabalho, podemos dizer que o Outro da prática discursivo-jornalística do OI é a prática discursiva da

GM, e como já destacamos anteriormente, tratam-se de Outro(s) devido à condição heterogênea e fragmentada dessa prática discursiva de mediação.

Partindo das discussões levantadas por Maingueneau sobre o conceito de interincompreensão podemos levantar a hipótese de que o discurso (segundo a prática discursivo-jornalística do OI) se constitua a partir do discurso primeiro (prática discursiva da GM). Consequentemente, para se constituir enquanto um discurso de crítica e regulamentador, a prática discursivo-jornalística do OI tem que ler o(s) Outro(s) de si mesma de maneira que se distancie ou se identifique com ele (s). As relações estabelecidas entre a forma-sujeito do OI com o (s) Outro(s) que a constitui nos revelaram quais foram as posições-sujeito construídas pela prática discursivo-jornalística do OI, e de posse de tais pressupostos podemos analisar e descrever como se dão seus funcionamentos discursivos.

Nesse sentido, tomando como ponto de partida nossa problemática acerca do funcionamento da prática discursivo-jornalística do OI podemos assinalar que ela está localizada no campo discursivo da mídia e por isso está em concorrência com outras práticas discursivas que "possuem a mesma função social" de servir à população. Como consequência, o alvo de observação da prática discursivo-jornalística do OI é a GM, e podemos pontuar que existe uma relação de concorrência entre a prática discursivo-jornalística do OI e a prática da GM, ambas situadas no mesmo campo discursivo da mídia. Ao produzir a crítica à GM, o OI define um espaço discursivo em que mantém relações interdiscursivas com a prática discursiva da GM. Dessa maneira, a prática discursiva da GM constitui o discurso primeiro, ao passo que a prática discursivo-jornalística do OI é o discurso segundo. Consideramos que a GM é o discurso Outro do OI, ou melhor, como já destacamos anteriormente, se trata do(s) Outro(s) do OI, uma vez que levamos em consideração seu caráter heterogêneo constitutivo.

Ainda em relação ao interdiscurso, é preciso compreender como ele é mobilizado por um dado discurso. Nesse sentido, a compreensão do interdiscurso se faz pelo conceito de memória discursiva. Sobre ele, podemos propalar que existem muitos autores que o discutem devido a sua condição de ser um passado significativo que pode retornar no presente para que dado discurso faça sentido entre interlocutores. Pêcheux (1999) afirma que ela é a própria condição do legível, isto é, para que o discurso faça e produza efeitos de sentidos, ele deve ser compreendido pelos interlocutores dentro de uma formação discursiva. Assim, as memórias que amparam os sentidos são selecionadas do feixe do interdiscurso que corresponde à ideologia na qual essa FD está inscrita. Achard (1999) acredita que há um movimento entre repetição e regularidade, e a repetição é a forma pela qual o passado volta ao presente para ser significado e sua regularidade está na base do que é repetido e reconhecido pelos indivíduos.

> [...] para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância. É preciso que ele conserve uma força a fim de poder posteriormente fazer impressão. Porque é essa possibilidade de fazer impressão que o termo "lembrança" evoca na linguagem corrente (DAVALLON, 1999, p.25).

Davallon (1999) parte do princípio de que a memória não é apenas um simples fato que retorna, haja vista que, para que seja memória e produza sentido, ela deve ter a força de fazer impressão de significar em outro momento histórico e em outros enunciados. Ela pode "viver" novamente nos discursos e tomar outros sentidos e ser novamente reconstruída por meio de suas constantes evocações, em momentos e discursos distintos em tempo e situações diversas.

> [...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os "implícitos" (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p.52).

Ao afirmar que a memória discursiva é condição do legível, o autor entende que um implícito só pode ser compreendido por completo por meio do retorno da memória discursiva que ampara seus sentidos. Dessa forma, é por meio desse conceito que um discurso pode produzir o retorno a acontecimentos antigos que são ressignificados no presente de outro acontecimento. Para Pêcheux, esse outro interno em toda memória é "[...] a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior [...]" (PECHEUX, 1999, p.56).

Pêcheux concorda com Achard ao pensar que a memória se estabelece a partir de um movimento constante entre repetição e regularidade. Contudo, admite que a partir de um novo acontecimento a memória pode ser desfeita e absorver outros acontecimentos, isto é, haveria então "[...] um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento [...]". Para o autor, a memória deve ser vista como "[...] um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos [...]" (PECHEUX, 1999, p.56).

Dessa forma, considerando que a memória discursiva é operada pelos esquecimentos I e II, podemos concluir que ela parte de uma prática ideológica inconsciente do sujeito; assim, entendemos que cada componente inserido em um texto é "arranjado" a partir de um ponto de

vista e uma dada produção de efeitos de sentido será mantida por relações de forças ideológicas. Brandão (2004) nos esclarece melhor o funcionamento da memória discursiva no eixo da constituição dos discursos.

> A noção de memória discursiva, portanto, separa e elege dentre os elementos constituídos numa determinada contingência histórica, aquilo que, numa conjuntura dada, pode emergir e ser atualizado, rejeitando o que não deve ser trazido à tona. Exercendo, dessa forma, uma função ambígua na medida em que recupera o passado e, ao mesmo tempo, o elimina com os apagamentos que opera, a memória irrompe na atualidade do acontecimento, produzindo determinados efeitos a que já nos referimos (BRANDÃO, 2004, p. 99).

Partimos de um já dito que se significa pela linguagem no presente das enunciações e é dessa maneira que a linguagem se historiciza. Temos a nossa disposição um saber discursivo que perpassa pelas redes de memória-interdiscurso e a partir deles são constituídos nossos discursos atuais. Para a AD, cada sujeito, inscrito em práticas sociais, é perpassado por uma ideologia que se presentifica em seus discursos; portanto, a memória é o lugar de constituição dos primeiros níveis de sentido, pois será de acordo com suas estruturas significantes, já estabelecidas, que novos sentidos serão ampliados ou reconstruídos.

3.2 A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA VERDADE

No próximo capítulo, mostramos que, tanto no movimento de crítica do OI quanto na tomada de um posicionamento próprio sobre a temática do aborto, o OI, em seu modo de discursivização, produz um determinado efeito de verdade. Para entendermos melhor a forma como a verdade é construída em seu discurso, buscamos subsídio em Michel Foucault, que almejou construir uma história crítica da verdade, como afirma Candiotto (2010). Interessa-nos pautar nosso estudo sobre a verdade a partir das considerações de Foucault, haja vista que este autor nos remete à sua constituição por meio da história e pelas relações de saber e poder que governam uma sociedade. Entendemos então que este autor trata da verdade em uma perspectiva discursiva[10]. Foucault expõe que o discurso e as enunciações permitem que observemos a maneira pela qual os sujeitos se constituem e como eles veem o mundo.

[10] É importante salientarmos que nos atemos às considerações de Foucault especificamente no que se refere às suas contribuições filosófico-discursivas sobre a produção de um efeito de verdade; consequentemente, trouxemos as considerações teóricas de acordo com este autor a fim de respeitarmos seu pensamento. No entanto, no decorrer da análise do *corpus* ater-nos-emos aos pressupostos teóricos e dispositivos operacionais apresentados no próximo capítulo deste trabalho.

A verdade ou um determinado efeito de verdade, produzido por uma enunciação, constitui o ponto de partida para que entendamos porque e como é possível a existência de determinados regimes de verdade em uma sociedade, além de desvendar a forma pela qual o sujeito, em consonância com Foucault, é subjetivado a tais regimes. O estudo de Foucault é muito interessante porque consegue apreender a verdade do homem justamente pelo que ele produz: o discurso. Candiotto (2010, p.17) alega que "[...] trata-se de elaborar a "genealogia do sujeito moderno (...) mediante o estudo de sua constituição nas práticas históricas [...]". Entender esse percurso é de extrema importância para que possamos chegar não à verdade, mas sim ao efeito de sentido construído pela sua evidência no discurso.

Nosso interesse em observar como um determinado efeito de verdade é construído na sociedade busca em Foucault um caminho que nos permita analisar, em nosso *corpus,* como um dado efeito de verdade é constituído e construído sócio historicamente por meio da prática discursivo-jornalística do OI, no que tange à discussão da temática do aborto nas condições de produção da disputa eleitoral de 2010. Antes, é necessário destacarmos que a obra de Foucault é extensa e tomamos como pontos de partida da histórica crítica da verdade apenas considerações que nos guiarão sobre o trabalho analítico dos nossos propósitos[11]. Logo, recortaremos os aspectos fundamentais da teoria de Foucault que nos levem a entender e a analisar como o Observatório da Imprensa, ao criticar o modo de discursivização da GM acerca do aborto, acaba por produzir um efeito de verdade sobre esse tema em seus discursos.

Em conformidade com Candiotto (2010), a construção de uma história crítica da verdade está presente em várias obras de Foucault e ela se inicia em *A arqueologia do saber* (2009), já que, de acordo com este autor, Foucault entendia que a articulação entre a verdade e o sujeito não preexiste aos saberes e às práticas discursivas. Para pesquisar a vontade de saber de uma sociedade seria necessário analisar as práticas discursivas, segundo Foucault (1997, p.11), único nível que permite analisar os sistemas de pensamento do homem, uma vez que "[...] é o conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que faz com que algo entre em jogo do verdadeiro e do falso e o constitua como objeto para o pensamento [...]" (FOUCAULT, 1994d, p.670, apud CANDIOTTO, 2010, p.18). Esse jogo que estabelece o que é falso e verdadeiro baseia-se nas práticas discursivas que, por seu turno, podem ser definidas pelo saber que elas formam.

[11] Fizemos tal recorte pois reconhecemos a impossibilidade de um aprofundamento na obra foucaultiana nas condições de produção de um trabalho acadêmico de mestrado, que exigiu também outras leituras. Dessa forma, tomamos a obra de Cadiotto como uma leitura norteadora necessária para uma primeira compreensão discursiva da verdade, tão dispersa na vasta obra de Foucault.

Se o saber é considerado em Foucault (2009, p. 204-205) como aquilo que se pode dizer em uma prática discursiva, espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos, campo de coordenação e subordinação entre os enunciados, e como a possibilidade de utilização oferecida por um dado discurso, as práticas discursivas se relacionam não apenas com o saber que as constitui, mas também com o sujeito e a história de onde emergem. Assim, observamos que a verdade teria uma relação direta com a produção de discursos, dada a partir de uma determinada prática discursiva, devidamente regimentada por relações de poder que atuam sobre os saberes dessa prática.

> A verdade, no sentido da constituição de uma verdade de si, é inseparável da problematização das relações de poder entre as práticas sociais. Além de ser efeito do jogo de regras entre os saberes, a verdade do sujeito passa a ser pensada também como efeito de estratégias de poder de uma sociedade (CANDIOTTO, 2010, p.22).

Nesse sentido, as práticas discursivas representam o primeiro ponto de articulação entre a verdade e o discurso, porque são consideradas instâncias nas quais o discurso é produzido e constituído mediante as relações de saber e poder que atuam em uma sociedade. A verdade seria constituída a partir desses infinitos jogos entre os saberes e os poderes que só seriam reconhecidos como verdadeiros ou falsos por meio das relações de poder que os sustentam e legitimam; em suma, seria um efeito de relações de poder.

Candiotto (2010, p.50) afirma que a hipótese de Foucault é a de que "[...] aquilo normalmente denominado como verdade constitui efeito da vontade (histórica) de verdade observada na articulação entre estratégias de poder e tecnologias de saber [...]". Tal vontade de verdade é discutida em *A ordem do discurso* (2006), obra na qual, em consonância com Foucault, o discurso é dado como o campo em que acontece o enfrentamento dos saberes e nele um determinado saber é legitimado por uma vontade de verdade; os outros, por sua vez, são excluídos porque não se encontram em conformidade com a ordem que rege esse discurso. Assim, a ordem do discurso é a articulação dominante de forças que sujeita outros saberes, por isso é considerada como critério que impõe significações como "[...] dizer o que é verdadeiro e o que é falso, o que está certo e o que está errado, (...), nada mais do que um modo de operar separações [...]" (CANDIOTTO, 2010, p.51). Então, a ordem do discurso responderia à vontade de verdade de um dado discurso e seria a responsável por separar o "joio do trigo", o que é verdadeiro ou falso em determinada ordem discursiva.

Foucault propõe que aquilo que é dado e reconhecido como verdade em uma sociedade é configurado por relações de poder. Estas, por seu turno, atuam como sistemas de

exclusão de saberes que não devem pertencer a dada sociedade. O discurso verdadeiro imporia aos outros o caráter falso, instaurando sobre si mesmo qual é a ordem que faz com que seu discurso seja legitimado como verdadeiro em detrimento dos outros. Assim, o fator responsável pela separação entre o que é verdadeiro e falso é resultado da vontade de verdade que se impõe sobre um discurso, devidamente estabelecido por práticas discursivas e sociais.

> Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído (FOUCAULT, 2006, p.17).

Compreendemos, então, que para Foucault essa vontade de verdade responde a um suporte institucional, na linguagem do autor, às relações de poder que imperam sobre as outras relações por meio de coerções. No entanto, esse poder, essa instituição legitima e reproduz esse poder e verdade, nele presente, por meio das práticas sociais e discursivas. As relações de poder são constituídas por saberes reconhecidos, em uma sociedade, como verdades. Dessa forma, o que é verdadeiro encontra-se nessa relação de efeito de uma vontade de verdade que atua em determinado discurso mediante a sua inscrição em uma prática social, isto é, reconhecendo seus limites e seu modo de significar dentro daquela prática, legitimada a partir de determinadas relações de poder e saber que determinam o que lhe é devido e indevido, o que é verdadeiro e falso.

Foucault afirma que, assim como os sentidos são construídos por meio da exterioridade, a verdade também só será produzida nessas condições. Para o autor, "[...] não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma "política" discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos [...]" (FOUCAULT, 2006, p.35), já que a verdade também é constituída mediante a própria ordem que rege o discurso no qual se constitui seus efeitos. Assim, o que é exterior à verdade é constituído por condições políticas e econômicas, e estas representam o solo que dá possibilidade para sua existência e permanência na sociedade.

> Para saber a emergência daquilo que normalmente é qualificado como verdadeiro é preciso aproximar-se antes dos políticos e de suas lutas pelo poder do que dos filósofos e de suas verdades essenciais. No seu aspecto genealógico, a verdade é pensada sempre como estratégia a partir da qual

> alguém se encontra situado, prescindindo da fundamentação de um sujeito universal (CANDIOTTO, 2010, p.62).

Candiotto (2010) explica que Foucault, em sua genealogia, entende que o que é externo ao discurso rege sua rede de significações sócio históricas e também determina seu regime assim como as regras que deve obedecer para ser reconhecido como tal na sociedade. Sendo assim, a verdade é sempre considerada uma estratégia discursiva de um determinado poder que quer se estabelecer e proliferar suas relações em uma sociedade e tem uma relação direta com a prática social na qual está inscrita, uma vez que age sempre com vistas a interesses políticos e sociais.

Entender o percurso inicial de Foucault, na história crítica da verdade, é de suma importância neste trabalho, pois compreendemos a necessidade de partir de uma prática discursiva, no caso a do OI, para identificar e analisar qual a ordem de discurso que a rege e chegar à vontade de verdade presente no discurso do OI.

Como analistas, buscamos em Foucault o ponto inicial e primordial para que determinado efeito de verdade possa ser constituído discursivamente é a vontade de verdade, presente na discursividade do OI, responsável por impor um saber como verdadeiro e outro como falso, que elege na prática discursivo-jornalística do OI o que é verdadeiro e falso sobre as discussões em torno da temática do aborto e sobre a conduta dos políticos, religiosos e da imprensa.

Foucault, a partir do pressuposto de que é nas práticas sociais e discursivas que uma determinada vontade de verdade se sobressai sobre as outras, analisa historicamente como elas podem, de fato, engendrar domínios de saber e se tornarem verdades. É em *A verdade e as formas jurídicas* (2002) que esse trabalho começa a ser realizado; autor destaca que os saberes, dados como verdadeiros por determinadas práticas sociais, são estabelecidos como conhecimento ou ainda como novas formas de sujeito de conhecimento.

> Meu objetivo será mostrar-lhes como as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento. O próprio sujeito de conhecimento tem uma história, a relação do sujeito com o objeto, ou, mais claramente, a própria verdade (FOUCAULT, 2002, p.8).

Essas formas de sujeito de conhecimento, que são provenientes das práticas sociais, equivalem aos saberes que elas reproduzem e legitimam na sociedade. Consequentemente, tais práticas regulamentam e cristalizam determinadas verdades, construídas por mecanismos

internos a essas práticas sociais. Foucault ressalta que esse sujeito de conhecimento não é dado definitivamente, mas está em constante movimento de construção e reconstrução, haja vista que está submetido aos saberes que podem emergir em uma sociedade em um dado momento sócio histórico.

O objetivo do autor é também o de reelaborar uma teoria do sujeito, porque quer ver "[...] um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado na história [...]" (FOUCAULT, 2002, p.10). Assim, trata-se de um sujeito (observador crítico de mídia, no nosso caso deste estudo) que não é dado definitivamente senão constituído a partir das ordens dos discursos e dos saberes que se instauram na sociedade cotidianamente. Em resumo, Foucault levanta a problemática de observar como o sujeito pode ser analisado a partir da constituição histórica de um sujeito de conhecimento através de um discurso, tomado como um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais.

Em *A verdade e as formas jurídicas* (2002), Foucault coloca suas hipóteses em trabalho e se propõe a analisar como as práticas do inquérito e penais se tornaram uma forma de se conhecer e alcançar a verdade e como chegaram a engendrar domínios de saber na sociedade. O autor afirma que esse interesse pelas práticas sociais judiciárias se dá por observar que "[...] entre as práticas sociais em que a análise histórica permite localizar a emergência de novas formas de subjetividade, as práticas jurídicas, ou mais precisamente, as práticas judiciárias, estão entre as mais importantes [...]" (FOUCAULT, 2002, p.11). Isso se deve ao fato de que essas formas de subjetividade são as formas com as quais o sujeito é sujeitado a uma determinada verdade, isto é, a uma verdade que lhe é evidente em uma determinada prática social; por exemplo, o respeito à deontologia das mídias é posto como evidente para o OI. Assim, as práticas judiciárias são responsáveis pela emergência de novas formas de subjetividade, ou seja, de novas formas com as quais os sujeitos se reconhecem em uma dada sociedade e se governam. No caso da mídia, temos a lei de imprensa, por exemplo.

A hipótese de trabalho de Foucault é de que há duas histórias da verdade: uma em que ela é algo que se corrige internamente "[...] a partir de seus próprios princípios de regulação [...]"; já a outra observa que pode existir uma história externa da verdade, pois "[...] parece-me que existem, na sociedade, ou pelo menos, em nossas sociedades, vários outros lugares onde a verdade se forma, onde um certo número de regras de jogo são definidas [...]", (FOUCAULT, 2002 p.11). Tais regras desse jogo representam a possibilidade de existência de novas formas de saber que, por sua vez, configuram-se em novos objetos a conhecer e em novas verdades instauradas na sociedade por meio de relações de saber-poder.

Compreendemos então que as relações de poder (o poder de criticar a mídia ou os sujeitos que nela se inserem) só podem existir se determinados sujeitos de conhecimento (o jornalista-pesquisador) surgirem e legitimarem determinadas verdades e saberes em uma sociedade. Foucault, a partir desse pressuposto, retoma Nietzsche por entender que suas considerações relativas ao sujeito de conhecimento sejam o modelo para as análises das práticas sociais judiciárias da formação e constituição das práticas do inquérito e exame, como legitimadores de uma verdade na sociedade.

Especificamente de Nietzsche, Foucault retoma as considerações levantadas sobre a teoria do conhecimento, pois elas representam um modelo para se abordar o problema da formação de certo domínio de saber em uma sociedade. Para o autor, tais contribuições de Nietzsche se dão a partir de duas rupturas no campo da filosofia: a primeira está relacionada à não linearidade entre o conhecimento e as coisas, uma vez que se o conhecimento é produzido a partir da luta dos instintos humanos, para Nietzsche, não desaparece apenas a figura de Deus, mas também do sujeito e sua unidade de soberania, isso porque não é mais exclusivo do homem o desejo de conhecer senão o resultado da luta entre seus instintos. A segunda ruptura é a de que não há, portanto, no conhecimento, uma adequação ao objeto, uma relação de assimilação, mas, ao contrário, uma relação de distância e dominação: o conhecimento é fruto de uma luta e resultado de um sistema precário de poder.

O que interessa para Foucault, em Nietzsche, é um "[...] modelo que permite abordar (...) o problema da formação de certo número de domínios de saber a partir de relações de força e de relações políticas na sociedade [...]"(FOUCAULT, 2002, p.26). Em outras palavras, as relações de poder, políticas e econômicas que regem uma sociedade são responsáveis pela produção das verdades, assim o saber polemizado por uma determinada verdade sustenta as relações de poder que o reproduz. Entendemos que outro ponto interessante da leitura que Foucault faz de Nietzsche é o de que pela teoria do conhecimento Foucault aborda a verdade como uma invenção ou como algo a conhecer que é produzido mediante um número de regras que correspondem à prática discursiva e social na qual está discursivizada.

Observamos, então, que só pode haver certos tipos de sujeito de conhecimento, ordens de verdade e domínios de saber a partir de condições políticas que são o solo em que se constitui o próprio sujeito do conhecimento. Assim, por Nietzsche, entendemos que os modelos de verdade são formados por estruturas políticas que não se impõem do exterior ao sujeito de conhecimento, mas são constitutivas desse sujeito. As verdades passam a ser resultados de mecanismos institucionais que se reproduzem por meio das práticas sociais e discursivas, nas quais o indivíduo, para ser sujeito de um discurso, coloca-se em uma

determinada posição e se reconhece com a verdade dessa posição, tomando-a como evidente. Consequentemente, o saber dessa prática é dado como único e reproduzido por meio das coerções a que o sujeito é sujeitado para assumir uma dada posição.

Continuando seu trabalho, Foucault (2002) analisa como as práticas sociais do inquérito e a penal engendram domínios de saber da prática judiciária. Para o autor, a prática do inquérito é uma prática pela qual se pode chegar a conhecer a verdade e tem uma dupla origem. Segundo o autor, na época do império Carolíngio, o inquérito era utilizado quando os representantes do soberano tinham que resolver problemas de poder, impostos, direito, propriedades. Dessa forma, eles reuniam pessoas capazes de reconhecer o direito e as faziam jurar dizer a verdade, o que tinham visto ou ouvido dizer sobre o caso, e após o fim desses testemunhos os representantes tomavam a decisão sobre o caso, o que, para Foucault, tratava-se de uma prática que auxiliava na administração das cidades. Já na Igreja da alta Idade Média essa prática era utilizada pelo critério da espiritualidade, pois como o poder político estava nas mãos da Igreja, o inquérito era utilizado para julgar os pecadores e a maneira como os bens da Igreja eram administrados; em suma, era um misto entre religioso e administrativo.

Para Foucault (2002), está claro que o inquérito passa a ser agregado à prática judiciária por ser convocado a ser substituto do antigo flagrante de delito, pois a figura da testemunha, como modo de transferir o passado para a atualidade e proporcionar um julgamento justo dos fatos, é imprescindível para que um poder judiciário seja reconhecido e legitimado na sociedade. Foucault assevera ainda que a partir dessa prática surgiram outros procedimentos que garantiam a legitimidade do poder judiciário, tais como os administrativos ou econômicos, bem como a noção de infração. Na visão do autor, essa prática se difundiu por várias áreas do saber como forma de se conhecer a verdade sobre os fatos e também serviu primeiramente à administração para a manutenção de um regime de poder.

> O inquérito é precisamente uma forma política, uma forma de gestão, de exercício do poder que, por meio da instituição judiciária, veio a ser uma maneira, na cultura ocidental, de autentificar a verdade, de adquirir coisas que vão ser consideradas como verdadeiras e de as transmitir. O inquérito é uma forma de saber-poder. É a análise dessas formas que nos deve conduzir a análise mais estrita das relações entre os conflitos de conhecimento e as determinações econômico-políticas (FOUCAULT, 2002, p.78).

Assim como as práticas discursivas situadas a partir de mecanismos produtores de verdade, a prática do inquérito também se encontra relacionada e determinada por uma instituição; nesse caso, a judiciária. Por meio de uma instituição seu saber é legitimado e o

poder é estabelecido na sociedade graças aos mecanismos que utiliza para produzir a evidência da verdade. Observamos que os sujeitos de conhecimento surgem com as verdades produzidas pela prática do inquérito, porque existe um sistema judiciário, amparado pela prática do inquérito, que permite dizer e chegar à verdade dos fatos mediante a figura das testemunhas e dos depoimentos que constroem a verdade em uma sociedade. Consideramos que existe uma prática administrativa, chamada de inquérito, que engendrou os domínios de saber da prática judiciária, com o passar dos anos, para lhe conferir legitimidade a partir do saber da testemunha sobre o que viu e ouviu dos fatos.

Dando continuidade aos pontos destacados da história crítica da verdade, Candiotto afirma que, em 1978, Foucault pensava a verdade como diretamente relacionada e dependente das relações de saber e poder que atuam em uma sociedade, e para este autor "Não há verdade sem poder ou fora do poder [...]" (CANDIOTTO, 2010, p.65), reconhecendo que essas verdades ou efeito de verdade seriam produzidos mediante os regimes de verdade; consequentemente, seu questionamento passava a ser: "[...] saber como regimes de verdade vinculam-se às relações de poder [...]" (CANDIOTTO, 2010, p.66). Logo, a fim de solucionar mais essa questão, o autor questiona: quais são os grandes regimes de verdade que atuam em uma sociedade? Como esse regime é constituído mediante as relações de poder? E como os enunciados podem ser dados como aceitáveis em uma sociedade? Tais questionamentos são mais fortes e presentes no primeiro capítulo do livro *Microfísica do poder* (1979), *Verdade e poder*.

No capítulo *Verdade e poder* (1979), Foucault tece algumas considerações sobre o que seria uma política da verdade; afinal, em sua acepção, ela se trata de uma questão política que corresponderia ao regime econômico de uma sociedade, assim como o capitalismo é a verdade da modernidade. Verificamos que o autor se debruça sobre as práticas históricas para analisar "[...] como se produzem efeito de verdade no interior de discursos que não são entre si nem verdadeiros nem falsos [...]" (FOUCAULT, 1979, p.7). Isto porque autor rejeita a ideia de que haja uma única verdade incontestável, imune ao desejo do poder, uma vez que acredita que a verdade é construída sócio historicamente.

Foucault entendia que cada sociedade tem um regime de verdade, representado por discursos de diversos tipos que funcionam como verdadeiros como, por exemplo, da medicina, ciência, jurídico, entre outros. Estes, por seu turno, são admitidos como verdadeiros por meio de mecanismos produtores de verdade que legitimam e permitem que se distinga enunciados verdadeiros de falsos dentro de uma determina ordem discursiva.

> Em nossas sociedades, a "economia política" da verdade tem cinco características historicamente importantes: a "verdade" é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos e econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim é o objeto de debate político e do confronto social (as lutas "ideológicas") (FOUCAULT, 1979, p.13).

Tais características da verdade remetem à função que ela exerce em uma sociedade, e observamos que, de acordo com Foucault, ela está intimamente ligada às relações políticas e econômicas que governam uma sociedade. Sendo assim, podemos pensar que seu regime está ligado aos cinco pontos abordados por Foucault, e para que seja reconhecido como verdade, um enunciado deve responder ao discurso produzido em uma instituição legitimada, submetido a determinações políticas e econômicas de sua funcionalidade na sociedade; ser objeto de difusão e consumo, produzido mediante as relações de poder que cercam os aparelhos políticos e econômicos responsáveis pela sua manutenção; e, por fim, deve ser objeto de debate e confronto político e social. Para Candiotto (2010, p.66), esses cinco pontos que sustentam o regime de verdade representam que em uma sociedade "importam os embates *em torno* da verdade, ou seja, do papel econômico e político que ela desempenha. A verdade neutra e essencial liberta do poder, não existe", já que ela é entendida a partir de seus efeitos de poder na sociedade.

Candiotto ainda afirma sobre qual ponto Foucault distingue sua história crítica da verdade dos outros filósofos que tentaram entendê-la a partir da teoria do conhecimento. Este autor entende que, para Foucault, "[...] a verdade não está restrita ao âmbito do conhecimento científico, sendo este somente *um* regime de verdade [...]" (CANDIOTTO, 2010, p.67), assim, ela não poderia ser explicada a partir de uma teoria, já que isso excluiria os outros regimes de enunciabilidade que atuaram em sua constituição. Dessa forma, não haveria um regime universal de produção e circulação da verdade, pois ela está submetida a diversas ordens de saber e poder que constituem os diversos regimes de verdade existentes em uma sociedade.

> Há um combate "pela verdade" ou, ao menos, "em torno da verdade" – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer "o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar", mas o "conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder" da verdade, mas em torno do

> estatuto da verdade e do papel econômico- político que ela desempenha. É preciso pensar os problemas políticos dos intelectuais não em termos de "ciência/ideologia", mas em termos de "verdade/poder" (FOUCAULT, 1979, p.13).

No excerto acima, podemos entender duas proposições fundamentais de Foucault em torno de uma política da verdade. A primeira é a de que os regimes de verdade são essenciais às estruturas que asseguram o funcionamento da sociedade. Em suma, foi necessário que houvesse regimes de verdade para que a sociedade caminhasse na mesma direção, seguindo os mesmos valores; assim, ela se tornou um regime que permite que os homens se governem uns aos outros. A segunda proposição diz respeito, justamente, a esse regime de verdade e sua relação com a política e economia de cada sociedade na qual ela seria o ponto-chave para que uma sociedade sobreviva, uma vez que sua economia e política dependem extremamente de qual é a verdade que regula as relações econômicas. Sendo assim, o regime de verdade, que impera sobre uma sociedade, atribui o que é verdadeiro mediante as relações de poder. Esse ponto entre a verdade e o poder revela quais são as razões da existência da verdade ou das verdades em uma sociedade.

A partir de tais considerações podemos analisar e compreender em nosso *corpus* qual é o regime de verdade que sustenta a prática discursivo-jornalística do OI bem como atestar se esse discurso responde aos cinco pontos discutidos por Foucault, dados como condição para que um enunciado seja tido como verdadeiro ou falso em uma sociedade.

CAPÍTULO 4 - O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DE CRÍTICA DO OI E A CONSTRUÇÃO DE UM POSICIONAMENTO EM RELAÇÃO À TEMÁTICA ABORTO

Com base nos pressupostos teóricos apresentados até o momento, podemos prosseguir com nossa proposta de análise considerando que a crítica funciona como uma posição-sujeito plenamente identificada com a forma-sujeito do discurso do OI, voltada para a GM e dada a sua constituição exotérica, aos campos político e religioso movimentados pela GM na discursivização da temática do aborto nas eleições. Nesse sentido, os itens que seguem são resultado do trabalho de sistematização e análise dos diversos artigos opinativos que compuseram nosso arquivo do OI no segundo turno das eleições presidenciais de 2010, a partir do qual formamos um *corpus* de SDs que nos permitiram explicar o movimento discursivo específico a cada alvo de suas críticas, bem como destacar seu modo de sustentação pelas relações interdiscursivas praticadas.

4.1. AS CRÍTICAS AOS SUJEITOS POLÍTICOS NA MÍDIA EM RELAÇÃO AO CAMPO RELIGIOSO

No decorrer da leitura e sistematização do *corpus*, observamos que a principal função da prática discursiva do OI é criticar e monitorar o trabalho da GM, mas ao se propor a essa tarefa, o OI também produz a crítica interdiscursivamente aos campos discursivos publicizados pela GM na discursivização do tema aborto. Dessa forma, como os campos são constituídos por formações discursivas (MAINGUENEAU, 2008) e estas são ocupadas pelos sujeitos na sociedade, podemos afirmar que essa crítica afeta os sujeitos políticos envolvidos diretamente na campanha presidencial do segundo turno: Serra e Dilma. Isso nos leva ao seguinte dado: existe uma crítica à GM em relação interdiscursiva com o campo político no tocante à posição dos candidatos à presidência sobre o aborto, manifestada nas mídias, nas condições de produção de uma disputa presidencial de segundo turno.

Partindo do pressuposto de que existe uma crítica em relação interdiscursiva aos candidatos à presidência da República, propomo-nos a analisar qual ou quais são essas críticas e ainda quais são os movimentos discursivos que as asseguram. Para tanto, construímos

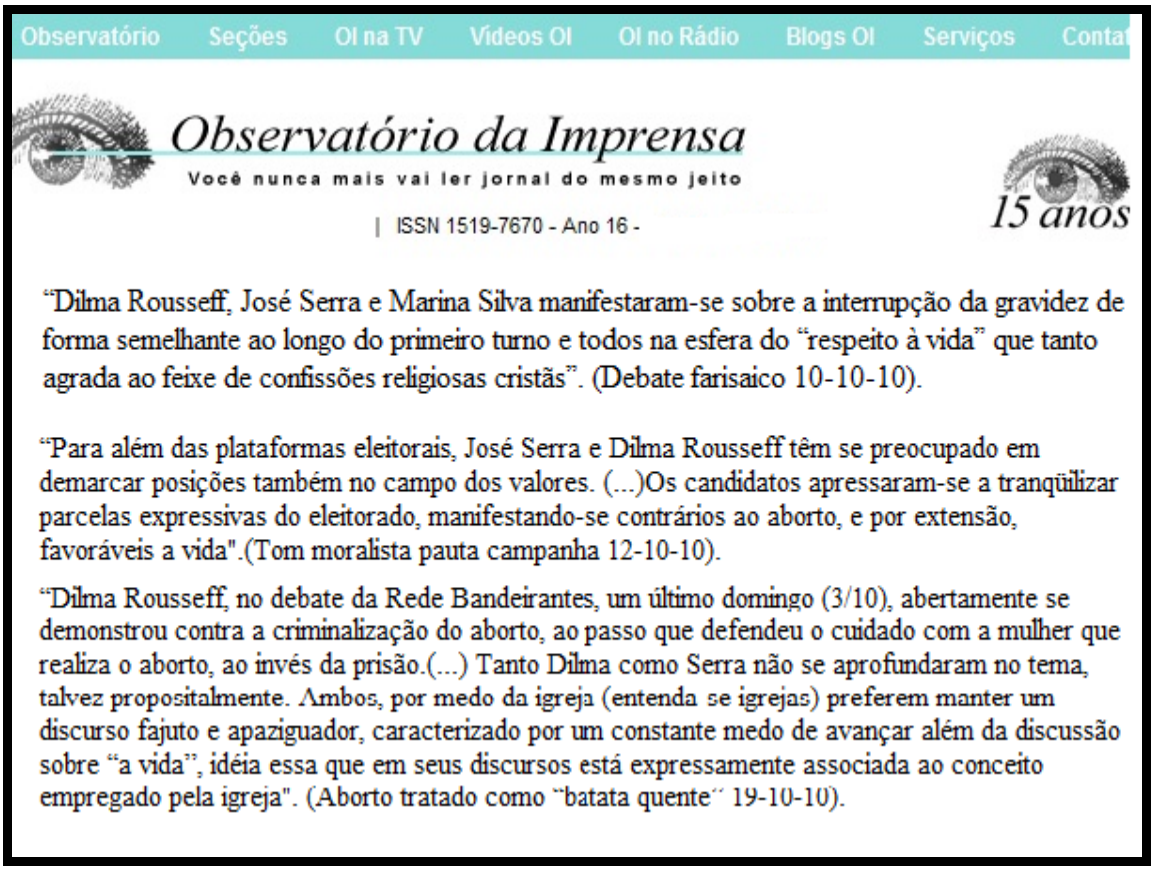
alguns blocos compostos por SDs que representam esse primeiro enfoque da prática discursivo-jornalística do OI. Verificamos que tais SDs enfatizam quais são as críticas assim como os pontos importantes de seu funcionamento em relação interdiscursiva com os sujeitos políticos Serra e Dilma.

A primeira crítica feita pela prática discursiva do OI é a de que *a posição assumida pelos candidatos à presidência sobre o aborto, a partir do que a GM publicou, foi resultado de uma manobra político-eleitoral no sentido de agradar as parcelas expressivas do eleitorado para não perder votos*. Assim, para que essa crítica produza o efeito de verdade, a prática discursiva do OI promove o movimento discursivo de distanciamento do lugar e do saber político que motivou as declarações dos candidatos à presidência no início das eleições.

Compreendemos que o interdiscurso sobre o qual essa crítica se realiza está marcado pelas inúmeras declarações públicas tanto de Serra quanto de Dilma acerca do aborto, ou seja, tudo o que esses sujeitos políticos disseram sobre o aborto nas condições da disputa presidencial de 2010, especialmente no segundo turno da campanha. As memórias discursivas (PÊCHEUX, 1999) de tais declarações são retomadas para que essa crítica produza o efeito de verossimilhança que corresponde a um fato real. Em nosso trabalho, pudemos chegar a tais memórias discursivas por meio do arquivo âncora, do qual citamos algumas manchetes representativas, tais como: *PT estuda tirar* ***aborto*** *de programa para estancar queda de Dilma entre* ***religiosos***[12]*; Deus, valores e defesa da vida marcam volta à TV*[13]*; Serra e Dilma dão largada na TV apelando para discurso religioso*[14].

Na sequência, temos o bloco de SDs que representam essa primeira crítica da prática discursiva do OI em relação interdiscursiva aos sujeitos políticos em destaque. Lembramos que tal relação somente é possível a partir do que os sujeitos políticos disseram na mídia, ou seja, o OI observa e critica o desempenho dos sujeitos políticos (no que se refere ao tratamento da temática do aborto) a partir do que teriam dito nas mídias, inclusive a televisiva.

[12] Arquivo âncora Folha de São Paulo 05/10/2010.
[13] Arquivo âncora Folha de São Paulo 09/10/2010.
[14] Arquivo âncora O Estado de São Paulo 09/10/2010.


Observatório Seções OI na TV Vídeos OI OI no Rádio Blogs OI Serviços Contat

Observatório da Imprensa

Você nunca mais vai ler jornal do mesmo jeito

| ISSN 1519-7670 - Ano 16 -

15 anos

"Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva manifestaram-se sobre a interrupção da gravidez de forma semelhante ao longo do primeiro turno e todos na esfera do "respeito à vida" que tanto agrada ao feixe de confissões religiosas cristãs". (Debate farisaico 10-10-10).

"Para além das plataformas eleitorais, José Serra e Dilma Rousseff têm se preocupado em demarcar posições também no campo dos valores. (...)Os candidatos apressaram-se a tranqüilizar parcelas expressivas do eleitorado, manifestando-se contrários ao aborto, e por extensão, favoráveis a vida".(Tom moralista pauta campanha 12-10-10).

"Dilma Rousseff, no debate da Rede Bandeirantes, um último domingo (3/10), abertamente se demonstrou contra a criminalização do aborto, ao passo que defendeu o cuidado com a mulher que realiza o aborto, ao invés da prisão.(...) Tanto Dilma como Serra não se aprofundaram no tema, talvez propositalmente. Ambos, por medo da igreja (entenda se igrejas) preferem manter um discurso fajuto e apaziguador, caracterizado por um constante medo de avançar além da discussão sobre "a vida", idéia essa que em seus discursos está expressamente associada ao conceito empregado pela igreja". (Aborto tratado como "batata quente" 19-10-10).

QUADRO 8 - A crítica ao saber que rege as FDs dos candidatos à presidência

A primeira crítica da prática discursiva do OI produz o efeito de verdade devido a dois fatores: distanciamento dessa prática com o saber que rege as práticas político-eleitorais de Serra e Dilma e pelo fato de a crítica estar pautada na deontologia do jornalismo (BERTRAND, 1999).

No primeiro momento, observamos que podemos chegar ao processo de distanciamento da prática discursiva do OI com o saber político-eleitoral dos sujeitos políticos Serra e Dilma por meio do processo de interincompreensão constitutiva (MAINGUENEAU, 2008), uma vez que a prática discursivo-jornalística do OI deve materializar os saberes do campo midiático e político e, ao tornar público o que a mídia disse sobre o político, o OI "reinterpreta" os discursos desses outros campos discursivos dentro do que considera evidente sobre o aborto.

Dessa forma, temos um discurso agente (prática discursivo-jornalística do OI) que incompreende o discurso paciente (nesse caso, os discursos dos sujeitos políticos nas mídias, envolvidos na polêmica do aborto). Assim, como a prática do OI deve mediar a relação da GM com a sociedade "já midiatizada" ela "traduz" o que leu sobre as posições assumidas

pelos candidatos ao seu discurso de crítica e monitoramento na forma do simulacro, conforme Maingueneau o entende no processo de interincompreensão do Outro.

A partir das três SDs destacadas chegamos aos simulacros produzidos pela prática do OI que representam a interincompreensão que ela faz das atitudes dos candidatos à presidência. A prática do OI traz a informação ressignificada pelas coerções do sistema semântico global que rege a forma-sujeito de sua FD que está filiada à deontologia midiática e é a partir desse movimento que o efeito de sentido de crítica é produzido. Tais simulacros são: *"todos na esfera do respeito à vida que tanto agrada ao feixe de confissões religiosas cristãs", "José Serra e Dilma Rousseff têm se preocupado em demarcar posições também no campo dos valores" e "manifestando-se contrários ao aborto, e por extensão, favoráveis à vida".* A partir desses simulacros, podemos postular que o OI se distancia do saber que constitui a plataforma eleitoral dos candidatos à presidência, pois afirma que elas se restringem a uma única instituição que está sendo priorizada na definição de um posicionamento sobre o aborto, ou seja, a religiosa, que é no fundo política (tendo em vista o objetivo de garantir os votos religiosos)[15].

Quando o OI produz tais simulacros ele analisa qual a relação entre o campo da política e o da religião nas condições de produção de uma disputa presidencial a partir do que a GM publicizou. Desse modo, prática discursiva do OI ainda destaca uma informação importante nesse contexto, pois sugere que os candidatos deixaram de discutir a temática do aborto em sua posição política. Em suma, essa informação, agregada aos dados obtidos pela "observação e monitoramento" do que foi publicado na GM sobre as posições dos candidatos, aparece sob a forma de simulacros como: *"Tanto Dilma como Serra não se aprofundaram no tema, talvez propositalmente. Ambos por medo da igreja (entenda-se igrejas) preferem manter um discurso fajuto e apaziguador, caracterizado por um constante medo de avançar além da discussão sobre "a vida"".* Assim, em simulacros como esse a prática do OI produz o efeito de sentido de desqualificação da discussão moral sobre o aborto justamente por ela estar delimitada e restrita ao campo religioso. Com isso, o OI abre a possibilidade para que essa discussão seja pensada por meio de outras instituições e enfoques, já que preconiza que os *"candidatos não vão além da vida".*

Julgamos que é justamente a partir de tais simulacros que podemos observar a delimitação do lugar na luta de classes, nas quais esses discursos são produzidos, ou melhor, a

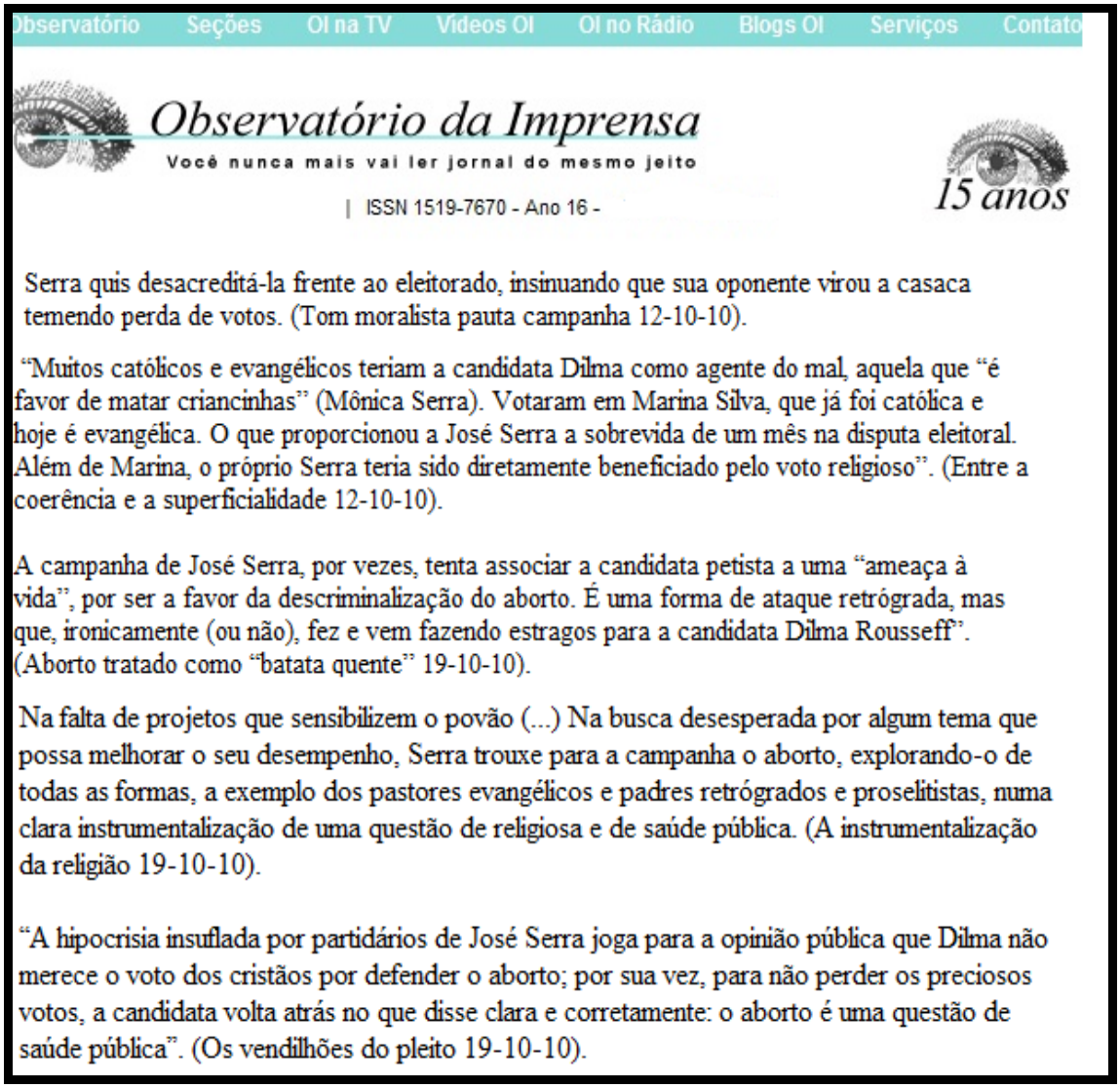
[15] Não nos propusemos aqui a analisar o sistema de restrições das FDs do campo político, mas pontuamos que, enquanto sistema que determina o que pode e deve ser dito, possivelmente esse "uso eleitoreiro da religião" não seja visto dessa forma pelas FDs políticas, mas sim como uma necessidade intrínseca à conjuntura político-eleitoral.

posições assumidas pelos candidatos os colocam do lado religioso da luta de classes, promovendo uma politização da religião, pois os candidatos Dilma e Serra estavam em busca de votos, portanto, o objetivo de ambos os candidatos era apenas o de ganhar votos e nunca perdê-los. Ao se manifestarem em relação ao respeito à vida no campo dos valores, essas práticas entram na disputa pelos votos com apelo religioso. Nesse âmbito, entendemos que existe uma politização da religião com a finalidade de arrecadar e não perder votos por parte dos candidatos à presidência. A prática do OI evidencia que a temática do aborto, tratada pelos sujeitos políticos na esfera do campo dos valores, foi significada a partir do campo religioso e não do campo político como deveria, em vista, segundo ela, as condições de produção de uma disputa presidencial.

Destacamos ainda que, ao criticar tais posicionamentos, a prática discursiva do OI se coloca do outro lado da luta de classes, isto é, ao se distanciar do saber que rege essas posições político-eleitorais de Serra e Dilma, ela se identifica com esse saber de ordem político-democrática e científica, uma vez que trata do aborto como *"uma interrupção da gravidez"*.

Nesse sentido, é a partir desses movimentos de identificação e distanciamento com o saber que rege as posições dos candidatos que a prática discursiva do OI define o que pode e deve ser dito nela com valor de verdade ou com efeito de verdade. Nesse caso, a partir da contradição, sabemos que não interessa ao OI a relação estabelecida entre os campos político e religioso na busca pelos votos religiosos e isso é analisado pelo OI como o que não pode ser dito como verdade. No entanto, como o OI deve mediar a relação da sociedade com a GM (a partir do que ela publicizou sobre o que os candidatos disseram sobre o aborto), essa informação entra na constituição do discurso do OI, mas com valor negativo, já que a evidência do aborto como um tema religioso começa a ser desconstruída por essa prática de observação e crítica midiática.

A segunda crítica da prática discursiva do OI em relação interdiscursiva com o campo político atinge o candidato José Serra. O OI afirma que, *na busca pelos votos religiosos, o candidato teria manipulado as declarações da candidata Dilma no objetivando afirmar que ela era favorável ao aborto e, por consequência, representaria uma "ameaça à vida".* Para que essa crítica seja produzida com o efeito de verdade, a prática discursiva do OI lança mão de alguns argumentos que desconstruirão os já utilizados pelo candidato para associar Dilma a "uma ameaça à vida". Para que compreendamos como a crítica é produzida, trouxemos mais um quadro composto por SDs, os quais, por seu turno, configuram-se como o ponto de partida para a análise dos movimentos discursivos que asseguram essa crítica ao candidato José Serra.



Observatório Seções OI na TV Vídeos OI OI no Rádio Blogs OI Serviços Contato

Observatório da Imprensa

Você nunca mais vai ler jornal do mesmo jeito

| ISSN 1519-7670 - Ano 16 -

15 anos

Serra quis desacreditá-la frente ao eleitorado, insinuando que sua oponente virou a casaca temendo perda de votos. (Tom moralista pauta campanha 12-10-10).

"Muitos católicos e evangélicos teriam a candidata Dilma como agente do mal, aquela que "é favor de matar criancinhas" (Mônica Serra). Votaram em Marina Silva, que já foi católica e hoje é evangélica. O que proporcionou a José Serra a sobrevida de um mês na disputa eleitoral. Além de Marina, o próprio Serra teria sido diretamente beneficiado pelo voto religioso". (Entre a coerência e a superficialidade 12-10-10).

A campanha de José Serra, por vezes, tenta associar a candidata petista a uma "ameaça à vida", por ser a favor da descriminalização do aborto. É uma forma de ataque retrógrada, mas que, ironicamente (ou não), fez e vem fazendo estragos para a candidata Dilma Rousseff". (Aborto tratado como "batata quente" 19-10-10).

Na falta de projetos que sensibilizem o povão (...) Na busca desesperada por algum tema que possa melhorar o seu desempenho, Serra trouxe para a campanha o aborto, explorando-o de todas as formas, a exemplo dos pastores evangélicos e padres retrógrados e proselitistas, numa clara instrumentalização de uma questão de religiosa e de saúde pública. (A instrumentalização da religião 19-10-10).

"A hipocrisia insuflada por partidários de José Serra joga para a opinião pública que Dilma não merece o voto dos cristãos por defender o aborto; por sua vez, para não perder os preciosos votos, a candidata volta atrás no que disse clara e corretamente: o aborto é uma questão de saúde pública". (Os vendilhões do pleito 19-10-10).

QUADRO 9 - A crítica ao candidato José Serra

Na primeira SD, a prática discursiva do OI traz como informação e análise da relação entre o campo político, religioso e midiático a afirmação de que Serra estaria manipulando o noticiário afirmando que a candidata teria "virado a casaca" para não perder votos. Para que a crítica atinja o candidato, salientamos o movimento de sentidos dos verbos *"quis desacreditá-la, insinuando e temendo*, já que tais verbos indicam o movimento de sentidos constantes, nos quais o gerúndio indica que essas ações foram progressivas; por conseguinte, Serra estaria no processo de campanha, sempre fazendo uso dessas ações verbais. Quando o verbo indica uma atitude que não se definiu como o *quis*, que pressupõe que não conseguiu, observamos o movimento de sentido de crítica e interpretação das atitudes do candidato. Ocorre ainda, por meio dessa SD, a visualização da interpretação que Serra "teria feito" das atitudes de Dilma e

sobre sua posição em relação ao aborto, na qual ele desloca a questão do patamar de saúde pública e a coloca no campo dos valores, o que acarreta em seu beneficiamento pelo voto religioso.

Tal leitura é feita pelo processo de interincompreensão que a prática discursiva do OI faz das atitudes de Serra nesse simulacro; por exemplo, quando o OI afirma que *"José Serra joga para a opinião pública que Dilma não merece o voto dos cristãos por defender o aborto"*, temos, mais uma vez, uma leitura e interpretação (entendamos incompreensão de Maingueneau, 2008) das atitudes de Serra em relação à temática do aborto e à campanha contra Dilma Rousseff.

Essa mesma interpretação das atitudes de Serra durante a campanha aparece como regularidade discursiva nas outras SDs mediante marcadores argumentativos como**:** *"tenta associar, ataque retrógrado, na falta de projetos, na busca por um tema que possa melhorar seu desempenho, explorando-o de todas as formas, instrumentalização, joga com a opinião pública".* Mais uma vez, entendemos que o discurso aponta para o efeito de sentido de incompletude da ação de Serra ao afirmar que ele tenta associar, pressupondo que não conseguira até aquele momento. Ao definir essa forma de ação como um *"ataque retrógrado",* a prática discursiva do OI atribui às atitudes de Serra, durante a campanha, o sentido de arcaicas e desprovidas de ética, isto é, retoma a memória discursiva de uma disputa desleal tomada a partir da manipulação de assuntos que envolvem muito mais do que plataformas religiosas.

Por meio dessa segunda crítica o OI ainda produz outra crítica ao sujeito político José Serra relacionada à qualidade de seus projetos de governo, como se eles não estivessem sendo acolhidos pelos eleitores como necessários. Ao inferir que a manipulação de Serra é resultado da *"falta de projetos que sensibilizem o povão",* podemos pressupor que os projetos até então apresentados pelo candidato não significavam novas alternativas para as necessidades dos eleitores. Dessa maneira, a prática discursiva do OI analisa nesse momento a relação entre a instância pública e o campo político, nesse caso o sujeito político José Serra e isso somente é possível porque o sujeito dessa prática está no lugar do pesquisador-jornalista que tem acesso a um lugar privilegiado de onde pode observar essas relações por intermédio do que a GM publicou acerca desse momento histórico.

Após desqualificar as atitudes de Serra e seus projetos de campanha, podemos elencar r mais alguns simulacros produzidos pela prática discursiva do OI sobre as declarações do candidato sobre a temática do aborto: *"na busca por um tema que melhore seu desempenho, Serra trouxe o aborto e o explorou de todas as formas possíveis, promovendo uma*

instrumentalização de uma questão religiosa e de saúde pública". Essas SDs de interpretação e interincompreensão do discurso político de Serra nas mídias promovem a visualização de sentidos que fazem deslizar a imagem de Serra para a de um candidato que não tem competência para gerar assuntos relevantes para a campanha e faz uso de uma questão religiosa para arrecadar votos de eleitores motivados pelos ideais cristãos.

Podemos propalar que existe, mais uma vez, o distanciamento discursivo com o saber que rege a posição político-eleitoral de Serra por meio dos marcadores argumentativos *"insinuando, associar, ataque retrógrado, tom agressivo, joga com a opinião pública e instrumentaliza";* pois, ao fazer uso desses marcadores, verificamos que a prática discursiva do OI, além de se distanciar da posição do candidato Serra, desqualifica suas atitudes e comportamentos diante do contexto de disputa presidencial mediante a retomada de memórias discursivas que desautorizam esse tipo de atitude em campanhas eleitorais. Quando o OI faz essas críticas, ele se posiciona contrário à ideologia que rege esses discursos, e já que não há como ficar fora de uma ideologia, compreendemos que ela se partidariza (automaticamente) da posição de Dilma que é a oponente de Serra na luta de classes e é (nessas SDs) colocada como vítima das atitudes e declarações de Serra.

Observamos ainda que, além do distanciamento e desqualificação do discurso de Serra em relação ao aborto, a prática discursiva do OI, por meio da crítica, consegue estabelecer os efeitos de verdade, para seu discurso, por determinar o que é negativo, no caso Serra, e o que é verdadeiro (positivo), que seria seu posicionamento sobre a temática sobre o aspecto de uma *"interrupção da gravidez", considerando que* as atitudes e posicionamentos assumidos publicamente pelo candidato foram deslegitimados pelos simulacros produzidos pelo OI e que a candidata Dilma foi dada como vítima da campanha de Serra.

A construção de um determinado efeito de verdade pela prática discursiva do OI é feita a partir da definição do que pode e deve ser dito sobre o aborto nessa prática. E de acordo com a análise do primeiro alvo da crítica do OI, o aborto não deve ser considerado ponto de ancoragem para a decisão do voto. Sendo assim, considerando que o candidato da oposição optaria pela discussão fundamentalista, a outra posição de Dilma, dada como vítima de Serra, não é questionada pelo OI, o que nos leva a inferir que ela, então, é vista como verdadeira.

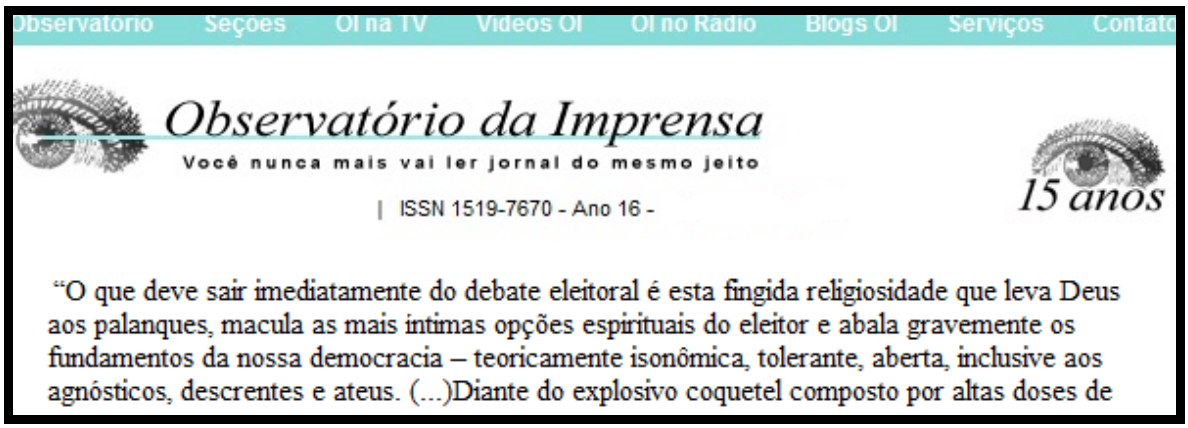
Por fim, ressaltamos que quando a forma-sujeito da prática discursiva do OI materializa saberes do campo político, bem como as declarações dos candidatos à presidência sobre o aborto, ela se distancia do saber político eleitoral dos candidatos que priorizam o voto religioso; se posiciona (via simulacro) na disputa presidencial contra Serra, consequentemente

favorável a Dilma define um lugar de verdade para a discussão do aborto, o da ciência (pois o OI afirma "*manifestaram-se de sobre* ***a interrupção da gravidez*** *de forma semelhante*").

4.2 AS CRÍTICAS AOS SUJEITOS RELIGIOSOS NA MÍDIA EM RELAÇÃO AO CAMPO DA POLÍTICA

Durante a sistematização do *corpus*, verificamos que as críticas realizadas pela prática discursiva do OI atingiram um segundo campo discursivo da GM na publicização da temática do aborto: o campo religioso. Entendemos que o segundo alvo interdiscursivo da prática discursivo-jornalística do OI passa a ser esse campo, visto que a partir do que a GM publicou sobre ele, o OI analisará a relação estabelecida entre o campo religioso, político e midiático nas condições de produção da disputa presidencial de 2010.

Na sequência, trazemos alguns quadros compostos por SDs que representam as críticas feitas pela prática discursiva do OI no tocante ao campo religioso, as quais nos servirão de base para compreendermos melhor quais são os movimentos discursivos que asseguram a evidência do sentido de crítica, além de nos revelar qual é a posição-sujeito que assegura tais críticas do OI.



fanatismo politico-eleitoral e igual quantidade de fervor religioso, não nos resta outra alternativa senão a de encarar, proclamar e empreender uma imperiosa e inadiável marcha rumo ao Estado laico. Esta questão que deveria ser levada aos candidatos e discutida abertamente por eles". (Debate farisaico 10-10-10).
"Os editais e Autos da Fé já estão afixados nos templos e nas quermesses, as fogueiras estão preparadas. Guerras santas começaram por ninharias (a questão do aborto jamais foi premente) e acabam em banhos de sangue". (O debate fora de lugar 12-10-10).
"(...) temem o apoio da Opus Dei e da TFP (organizações ligadas à ultra- direita católica; uma, que esteve à frente de governos fascistas na Europa – Opus Dei; e a outra que serviu de base para a ditadura militar no Brasil – TFP) possam fazer com que o país seja submetido a um regime teocrático". (Entre a IURD e a Opus Dei 12-10-10).
"Aborto....Politica....Religião...As autoridades religiosas vêm a público se manifestar. A palavra dessas autoridades se dirige ao fiel que, na hora sagrada de votar, é pressionado por uma consciência e não cooperar com a iniqüidade... A idéia de fundo é que a pessoa coerente com seus princípios religiosos não pode votar em políticos que defendam práticas contrárias à lei natural, à moral do Evangelho ou aos ensinamentos da igreja católica". (Entre a coerência e a superficialidade 12-10-10).

QUADRO 10 - A crítica à intervenção da igreja em assuntos políticos

Os quadros acima representam as críticas da prática discursiva do OI sobre o campo religioso e político que são justamente *a instrumentalização da religião como condição para a escolha do voto dos eleitores, a interferência dos sujeitos religiosos na campanha eleitoral é descabida, pois o Brasil é um país Laico e a de que a instrumentalização da religião leva o Brasil para um regime teocrático.* A prática do OI, ao analisar a relação entre o político e o religioso, destaca como o aborto foi tratado por esses campos em proveito político-eleitoral, ou melhor, com a finalidade de arrecadar votos para um dos candidatos à presidência e quais são as consequências reais dessa relação para a democracia brasileira. Salientamos que tais críticas estão pautadas na deontologia do jornalismo, porque estão respaldadas na função social de servir à sociedade ao relatar o que é importante para a população no momento da campanha presidencial, respondendo à ética dessa profissão e desse lugar de pesquisador-jornalista.

No primeiro momento da análise das SDs do Quadro 9, notamos um fator relevante e significativo na produção da crítica ao discurso religioso: a utilização das marcas que compõem a prática discursiva religiosa. Nesse caso, a prática discursiva do OI faz uso do saber que constitui a prática religiosa, bem como de suas marcas linguísticas e discursivas e de suas memórias de legitimação para produzir crítica às atitudes dos sujeitos religiosos durante a campanha presidencial.

Parece-nos contraditório, mas é isso mesmo, pois a prática discursiva do OI é constituída a partir de discursos Outro(s) (envolvidos na discursivização da GM sobre o aborto). No caso da prática religiosa, para que a prática discursiva do OI se constitua e possa se distinguir do saber da religião sobre o aborto, ela deve materializá-la, porque o contrário está inscrito em sua constituição discursiva a partir do que a GM publicou sobre o campo da religião em relação ao campo político no período da campanha presidencial de 2010.

Destacamos que os elementos da prática religiosa podem aparecer, na prática do OI, por meio de marcas linguísticas e discursivas como a retomada de memórias discursivas, de acontecimentos significados antes na constituição do discurso religioso e por meio de dogmas que constituem o saber da prática religiosa. Na primeira SD, observamos a retomada de marcadores linguísticos próprios dessa prática primeira, por exemplo, ao enunciar que essa *"fingida religiosidade leva Deus aos palanques"*. Nesse caso, verificamos a descentralização e a personificação da entidade celestial em um político. Pois, nessa sequência, recorrem-se a memória discursiva da imagem dos sujeitos políticos em palanques e associa a mesma a figura divina. Além de produzir a crítica, a prática do OI ainda produz a evidência do sentido de dessacralização do divino em humano dotado de intenções políticas.

Em relação à crítica de *que as intervenções dos sujeitos religiosos na campanha presidencial são descabidas, uma vez que o Brasil é constitucionalmente um Estado Laico,* podemos asseverar que a prática do OI parte das condições de produção do debate eleitoral para afirmar o que deveria sair dele, que é justamente "*essa fingida religiosidade que leva Deus aos palanques e a volta de um regime teocrático no país",* ao passo em que deveria ser priorizada a discussão do aborto a partir de um Estado laico. Os argumentos utilizados pelo OI para a desconstrução da legitimidade da intervenção dos sujeitos religiosos em assuntos políticos são os de que esse tipo de atitude *macula as opções espirituais dos eleitores, abala a democracia em favorecimento da teocracia e gera um quadro de fanatismo político eleitoral* fomentado pelo fervor religioso, o que culmina em um coquetel explosivo para o país.

Ressaltamos ainda a presença de simulacros como mecanismos discursivos operadores da desconstrução da legitimidade dos sujeitos religiosos para intervir em assuntos políticos e pontuamos que se trata de intercompreensões da prática do OI da fala do Outro, no caso, sujeitos religiosos. Nesse caso, observamos que existe um discurso agente (prática do OI) que incompreende o discurso do seu(s) Outro(s) (enunciadores do campo religioso) e produz simulacros de seus discursos, produzindo efeitos de sentidos contrários a tais posicionamentos ideológicos. Assim, para que tais simulacros sejam significados e produzam efeitos de sentidos entre os interlocutores, devemos observar quais são as memórias discursivas que

possibilitam a emergência da prática do OI sobre os enunciadores do campo religioso na cena política da campanha eleitoral de 2010. Nesse caso, citamos as inúmeras manchetes que noticiaram a intervenção dos representantes religiosos no debate eleitoral, tais como *Braço da CNBB distribui panfleto anti-Dilma a fiéis*[16]*, Para arcebispo, aborto é assunto de eleições*[17] *e Papa pede ação no Brasil contra aborto*[18].

Nesse âmbito, de posse de quais são as memórias discursivas que sustentam a crítica do OI aos sujeitos religiosos, podemos analisar frases como *"altas doses de fanatismo político-eleitoral",* nas quais a prática discursiva do OI faz uso da intensidade para deixar visível a forma pela qual a questão do aborto foi tratada pelos enunciadores do campo religioso. Assim, existe um misto entre fanatismo religioso transformado em fanatismo político-eleitoral com a finalidade de impor um candidato à população e essa é uma complexa relação, estabelecida à medida que o campo político determinou a inscrição dos enunciadores do campo religioso na discussão acerca do aborto.

Ao fazer referência ao *"fervor religioso, editais e autos da fé, bem como às fogueiras e guerras santas"*, o OI retoma uma memória discursiva da ordem da constituição do discurso religioso, relacionada à época da inquisição de quando o mundo vivia sobre o domínio da Igreja e os papas detinham o poder público. Ao colocar a discussão e intervenção dos religiosos nesse viés discursivo, essa prática de observação não só promove a crítica, mas indica que os sujeitos religiosos agiriam como os padres do passado. O OI resgata a memória discursiva para produzir o efeito de que assim como esses representantes religiosos julgaram e condenaram pessoas inocentes a morrer na fogueira, os representantes religiosos também estariam julgando a discussão do aborto, mas hoje as condições determinam que a fogueira seja as urnas, isto é, o fogo que antes queimou pessoas indefesas atualmente se transformou no voto daquele que define qual será o governante do Brasil.

A intervenção da igreja na discussão sobre o aborto está amparada pela memória discursiva dos mandamentos da igreja, bem como do que é considerado sagrado nessa instituição, pois o OI afirma que a *"hora do voto é sagrada e o cristão deveria seguir a moral do evangelho".* Sobre o primeiro sintagma nominal, focalizamos a interdiscursividade entre religião e política, em que se coloca o divino ou o sagrado na posição de atitudes humanas, ocorrendo a dessacralização de atitudes religiosas em políticas. Nesse momento, a crítica se faz pela ironia, pois o leitor precisa resgatar aí o sentido de que votar não é um sacramento,

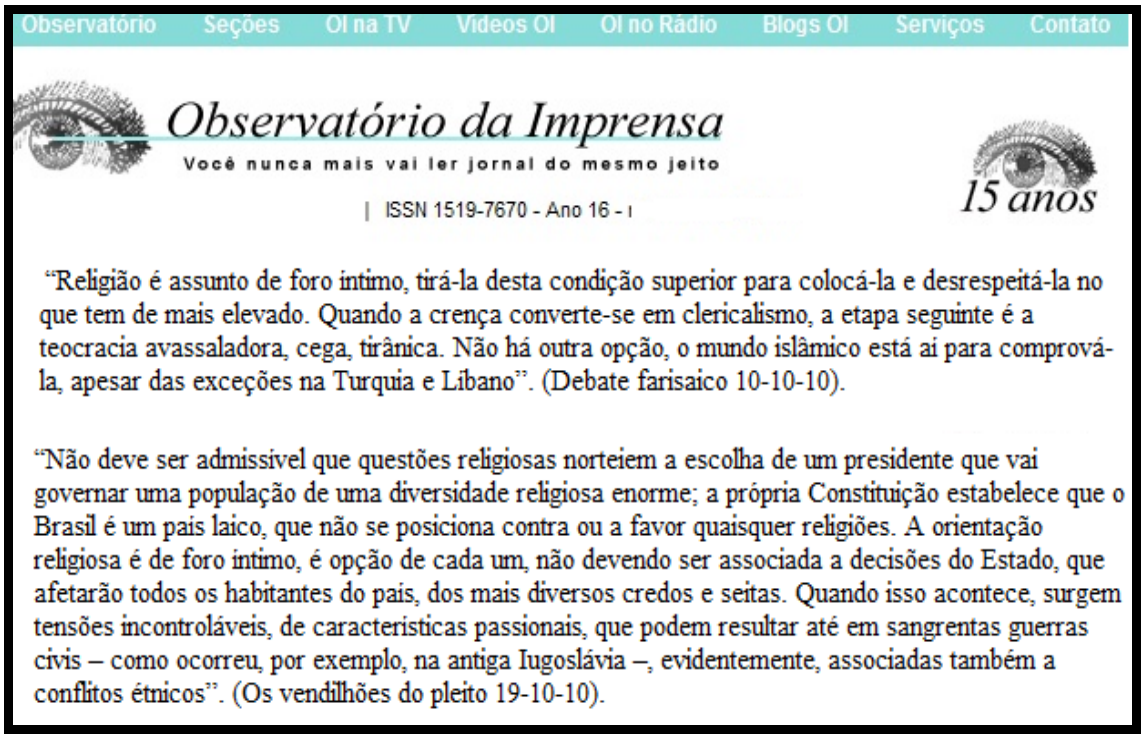
[16] Arquivo âncora Folha de São Paulo 13/10/10.
[17] Arquivo âncora O Estado de São Paulo 27/10/10.
[18] Arquivo âncora O Estado de São Paulo 29/10/10.

mas sim uma atitude civil que deve priorizar as necessidades de cada cidadão na escolha do novo representante político.

É importante salientar que tais críticas e construção de seus efeitos de sentidos são sempre resultado das relações de interincompreensão no espaço polêmico entre a prática do OI (discurso agente) e os enunciadores do campo religioso determinados pelo campo político (discurso paciente). Assim, temos outra versão que sempre fará a interpretação da fala do Outro, que lhe é constitutiva, a partir do saber que rege sua prática discursiva e reconhece o aborto pelo viés da ciência como uma interrupção da gravidez.

Notamos ainda a retomada de um momento histórico marcado no Brasil como "anos de chumbo": a ditadura militar. Este é relacionado, na prática do OI, como possível a partir da intervenção de organizações que estiveram ligadas ao regime, como *"TFP e a Opus Dei"*. Na prática do OI, notamos que existe a retomada dessa memória discursiva do que foi o regime ditatorial no país aliado à possibilidade de que ele volte justamente pela intervenção dos religiosos em decisões políticas. A intervenção da igreja em relações políticas é constituída mediante efeitos de sentidos ligados ao terrorismo e à deturpação de todos os direitos dos brasileiros, significando discursivamente que acatar as intervenções da igreja é uma atitude dada como semelhante a se aceitar que uma ditadura se instale de novo no país.

Após caracterizar a intervenção dos religiosos em questões políticas como uma "ameaça" à democracia brasileira, o OI manifesta de forma pontual qual é o lugar da igreja na sociedade. Observamos que o processo de ressignificação da temática do aborto deve ser feita a partir do lugar do pesquisador-jornalista, no qual, pouco a pouco, o OI desmaterializa os discursos produzidos pela GM relativos ao aborto. Primeiramente, a prática do OI critica a politização da religião em favor da arrecadação de votos por parte dos candidatos; em segundo lugar, a intervenção dos sujeitos religiosos na campanha é deslegitimada, já que são evidenciados os riscos para a democracia brasileira a partir da interação entre os campos político e religioso nas condições de produção da campanha presidencial. Assinalamos que esse crítico de mídia derruba paulatinamente todas as barreiras que interferem na legitimação e evidência de seu discurso, pois consequentemente todos os pontos que podem fazer com que sua verdade seja contestada são derrubados.



QUADRO 11 - O lugar da religião na sociedade

Nas SDs do quadro acima, percebemos a definição do lugar da igreja na sociedade, pois ocorre o processo de legitimação da instituição igreja por meio de certos limites, destacados pela prática discursiva do OI, a partir de simulacros como: *"é assunto de foro íntimo"*, *"é opção de cada um, não devendo ser associadas a decisões do Estado"*, *"quando a crença se converte em clericalismo, a etapa seguinte é uma teocracia cega avassaladora"*, *"quando isso acontece, surgem tensões incontroláveis, de características passionais"*, *"resultam em sangrentas guerras civis"*. Destacamos que nessas primeiras marcas discursivas o OI quer definir a religião como assunto íntimo próprio da individualidade de cada ser humano. E ao considerá-la como condição para o voto, acredita que se corre o risco de que ela se torne o ponto de partida para uma teocracia, ou seja, regime no qual a igreja detém o poder de tomar as decisões políticas do Estado.

Mais uma vez, temos o efeito de sentido da intervenção da igreja enquanto uma ameaça à democracia, pois se retomam as memórias discursivas da ditadura e da teocracia bem como da inquisição, como se essa intervenção pudesse culminar em um retrocesso político, haja vista que a etapa seguinte é uma *"teocracia cega e avassaladora"*.

Podemos afirmar que a análise do OI parte de um saber que quer ressignificar a temática do aborto, para isso, deve desmistificar a legitimidade da igreja em sua intervenção em assuntos de cunho político, e para tal, essa prática retoma as memórias e os

acontecimentos que datam e demarcam as inúmeras atrocidades cometidas pelos representantes religiosos em outras épocas da história como na inquisição e em sua participação durante a ditadura militar. Podemos postular que esse observador, ao fazer tais inferências, além de produzir a desmaterialização da ideia de legitimidade concedida à igreja, ainda promove a visualização de outros pontos que significam politicamente essa relação entre política, religião e aborto.

Comprovamos tais considerações em relação ao funcionamento discursivo da crítica do OI à posição assumida pelos representantes religiosos sobre a questão do aborto por meio da retomada da última SD presente no Quadro 10. A prática discursiva do OI produz a crítica com base em saberes jurídicos, como a de o Estado brasileiro ser constitucionalmente considerado laico, prevendo uma relação amigável entre todas as religiões e que não estas não devem ser consideradas fator decisivo em questões de ordem política. A verdade sobre o que é ser um Estado laico sustenta as críticas do OI sobre a intervenção dos representantes religiosos, e por isso seus argumentos produzem efeitos de verdade, pois estão amparados no saber jurídico que é dado como verdade e não é contestado socialmente.

Mais uma vez, a prática do OI define como a religiosidade deve ser tratada pelos eleitores e aponta para as consequências de se exercer a relação extrema entre política e religião em questões de Estado. Essa regularidade discursiva demonstra como a posição discursiva do OI abre um lugar para tratar do aborto deixando as relações da igreja de lado, considerando-as improdutivas ou inconvenientes.

Por fim, observamos que o OI destaca, em suas críticas, a postura assumida pelos sujeitos religiosos e *o deslizamento do enfoque temático sofrido pela polêmica do aborto por meio da abordagem religiosa sobre o tema*. Acreditamos que o tema surge a partir da declaração da candidata Dilma Rousseff sobre a descriminalização; ao ser verbalizada, a questão foi "confundida" ou "tratada" sob o viés de uma possível legalização. Quando a discussão toma essa proporção na mídia, acontece a interferência da religião em assuntos políticos, já que a atitude de legalizar vai contra os dogmas dessa instituição. Nesse primeiro deslizamento em torno do enfoque temático, o OI produz a crítica justamente a esse ponto, propondo argumentos que desqualifiquem e deslegitimem a intervenção dos sujeitos religiosos em assuntos políticos, tendo em vista que o Brasil é considerado um país laico.

QUADRO 12 - Deslizamento do enfoque temático da polêmica sobre o aborto

Na sequência discursiva do quadro acima, ao afirmar que o conceito de democracia é oposto ao de teocracia, o Observatório produz a crítica ao posicionamento dos religiosos e produz o efeito de sentido de que tal atitude é inapropriada, já que o Brasil é um país democrático. Para construir o efeito de verdade sobre seu posicionamento, o OI promove mais um deslizamento que funciona como um retorno, deslocando a questão do patamar religioso e moral e direcionando-a para o espaço político da democracia. Dessa forma, o discurso do crítico de mídia do OI deixa claro para seu leitor quais foram as relações equivocadas construídas em torno da questão do aborto por meio da intervenção da igreja que serviu de instrumento eleitoreiro para os candidatos à presidência.

Constatamos que, uma vez mais, a vontade de verdade se sobressai sobre as outras nesse discurso, pois ao propor o deslizamento do enfoque temático da questão do aborto e um retorno ao que o OI considera verdadeiro sobre a discussão, estamos diante de um efeito de verdade que sustenta tal deslocamento fundamentado nos saberes jurídicos, científicos e políticos de saúde pública.

É importante ressaltar que quando a forma-sujeito da prática discursiva do OI materializa saberes do campo religioso e a maneira pela qual ele foi determinado pelo campo político, verificamos que as relações estabelecidas pela prática do OI e do campo religioso são as de distanciamento com o saber do campo religioso, que postula que ele pode interferir em assuntos políticos, definição de qual é o lugar da religião no Brasil, um país laico e a negação do enfoque temático dado à problemática do aborto em função da moral e do campo religioso.

4.3 AS CRÍTICAS AOS SUJEITOS DA MÍDIA DISCURSIVIZANDO O TEMA DO ABORTO EM RELAÇÃO AOS CAMPOS POLÍTICO E RELIGIOSO

Já pontuamos que a crítica do OI primariamente objetiva a mídia, no caso, a imprensa tradicional/mídia (GM); entretanto, em relação interdiscursiva o OI também promove a crítica aos candidatos à presidência envolvidos na polêmica a partir de uma politização de questões morais e religiosas, e por fim às intervenções dos enunciadores do campo religioso na discussão sobre o aborto. Sendo assim, o terceiro alvo da crítica do OI a ser por nós analisado é o principal, porque as outras críticas têm a função de monitorar como a imprensa tradicional/mídia se portou diante da polêmica do aborto durante o segundo turno da campanha eleitoral de 2010. Postulamos que as críticas feitas aos dois alvos já analisados servem como base para as críticas que realizadas ao trabalho jornalístico da GM.

As críticas feitas pela prática discursiva do OI sobre a GM se dão, em primeiro momento, no tocante ao que foi informado e ao que não foi informado pela GM sobre o aborto. A primeira crítica direta à GM é a de que *ela teria manipulado o noticiário, dando enfoque apenas à discussão moral e religiosa sobre o aborto*; todavia, ao afirmar o que não deveria ter sido feito, o OI também dá destaque ao que deveria ser dito sobre o aborto. Assim, constatamos que essa primeira crítica pauta-se na deontologia que rege a prática do OI, visto que monitora e regula o que foi dito e o que deveria ser dito pela GM, respondendo à função de servir aos interesses da população, discutindo o aborto a partir de uma postura política, considerando as condições de produção de uma disputa presidencial.

Dessa forma, observamos que existem dois modos de funcionamento da crítica do OI em relação à posição assumida pela GM, uma vez que pela crítica ao que a GM publicou acerca do aborto o OI silencia o que foi enfatizado ou dado como verdade sobre a discussão do aborto pela GM e, simultaneamente, dá visibilidade ao que a GM teria silenciado em sua cobertura jornalística relativa à polêmica em torno dessa temática.

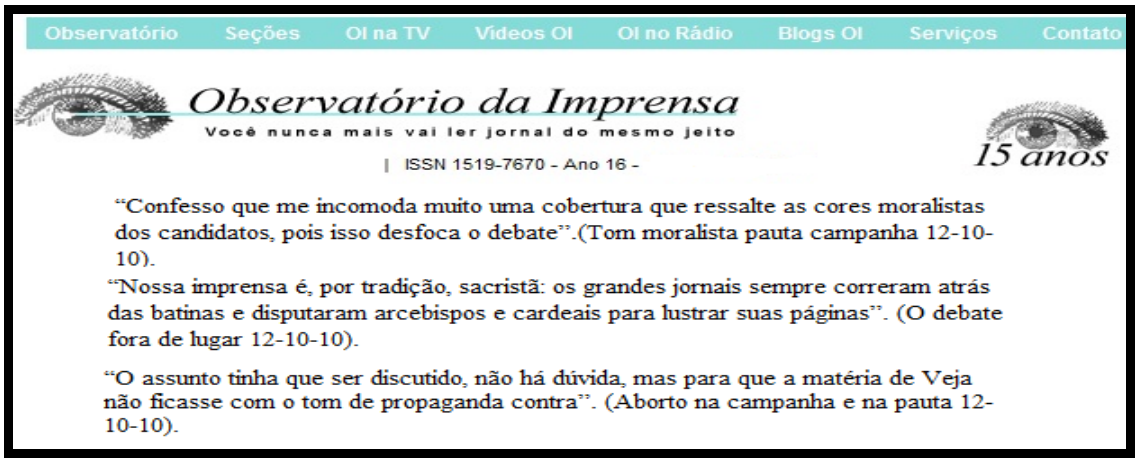
O processo de silenciamento, presente na crítica do OI em relação ao enquadramento da GM na questão do aborto pelo viés moral, é considerado nessa análise enquanto um efeito de sentido. Dessa maneira, compreendemos que os efeitos de sentidos também podem ser produzidos a partir do silêncio, pois Orlandi (2007b) afirma que ele, visto como aquilo que não fala, é o que *significa*. Desse modo, a autora observa o silêncio como constitutivo da linguagem ou significativo respondendo a "[...] o que ele é [...]" uma vez que "[...] sem

silêncio não há sentido, sendo que o silêncio não é apenas um acidente que intervém ocasionalmente: ele é necessário à significação [...]" (ORLANDI, 2007b, p.45).

Na visão da autora, o silêncio é compreensível, e compreender o silêncio é explicar o modo pelo qual ele significa, bem como conhecer os processos de significação que ele põe em jogo e conhecer seus modos de significar na linguagem: "Nós nos propomos a falar do silêncio que significa *em si mesmo*. Com ou sem palavras, esse silêncio rege os processos de significação. Em suma, com nossa reflexão, estamos procurando dar ao silêncio um estatuto *explicativo* [...]*"*. (ORLANDI, 2007b, p.61).

Para Orlandi (2007b), existe uma diferença entre implícito e silêncio, e a autora observa que muitos estudos tomam ambos os conceitos como "simétricos". Em sua acepção, o implícito é uma forma de domesticação da noção de não-dito pela semântica que se faz pela exclusão da dimensão discursiva e pela recusa da opacidade do não-dito. Esse recorte entre o dito e não-dito "[...] é o que se faz entre significação atestada e significação manifesta: o não dito remete ao dito. E o silêncio não é visto dessa forma, pois ele não remete ao dito, ele permanece silêncio, mas significa [...]" (ORLANDI, 2007b, p.66). Desse modo, o implícito tem uma relação direta com o dito, enquanto o silêncio não apresenta essa dependência com o dizer para significar, pois ele significa por si mesmo.

Partindo de tais pressupostos, analisamos em primeiro lugar qual é o modo de funcionamento da crítica do OI que consegue silenciar o que foi destacado pela GM sobre o aborto. Nesse âmbito, compreendemos que é pela crítica que o OI produz o efeito de sentido de silenciamento e a negação sobre o que foi dito pela GM.


Observatório Seções OI na TV Vídeos OI OI no Rádio Blogs OI Serviços Contato

Observatório da Imprensa

Você nunca mais vai ler jornal do mesmo jeito

| ISSN 1519-7670 - Ano 16 -

15 anos

"Confesso que me incomoda muito uma cobertura que ressalte as cores moralistas dos candidatos, pois isso desfoca o debate".(Tom moralista pauta campanha 12-10-10).

"Nossa imprensa é, por tradição, sacristã: os grandes jornais sempre correram atrás das batinas e disputaram arcebispos e cardeais para lustrar suas páginas". (O debate fora de lugar 12-10-10).

"O assunto tinha que ser discutido, não há dúvida, mas para que a matéria de Veja não ficasse com o tom de propaganda contra". (Aborto na campanha e na pauta 12-10-10).

QUADRO 13 - Crítica e silenciamento ao dito pela GM

Nas SDs do Quadro 12 salientamos que para fundamentar sua primeira crítica à GM, a prática discursiva do OI aborda o enquadramento exagerado que a GM teria feito do debate moral sobre o aborto, afirmando que isso é resultado de uma imprensa sacristã que soou como uma propaganda partidária, na qual, ao invés de informar, a GM acabou induzindo o eleitor a se partidarizar ao candidato que não era favorável ao aborto.

Para que a crítica se sustente, notamos os verbos utilizados na SD pela prática do OI para definir sua reação a essa atitude da GM: *"incomodar e desfocar"*, que ainda indicam a postura do OI no que tange à abordagem religiosa da questão do aborto pela GM. Consequentemente, para que essas palavras produzam efeitos de sentidos de crítica, o OI opera a marcação de seu posicionamento por intermédio dessas atitudes. Se essa abordagem incomoda o OI, pressupomos que ele não compartilha dessa visão ou desse posicionamento ideológico que condiciona a discussão à instituição religiosa. Esse efeito de sentido só é possível porque o OI produz a crítica amparado em memórias discursivas que comprovam o envolvimento e o engajamento da imprensa tradicional na manutenção das manchetes de seus jornais com declarações e entrevistas com representantes religiosos sempre tematizando a questão do aborto.

Tais memórias discursivas podem ser retomadas a partir da quantidade de textos com manchetes que deram um enquadramento excessivo para a polêmica do aborto relacionada diretamente à decisão do voto, por exemplo: *Partido é oportunista sobre aborto, diz bispo (FS*[19]*07/10/10); Arcebispo defende discussão sobre prática (FS08/10/10); Aumenta a rejeição ao aborto no Brasil (FS 11/10/10); Braço da CNBB distribui panfletos anti-Dilma a fiéis (FS 13/10/10); PT é 'partido da morte' e da 'mentira', afirma bispo de Guarulhos (FS 22/10/10); Papa pede ação no Brasil contra o aborto (FS 29/10/10).*

Dessa maneira, entendemos que o primeiro modo de funcionamento da crítica revela o silenciamento da posição ideológica religiosa que determinava o que poderia e deveria ser dito sobre o aborto na imprensa tradicional. E mais, esse silenciamento também produz o efeito de sentido de desqualificação do discurso da igreja sobre o aborto, haja vista que ele entra no quadro daquilo que não pode ser dito na prática do OI, uma vez que essa instituição não é vista como legítima para "falar" do aborto nas condições de produção de uma disputa presidencial.

[19] Arquivo âncora Folha de São Paulo.

Ao enunciar que existem *"cores moralistas"* tomando conta do debate, a prática do OI adjetiva o debate recorrendo às memórias discursivas e ao interdiscurso de tudo o que se disse sobre o aborto relacionado à moral e à ética religiosa. Além de qualificar o debate, também define seu posicionamento ideológico, pois automaticamente distancia-se, a partir do verbo *"incomodar"*, dos valores que regem a prática religiosa que preza pela moral. Entendemos que mais uma vez está sendo delimitado o que se pode e se deve dizer sobre o aborto na prática discursiva do OI; assim, o que não pode ser dito está na base dos valores da moral religiosa. Apesar de ser contraditório dizer o que não deve ser dito, esse saber é constituinte da prática do OI, já que ela se opõe constitutivamente a ele para existir, pois ela parte do lugar do pesquisador-jornalista para analisar de que forma os campos da política e da religião se relacionam nas condições de produção da disputa presidencial; consequentemente, temos a crítica pautada no lugar da ciência que nega os pressupostos religiosos.

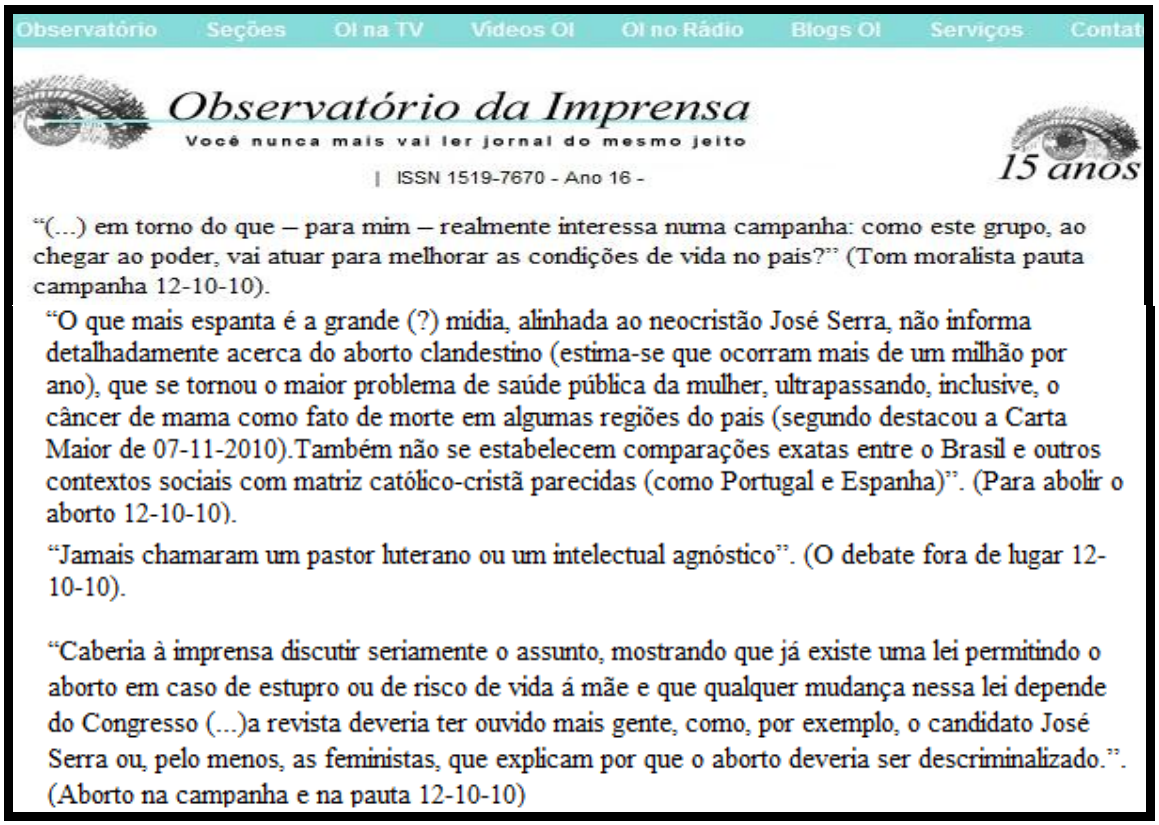
Na segunda SD, a prática do OI qualifica a imprensa tradicional como *"sacristã"* e explica que os grandes jornais sempre correram atrás das batinas para ilustrar suas páginas. Julgamos que esse simulacro das atitudes da imprensa tradicional representa a interpretação do OI acerca de suas atitudes. Dessa maneira, estampar as capas dos grandes jornais com entrevistas e manchetes de declarações de religiosos não significa informar o público de sua posição, mas sim espetacularizar e tendenciar a leitura dos acontecimentos a partir de representantes religiosos que possuem aceitação da população, já que o Brasil é um país cuja maioria da população é católica ou evangélica.

Ao colocar a imprensa como sacristã, o OI, além de deslegitimar a prática da GM, já que ela não deveria se inscrever em nenhum lado da luta de classes e sim prezar pela imparcialidade, segundo a deontologia jornalística, ainda promove seu distanciamento, haja vista que se trata de um discurso *sobre*, nesse caso, *"nossa imprensa"*, como se o OI estivesse se colocando exteriormente a ela, isto é, dela não fizesse parte. A partir desse distanciamento, o OI pode analisar os discursos produzidos nessa prática discursiva e se desidentificar com o saber que a rege por descrever de que forma ela faz uso das opiniões e discursos dos religiosos.

Destacamos ainda o movimento de desqualificação e silenciamento dos discursos produzidos antes pela grande mídia sobre as relações entre os religiosos e a problemática do aborto quando a prática do OI assevera que a revista Veja *"ficou no tom de propaganda"* ao elencar apenas um viés da questão para ser debatido. Primeiro, esse discurso desqualifica o dito e silencia o que não deve ser dito sobre o aborto pela mídia para realçar qual é a vontade de verdade que rege esse discurso. Essa vontade de verdade, por seu turno, além de definir o

que é verdade, ainda delimita o que é próprio do dizer dessa prática e pode ser analisada pelo quadro das SDs que representam o que está visualizado nessa prática de observação midiática.

O segundo movimento contraditório significativo da crítica do OI em relação à GM acontece quando, pela crítica, o OI dá visibilidade ao que teria sido silenciado sobre a discussão do aborto em tais suportes midiáticos.



QUADRO 14 - Crítica e visualização do não-dito pela GM

Após promover a desqualificação do discurso do Outro, no caso da grande mídia sobre o aborto, por evidenciar o que da leitura do OI deveria ser silenciado, pontuamos que existe o movimento de ressignificação da temática do aborto como efeito da crítica do OI em relação à grande mídia e a marcação do que deveria ser dito por ela sobre o aborto, de acordo com as SDs do Quadro 13.

Em um primeiro momento, ressaltamos o deslizamento de sentido da temática do aborto a partir da escolha do voto religioso para o voto cívico. O OI afirma que o que a pauta deveria ser a dos projetos e planos do próximo governo para melhorar a vida dos brasileiros, pois *"o que realmente interessa é como este grupo vai atuar para melhorar as condições de vida no país?"*. Evidenciam-se os sentidos relacionados à eleição, isto é, a escolha do voto

pelo que os representantes podem fazer pelo povo não apenas em relação à descriminalização ou não do aborto.

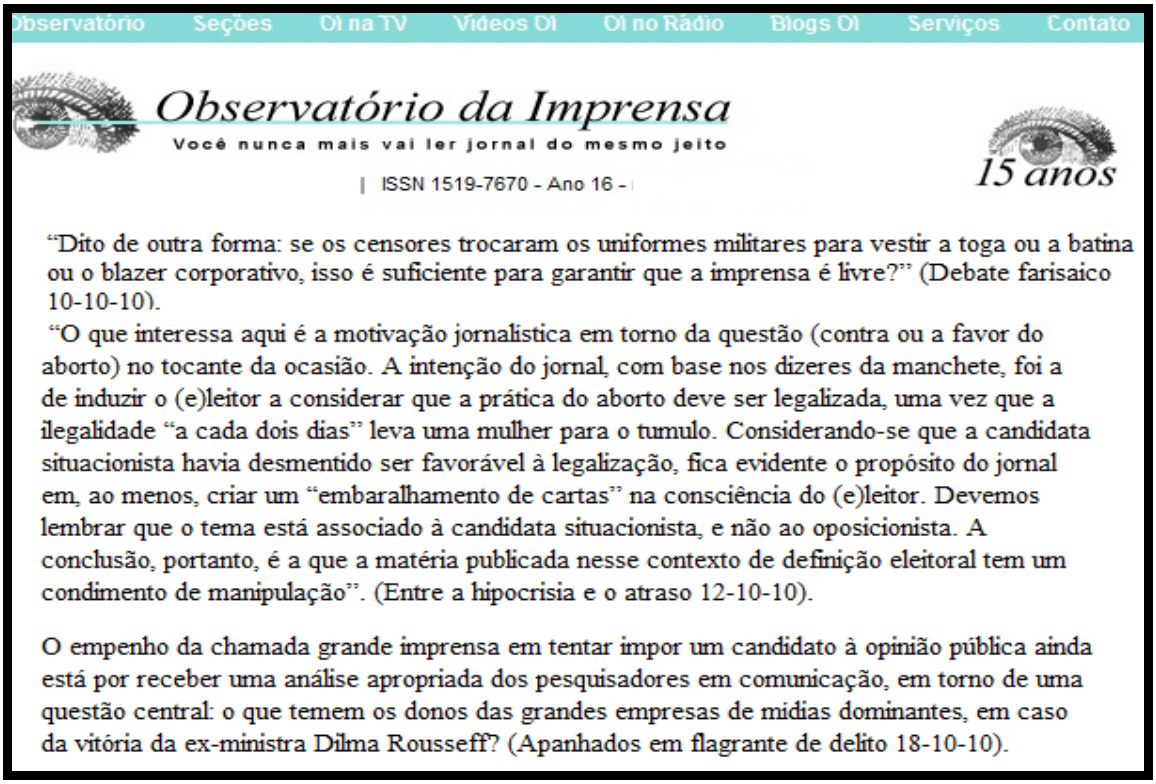
Destacamos ainda outros movimentos de ressignificação da temática do aborto por meio do deslizamento da temática do campo da ética e da moral religiosa (enfatizados pela atividade jornalística da grande mídia, na interpretação do OI) para questões jurídicas e de saúde pública da mulher, evidenciadas e ressaltadas pela prática do OI. Por exemplo, ao assinalar que *"a mídia não informa detalhadamente e que já existe uma lei que permite o aborto",* a prática do OI promove, além da visualização de outras vertentes relativas ao aborto, a desqualificação de tudo o que se disse anteriormente sobre a temática pela GM; ou melhor, na prática do OI, o que pode e deveria ser dito sobre a temática é retomado a partir de memórias discursivas e acontecimentos que centralizem questões jurídicas e de saúde pública da mulher, isto é, coloca-se em uma relação de reconhecimento com o saber que rege essas práticas.

Observamos ainda, na mesma sequência, que o OI também relaciona as atitudes da mídia com a partidarização a um dos candidatos, por exemplo, *"alinhada ao neocristão José Serra".* Nesse caso, entendemos que a prática do OI identifica mais um ponto constitutivo do que não pode ser dito sobre o aborto pela mídia, nesse caso, o apelo ao voto religioso, que beneficiaria o candidato da oposição, designado ironicamente pelo OI como um "novo cristão", ou seja, um homem que até então não era. A partir desse simulacro que representa a interpretação e análise do crítico de mídia em relação às atitudes da mídia, asseveramos que essa mídia estaria submetida a interesses políticos, posicionando-se de um dos lados da disputa eleitoral, o de Serra. Mas como a imprensa deveria zelar pela imparcialidade (com base na deontologia do jornalismo), o OI considera esse tipo de atitude antiética, pois ela acaba não informando a população sobre os "verdadeiros pontos" a serem debatidos na questão do aborto segundo a verdade pela qual o OI se reconhece.

Outro modo de funcionamento da crítica do OI em relação à GM ampara-se na sugestão de ampliação do enfoque temático dado à questão do aborto, ponto visualizado na prática do OI. Este afirma quais devem ser os pontos dados como falsos, no caso, a abordagem religiosa e política de definição de votos em favor da moral cristã, e concomitantemente, define o que é verdadeiro (o que deve ser visível pelos leitores e eleitores), como a abordagem jurídica, a saúde pública, a divulgação de *"entrevistas com pastores luteranos e intelectuais agnósticos, além de mostrar que já existe uma lei que permite o aborto no país",* e também evidencia que a decisão por uma mudança na lei caberia

ao Congresso Nacional e não aos religiosos que vão público ilustrar as páginas dos jornais diários do país.

Após salientar o que está no plano do silenciamento do dito e na visualização do não-dito pela prática discursiva do OI em relação à cobertura jornalística da GM sobre o aborto, observamos que o OI, partindo de simulacros, distancia-se do saber que rege a prática da GM. Dessa forma, para que a GM seja de fato seu Outro e seu sistema semântico se constitua a partir de seu avesso, propalamos que a prática do OI produz algumas críticas que a coloca em posição oposta. No Quadro 14, apresentamos alguns excertos que condensam as principais críticas do OI no tocante à GM que marcam de forma expressiva esse distanciamento do Outro (Outro(s) devido à heterogeneidade da GM) e simultaneamente sua constituição interdiscursiva a partir dele.



Observatório Seções Oi na TV Vídeos Oi Oi no Rádio Blogs Oi Serviços Contato

Observatório da Imprensa

Você nunca mais vai ler jornal do mesmo jeito

| ISSN 1519-7670 - Ano 16 -

15 anos

"Dito de outra forma: se os censores trocaram os uniformes militares para vestir a toga ou a batina ou o blazer corporativo, isso é suficiente para garantir que a imprensa é livre?" (Debate farisaico 10-10-10).

"O que interessa aqui é a motivação jornalística em torno da questão (contra ou a favor do aborto) no tocante da ocasião. A intenção do jornal, com base nos dizeres da manchete, foi a de induzir o (e)leitor a considerar que a prática do aborto deve ser legalizada, uma vez que a ilegalidade "a cada dois dias" leva uma mulher para o tumulo. Considerando-se que a candidata situacionista havia desmentido ser favorável à legalização, fica evidente o propósito do jornal em, ao menos, criar um "embaralhamento de cartas" na consciência do (e)leitor. Devemos lembrar que o tema está associado à candidata situacionista, e não ao oposicionista. A conclusão, portanto, é a que a matéria publicada nesse contexto de definição eleitoral tem um condimento de manipulação". (Entre a hipocrisia e o atraso 12-10-10).

O empenho da chamada grande imprensa em tentar impor um candidato à opinião pública ainda está por receber uma análise apropriada dos pesquisadores em comunicação, em torno de uma questão central: o que temem os donos das grandes empresas de midias dominantes, em caso da vitória da ex-ministra Dilma Rousseff? (Apanhados em flagrante de delito 18-10-10).

QUADRO 15 - Distanciamento da prática discursiva do OI com o saber que rege a GM

As SDs que compõem o Quadro 14 representam as seguintes críticas à GM: *o noticiário está sendo dado com base nos interesses dos patrocinadores da imprensa e a de que houve manipulação das notícias sobre o aborto em benefício de um dos candidatos à presidência*. Acreditamos que, ao tecer tais críticas, a prática do OI parte da deontologia que rege a profissão do jornalismo, bem como da ética e do dever de servir aos interesses da população e não de um determinado grupo. Dessa maneira, a partir da observação e análise o

OI consegue defender a crítica com base no lugar da pesquisa e da deontologia. Convém focalizarmos agora quais são os modos de funcionamento que sustentam essas críticas na discursividade do OI.

Em primeiro lugar, observamos que por meio do simulacro produzido a partir da retomada da memória discursiva da ditadura militar, como *"os censores trocaram os uniformes militares para vestir toga ou batina",* a prática discursiva do OI reinterpreta (incompreende) as atitudes da GM como se os censores da ditadura representassem a imprensa jornalística. Esta se apoia na função social de informar e noticiar fatos relevantes para a sociedade em momento de disputa presidencial. Ao enunciar que os uniformes estariam sendo trocados por batinas, pressupomos que existiu, por parte da grande mídia, uma atitude que não atuou no sentido de fazer o debate evoluir, mas sim em reduzi-lo a uma questão religiosa, a qual não seria o foco desta discussão, como já apontamos na prática do OI em outros pontos.

Ressaltamos outros simulacros que representam a interpretação (incompreensão) das atitudes da GM no tocante ao aborto, inserido como tema nas eleições, tais como: *"motivação jornalística, embaralhamento de cartas"* com vistas *"a manipulação da informação e de impor um candidato à opinião pública"*. Esses simulacros, além de representarem a visão do OI acerca da imprensa, também qualificam a cobertura jornalística da grande mídia. Desse modo, ao tomar a cobertura como manipulação, no sentido de impor um candidato, fazer valer suas preferências políticas, o OI interpreta que a cobertura jornalística da imprensa pautou-se apenas por um lado da luta de classes, e no caso, o favorecido pela abordagem religiosa foi José Serra. Entendemos que todas essas atitudes constituem efeitos de sentidos impróprios à prática discursiva jornalística da imprensa e vão contra o que deve e pode ser dito sobre o aborto; e nesse contexto, essas adjetivações surgem como efeitos da crítica e constituem, pela contradição, o que não pode e não deve ser dito sobre o aborto pela imprensa tradicional do país.

Entendemos ainda que outros marcadores discursivos e linguísticos promovem a produção de sentidos de distanciamento da prática do OI com a prática da GM, tais como *"sonegando informações e estimulou a boataria da campanha"* haja vista que, ao afirmar que a mídia sonega informações, pressupõe-se que ela visualiza outras que não teriam a mesma importância para a discussão do tema. Nessa acepção, compreendemos que a GM não estaria dando visibilidade a todos os lados envolvidos, mas sim priorizando a questão moral enquanto silenciava a questão democrática e dos direitos humanos. Acreditamos que, ao se caracterizar as discussões relativas ao aborto a partir da memória discursiva de boatos que não revelam a

fundo do que trata realmente o assunto discutido, a prática do OI desqualifica os discursos que foram produzidos pela GM. Tal desqualificação representa que, na verdade, todas as declarações e manchetes de entrevistas com representantes religiosos soam apenas enquanto boatos, ou melhor, não representam a discussão de um fato específico em relação à temática.

Pontuamos ainda que o funcionamento das críticas do OI em relação à GM revelam seu distanciamento do saber que rege a prática discursiva da GM, visto que esta não se adequa à deontologia do jornalismo, negando ainda a partidarização sofrida pela GM ao discursivizar a polêmica do aborto, bem como sua subjetivação aos campos político e religioso.

Em suma, observamos que ao definir o que é falso e verdadeiro sobre a abordagem feita pela grande mídia na questão do aborto, o OI posiciona-se ideologicamente favorável aos posicionamentos jurídicos e de políticas de saúde pública. Dessa forma, os simulacros produzidos pela interpretação do OI das atitudes e da cobertura eleitoral, feita pela GM, possibilita-nos entender sobre qual posicionamento o OI "fala" e com qual saber ele dialoga e se reconhece sobre a temática da possível descriminalização do aborto, pelo jogo do que deve ser silenciado e visualizado.

Compreendemos que somente por meio do processo de interincompreensão constitutiva da prática do OI em relação à GM, ou seja, pela interpretação da fala do Outro na prática do OI podemos demarcar um posicionamento contrário ao assumido pela GM no que tange à temática do aborto e seu tratamento. É apenas por meio da interpretação do Outro que constituímos o saber da prática do OI, e podemos definir o que a imprensa pode e deve dizer acerca do aborto pautada nos conceitos éticos que constituem e legitimam sua atividade na sociedade. Consideramos que para produzir tais críticas e se posicionar ideologicamente contrário ao saber que rege a prática da GM, o OI sustenta-se em verdades evidentes à instituição na qual se constitui, tais como os deveres da prática jornalística: ética, objetividade, imparcialidade e publicização de todos os pontos que envolvem essa discussão.

4.4 O REGIME DE VERDADE QUE SUSTENTA O POSICIONAMENTO DO OI SOBRE O ABORTO

Esta última parte da análise do *corpus* representa o ponto crucial da construção de efeitos de verdade sobre o aborto pela prática do OI; dito de outra forma, após identificarmos e analisarmos os mecanismos produtores da verdade, chegamos ao efeito de verdade transmitido pela prática discursiva do OI no tocante ao aborto. Entendemos que esse efeito de verdade acerca do aborto é resultante de mecanismos discursivos e sociais utilizados para que a prática do OI fosse dada como legítima e com "poder de dizer a verdade". Nesse âmbito, retornamos a Foucault em *A história crítica da verdade* e a Charaudeau (2009) para entendermos porque um determinado efeito de verdade se sobressai sobre outros na prática do OI.

Primeiro, destacamos que a prática discursiva do OI faz uso de dois mecanismos discursivos produtores da verdade, quais sejam: a crítica e a interincompreensão dos Outro(s) discursos materializados pela sua forma-sujeito a partir de sua posição-sujeito de crítica. Esses dois mecanismos produzem os seguintes movimentos discursivos de construção da crítica: ressignificação da temática do aborto a partir do que foi dito pelos candidatos e enunciadores do campo religioso na GM; desconstrução da legitimidade desses atores sociais para tratar do aborto e a construção de sua própria legitimidade para monitorar a GM e dizer o que é relevante na discussão do aborto no período de pleito presidencial.

Esses mecanismos discursivos, utilizados para construir um efeito de verdade sobre o aborto, amparam-se pelos processos que regulam a produção de sentido do discurso das mídias, como afirma Charaudeau (2009), de transformação e transação. Isto é, a prática do OI, assim como o discurso das mídias, pretende ser informativo e, dessa maneira, fica incumbido de "descrever (identificar – qualificar factos), contar (reportar acontecimentos) explicar (fornecer as causas desses fatos e acontecimentos" (CHARAUDEAU, 2009, p.41). Assim, o OI tem a função de transformar o fato em informação, ou melhor, tornar a discussão sobre o aborto um assunto informativo; porém o OI precisa ainda, como condição de informar, "fazer circular um objeto de saber" que um sabe e outro não, no caso, o OI sabe, mas seus leitores não, e esse objeto passa por uma transformação de seu estado inicial por ter sido interpretado pelo OI. Nesse caso, o objeto a saber é justamente a questão do aborto ou tudo o que foi discursivizado sobre ele que se torna fato a ser informado pelas lentes do OI a partir da sua

leitura e interpretação dos fatos. Nesse sentido, o sujeito do OI coloca-se em relação com o mundo, interpretando-o e ressigificando-o tendo em vista seu posicionamento ideológico.

Ao se colocar em relação com o mundo na discussão sobre o aborto, o OI faz uso da crítica aos atores da cena política e midiática envolvidos na polêmica, e por meio dela constrói efeitos de sentidos que colaboram para a produção de determinado efeito de verdade sobre o aborto. Esse processo é simultâneo e pode ser percebido nos quadros das SDs analisadas até esse momento, mas o quadro final, a ser abordado na sequência, diz respeito justamente à marcação e à identificação explícita de qual é o saber acerca do aborto que deve ser informado e tornado público e que ainda não foi dado como tal pelos discursos analisados pelo OI até aquele momento da disputa presidencial de 2010. Acreditamos também que as análises do quadro final nos levaram a identificar o posicionamento construído pelo OI que sustenta seu regime de verdade para discursivizar a temática do aborto nas condições de produção de uma disputa presidencial.

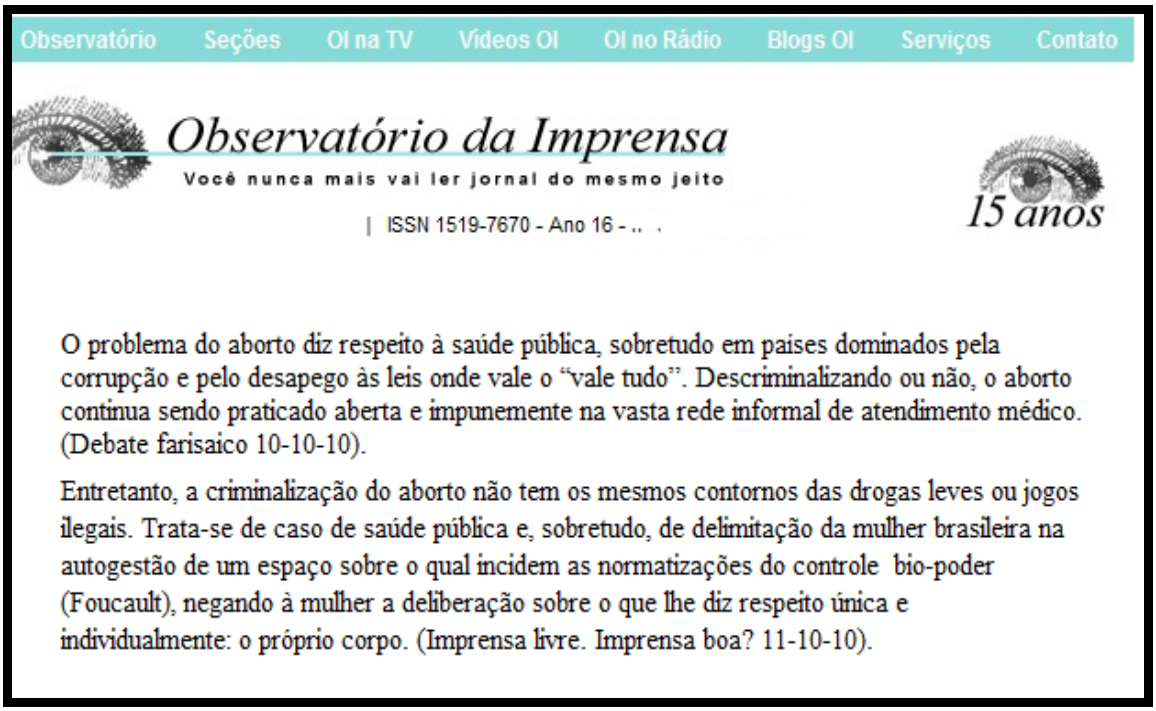
Ao identificar-se plenamente com os saberes que regem a forma-sujeito do discurso do OI, ou seja, os da deontologia e os da ciência, o OI constrói o efeito de verdade sobre o que considera falso e verdadeiro na discussão da temática, haja vista todo o processo de construção da evidência de sentido como verdadeiro, não apenas em relação aos outros posicionamentos acerca do aborto, mas também a legitimidade e a credibilidade construída para o "crítico de mídia", isto é, para o prática do OI. Dessa forma, as SDs que analisamos na sequência correspondem ao saber e regime de verdade com o qual a prática do OI, "crítico de mídia", reconhece-se na discursivização do aborto como informação.

Antes de prosseguirmos com as especificidades do regime de verdade sobre o qual a prática do OI é constituída discursivamente é necessário resgatarmos as cinco características da economia política da verdade (FOUCAULT, 1979). De acordo com as considerações do autor, devemos pensar que para que um discurso seja reconhecido como verdade ele deve responder ao discurso produzido em uma instituição legitimada, estar submetido a determinações políticas e econômicas de sua funcionalidade na sociedade; ser objeto de difusão e consumo, produzido mediante as relações de poder que cercam os aparelhos políticos e econômicos responsáveis pela sua manutenção; e deve ser objeto de debate e confronto político e social.

A partir de tais pressupostos podemos afirmar que a prática discursivo-jornalística do OI responde a essa economia política da verdade, uma vez que se centra na forma do discurso científico, que parte do lugar sociodiscursivo de um pesquisador-jornalista para observar e monitorar a GM, e como já destacamos anteriormente, o Observatório da Imprensa é uma

iniciativa científica do Labejor. Por outro lado, a verdade sobre o aborto, nas condições de produção de uma disputa presidencial, é necessária para que um dos candidatos conquiste o poder político de presidente da nação brasileira. Em terceiro lugar, ressaltamos que a verdade sobre o aborto também é um objeto de difusão e consumo dos leitores e eleitores que trataram o tema determinante para a escolha do voto; isso ficou muito claro quando em nossas análises pudemos destacar que o tema aborto foi partilhado pelos campos político, midiático e religioso, nas condições de uma disputa presidencial.

A principal função da prática do OI também se relaciona diretamente com a quarta característica da verdade na sociedade, na qual o que é dado como a verdade sobre o aborto está sempre sob o controle de alguns aparelhos políticos e econômicos, como GM (imprensa) e OI (universidade), de acordo com as análises feitas neste trabalho. Por fim, ela é tão imprescindível porque é considerada sempre um objeto de debate político e confronto social. Em outras palavras, os diversos campos discursivos que a publicizam estão sempre em confronto por estabelecer quais são suas verdades sobre um determinado tema, pois o efeito de verdade final sempre representará um lado da luta de classes.


Observatório Seções OI na TV Vídeos OI OI no Rádio Blogs OI Serviços Contato

Observatório da Imprensa

Você nunca mais vai ler jornal do mesmo jeito

| ISSN 1519-7670 - Ano 16 - .. .

15 anos

O problema do aborto diz respeito à saúde pública, sobretudo em países dominados pela corrupção e pelo desapego às leis onde vale o "vale tudo". Descriminalizando ou não, o aborto continua sendo praticado aberta e impunemente na vasta rede informal de atendimento médico. (Debate farisaico 10-10-10).

Entretanto, a criminalização do aborto não tem os mesmos contornos das drogas leves ou jogos ilegais. Trata-se de caso de saúde pública e, sobretudo, de delimitação da mulher brasileira na autogestão de um espaço sobre o qual incidem as normatizações do controle bio-poder (Foucault), negando à mulher a deliberação sobre o que lhe diz respeito única e individualmente: o próprio corpo. (Imprensa livre. Imprensa boa? 11-10-10).

QUADRO 16 - O regime de verdade da prática do OI

Nas SDs do Quadro 15, notamos que o OI se posiciona explicitamente favorável aos valores sociais referentes à saúde pública da mulher; assim, o que é considerado verdade acerca do aborto responde ao regime de verdade constituído, entre outros, pelo saber da

ordem social que pensa na saúde pública dos cidadãos de uma sociedade. Ao pontuar que o *"problema do aborto diz respeito à saúde pública" e "trata-se de um caso de saúde pública"*, o discurso do Observatório, por meio dos verbos *dizer* e *tratar*, restringe o âmbito das políticas publicas que deve tratar da questão do aborto. E ao enunciar que é no lugar discursivo e social das *políticas públicas* de atendimento à população brasileira que a descriminalização deve ser colocada em votação, o OI desqualifica a abordagem religiosa, eleitoreira e partidária.

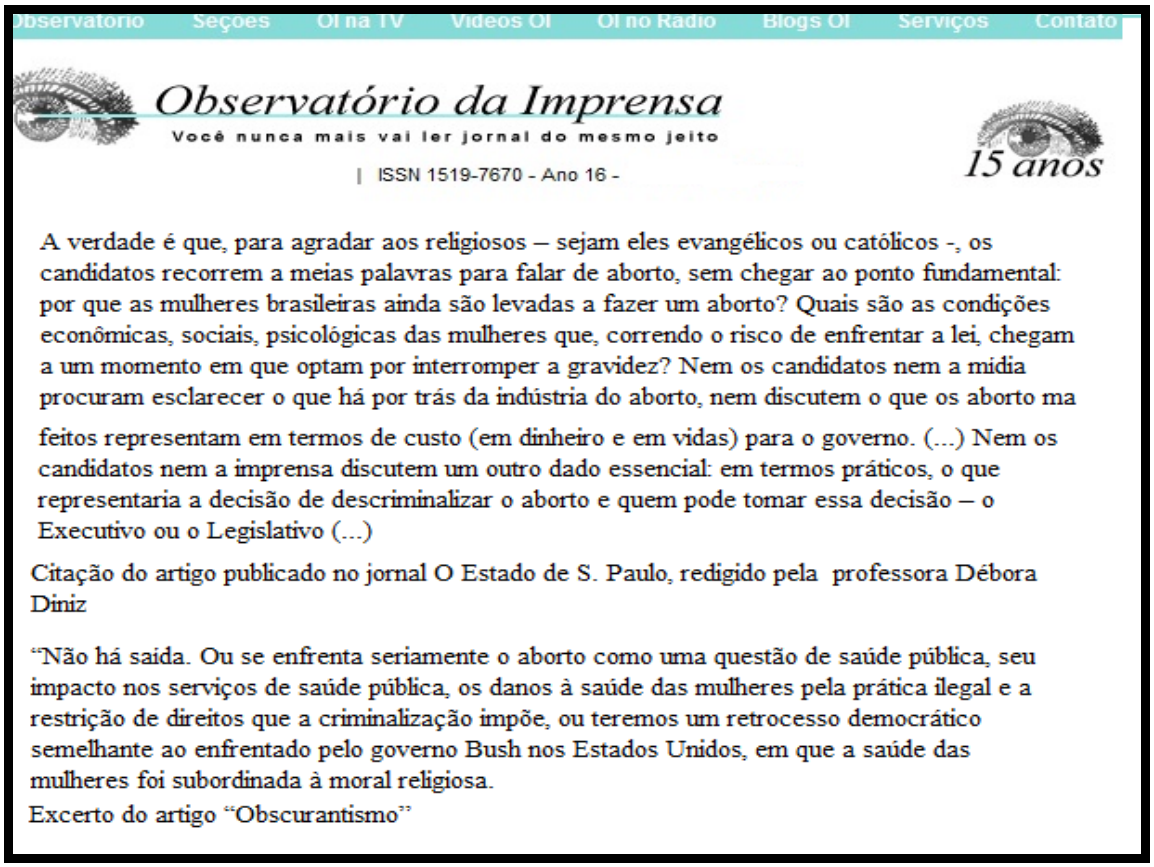
Entendemos, a partir desse ponto do regime de verdade, que a prática do OI estabelece que o sujeito de conhecimento, monitor de mídia, jornalista e eleitor define um dos saberes que rege seu discurso sobre o aborto, no caso, o saber de saúde pública da mulher, ou seja, visa-se a seu bem estar como cidadãs que devem ter seus direitos zelados pela constituição e legislação brasileira, mesmo em casos de serem obrigadas a cometer o aborto, seja por qual motivo for.

Observamos ainda que o OI justifica e comprova seu ponto de vista e saber acerca do aborto com a retomada da informação de que o *"aborto continua sendo praticado aberta e impunemente na vasta rede informal de atendimento médico".* Dessa forma, o OI deixa evidente que a descriminalização do aborto é um problema que envolve a saúde pública da mulher, pois existe uma rede de atendimento ilegal que faz uso da proibição do aborto para mutilar e matar mulheres que se veem obrigadas a abortar de alguma maneira. A constituição desses efeitos de sentidos ampara-se na retomada de memórias discursivas como as mortes e mutilações de mulheres que, ao optarem pelo aborto ilegal, colocam suas vidas em risco. Posteriormente, o próprio governo arca com as consequências, já que muitas dessas mulheres procuram o sistema único de saúde para se restabelecerem dos procedimentos médicos que as mutilaram ou causaram danos à sua saúde.

Outro ponto da argumentação do OI no tocante à justificativa de seu posicionamento é justamente o fato de que o poder exercido pelo Estado intervém na decisão da mulher sobre seu próprio corpo e vontade. Nesse caso, a mulher não tem o direito constitucional e legal de decidir pela vida que gera em sua barriga, e entendemos que ao afirmar que o bio-poder *"nega"* à mulher a "*deliberação sobre o que lhe diz respeito única e individualmente"*, o OI, além de criticar a imposição do governo, estipula o direito de decidir sobre a vida a cada mulher. Ao adjetivar como *única* e *individual* a decisão do aborto à mulher, o OI constrói a representação avaliativa do que considera verdade acerca da decisão do aborto ou de que essa questão não deveria ser decidida pelo Estado, mas sim pela mulher.

No segundo momento de análise do *corpus*, destacamos a presença da deliberação dos pontos que deveriam ser discutidos pela mídia e pelos candidatos na polêmica do aborto. Como já observamos nas análises anteriores, o OI analisa a fala dos Outros sempre pelo viés da incompreensão de seus discursos e os desqualifica porque não os pode aceitar como evidentes. Nesse momento, o OI define claramente o que deveria ter sido discursivizado como informação sobre o aborto, isto é, o processo de construção do efeito de evidência para seu discurso relativo ao aborto é construído mediante a desconstrução da legitimidade dos Outros discursos. Como o OI já citou tudo o que não se deveria dizer, agora ele definirá o que deveria ser dito segundo seu posicionamento ideológico, na relação que mantém com mundo, significando-o e interpretando-o.

Esse movimento de definição e delimitação de qual é o regime de verdade que responde o OI está marcado por eixos argumentativos que sustentam esse regime, a saber: ênfase aos pontos fundamentais na discussão do aborto; abordagem política da decisão de se descriminalizar a prática; e a abordagem jurídica referente à questão. Tais eixos argumentativos sustentam-se pela deontologia que rege a prática discursivo-jornalística do OI.



Observatório Seções OI na TV Vídeos OI OI no Rádio Blogs OI Serviços Contato

Observatório da Imprensa

Você nunca mais vai ler jornal do mesmo jeito

| ISSN 1519-7670 - Ano 16 -

15 anos

A verdade é que, para agradar aos religiosos – sejam eles evangélicos ou católicos -, os candidatos recorrem a meias palavras para falar de aborto, sem chegar ao ponto fundamental: por que as mulheres brasileiras ainda são levadas a fazer um aborto? Quais são as condições econômicas, sociais, psicológicas das mulheres que, correndo o risco de enfrentar a lei, chegam a um momento em que optam por interromper a gravidez? Nem os candidatos nem a mídia procuram esclarecer o que há por trás da indústria do aborto, nem discutem o que os aborto ma feitos representam em termos de custo (em dinheiro e em vidas) para o governo. (...) Nem os candidatos nem a imprensa discutem um outro dado essencial: em termos práticos, o que representaria a decisão de descriminalizar o aborto e quem pode tomar essa decisão – o Executivo ou o Legislativo (...)

Citação do artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo, redigido pela professora Débora Diniz

"Não há saída. Ou se enfrenta seriamente o aborto como uma questão de saúde pública, seu impacto nos serviços de saúde pública, os danos à saúde das mulheres pela prática ilegal e a restrição de direitos que a criminalização impõe, ou teremos um retrocesso democrático semelhante ao enfrentado pelo governo Bush nos Estados Unidos, em que a saúde das mulheres foi subordinada à moral religiosa.

Excerto do artigo "Obscurantismo"

Esta folha considera que a legislação vigente deve ser flexibilizada, de modo a permitir que, já sofrendo numa circunstancia evidentemente dramática e dolorosa, qualquer mulher possa interromper a gravidez sem que seja considerada criminosa por isto. (Aborto na campanha e na pauta 12-10-10).

QUADRO 17 - Eixos argumentativos que sustentam o regime de verdade da prática do OI

O bloco temático anterior mostra os três eixos argumentativos dados à questão do aborto como evidentes e necessários para sua discussão midiática e jornalística. No primeiro momento, ressaltam-se os pontos que deveriam ser considerados fundamentais na discussão relativa à descriminalização ou não do aborto, os quais, para o OI, deveriam estar ligados *"aos motivos que levam as mulheres brasileiras a praticarem o aborto; quais são as condições que levam elas a enfrentarem o risco de serem penalizadas legalmente pela prática; e o que movimenta a indústria ilegal do aborto e os gastos do governo com o tratamento de mulheres que optam pela prática ilegal".* Nesse sentido, o sujeito de conhecimento desse discurso do crítico de mídia define qual é seu saber acerca do aborto elencando os motivos que levam a essa prática e quais suas consequências tanto no campo legal quanto na saúde da mulher que opta por essa prática.

O saber e o regime de verdade que regem a prática do OI amparam-se no ideal de que o Estado deve zelar pela saúde pública de seus cidadãos e pelas causas e consequências do aborto em âmbito governamental. O OI torna evidente tais saberes ao silenciar a abordagem ética e religiosa referente ao tema, pois além de marcar de forma explícita seu posicionamento, desqualifica os Outros discursos, porque eles não focalizaram os fatores que levam as mulheres brasileiras a praticar o aborto, isto é, a questão não foi tratada pelo viés político no que tange à saúde pública dos cidadãos brasileiros.

Dessa forma, por se encaixar nesse sistema semântico que rege a prática dos políticos e de suas propostas, que deveriam zelar pelo bem estar da população, o posicionamento do OI é dado com valor de verdade por salientar qual é o saber que deveria reger os discursos sobre o aborto protagonizados pela mídia e pelos candidatos à presidência. No entanto, a própria posição dos candidatos e da imprensa é dada como falsa, pois a prática do OI é clara ao avaliar suas declarações sobre o ponto de vista da saúde pública, como, por exemplo, ao afirmar que tais posicionamentos servem *"para agradar religiosos"*, ou melhor, com essa finalidade e não a de garantir a saúde das cidadãs brasileiras que se veem obrigadas a abortar. O OI ainda propala que eles *"recorrem a meias palavras para falar do aborto",* isto é, não tomam o assunto como um todo, posicionam-se apenas em relação à questão religiosa, com

fins eleitoreiros e não civis, sobre os quais deveriam zelar pela saúde e bem estar de todos os brasileiros.

Nessa análise, compreendemos que a frase *"nem os candidatos, nem a mídia"* funciona discursivamente como um tópico frasal avaliativo das atitudes da mídia e dos candidatos, uma vez que marca a crítica, o distanciamento do saber que rege essas práticas e a definição de quais deveriam ser os pontos abordados na discussão referente ao aborto pelo viés discursivo e ideológico do OI, porque após cada retomada do tópico frasal acontece a inserção de um argumento que evidencia o motivo da crítica e indignação do OI. Nessa SD em destaque, os argumentos são de que essas instituições, política e midiática, não discutem sobre a indústria ilegal que é mantida pelos abortos clandestinos e que a decisão de descriminalizar caberia não aos presidentes, mas sim aos poderes Executivo e Legislativo. Além de expor sua crítica, o OI ainda estabelece quais são os verdadeiros órgãos e poderes políticos responsáveis pela decisão ou não de se descriminalizar a prática do aborto no país.

Enquanto analistas, acreditamos que a produção dos efeitos de sentidos sobre o que deve ser considerado verdade ampara-se na legalidade dessa decisão, na qual o aborto não deveria ser tratado como uma questão religiosa, mas sim como uma questão jurídica que parte do ideal democrático e deve ser decidida pelos dois poderes citados na SD.

Ao produzir a crítica e dar visibilidade para o ponto principal da decisão sobre o aborto, o OI evidencia que esse aspecto é um dado até então novo, porque não havia sido citado pelas instituições alvos da crítica. De acordo com Charaudeau, essa informação não teria sido pedida, mas dada por iniciativa própria do OI, e esse informador, por seu turno, é plural, manifesta-se em primeira pessoa, mas responde a uma instituição científica e apresenta um grau de engajamento com o fato por meio de suas convicções éticas e democráticas.

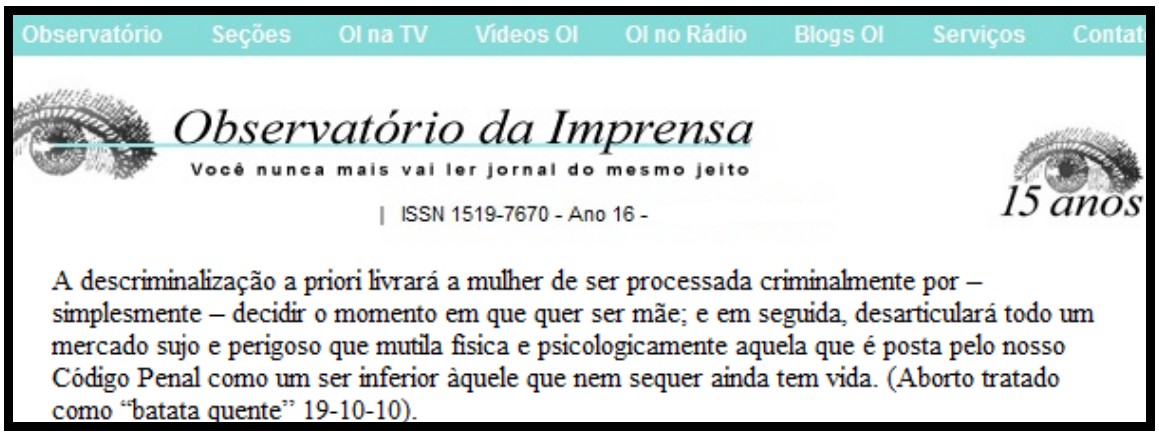
Também compreendemos que ao fazer tais afirmações sobre quais deveriam ser os poderes responsáveis pela decisão do aborto, o OI não considera os valores morais e cristãos, tão propagados pela grande mídia, como decisivos ou relevantes. Nesse caso, a verdade sobre quem deve decidir sobre o aborto deve ser dada a partir das decisões dos dois poderes citados.

Ainda como justificativa do efeito de verdade sobre o aborto, o OI lança mão da retomada de discursos dos outros veículos midiáticos que se manifestaram publicamente acerca do tema. São destacadas as citações de artigos da Folha de São Paulo e do Estadão, e apesar desses veículos midiáticos serem questionados pelo OI em relação aos seus discursos sobre o aborto, o OI considera evidentes esses excertos e por isso os retoma para fundamentar seu posicionamento. Tais excertos, a nosso ver, são dados como evidentes, pois retomam

justamente os saberes da ordem jurídica e de saúde pública referentes à decisão do aborto, já devidamente argumentados como verdades sobre o tema pela prática discursiva do OI.

Ao trazer a fala do(s) Outro(s), tais como estavam em seus discursos, o OI não faz uso do processo de interincompreensão, porque a prática do OI não precisa reinterpretar tal posicionamento, pois ele se adéqua ao saber que rege sua prática e que compõe o regime de verdade sobre o aborto. Entendemos que pela citação direta o OI qualifica como legítimo tais posicionamentos e evidencia a adesão de outros suportes à sua verdade, isto é, ao que considera como verdade sobre o aborto. Esse regime de verdade qualifica como verdadeiras as abordagens de saúde pública sobre os impactos desses procedimentos nos serviços de saúde e nos danos causados às mulheres que cometem o aborto e preconiza que a decisão de interromper ou não uma gravidez não deve tornar uma mulher criminosa, já que ela seria a única responsável por essa decisão.

Ao definir e aderir ao saber que rege as declarações dos jornais sobre a descriminalização do aborto, destacamos que o OI deixa transparecer seu posicionamento ideológico em relação à polêmica da descriminalização e o efeito de verdade construído é o de que o aborto deveria ser descriminalizado, isto é, que a mulher que comete o aborto não seja considerada criminosa por esse fato. Tal posicionamento explicitado nas SDs analisadas sustenta-se, então, pela *posição-sujeito de adesão ao projeto de descriminalização do aborto no Brasil*.



A questão do aborto, a descriminação das drogas entre outros temas, não deve ser balizada por nenhum segmento religioso, tampouco ser objeto de análise durante uma eleição. O palco correto é o Congresso Nacional.(A instrumentalização da religião 19-10-10).

Em momento algum se defende a institucionalização do aborto como método contraceptivo ou como prática corriqueira. Mas uma vez que não se investiu o suficiente em educação, prevenção ou segurança – estas, sim, capazes de evitar a gravidez indesejada, de extremo risco ou fruto de ação criminosa –, o Estado deve, sim, prover a quem necessitar e desejar, condições dignas e seguras para a realização do procedimento. (Os vendilhões do pleito 19-10-10).

É evidente que as águas estão agitadas e deve-se rever a invisibilização que nega à mulher brasileira a gestão do próprio corpo. Ou as classes média e alta, entrincheiradas no moralismo, só vão encarar a questão se os "clandestinos" publicizarem os nomes dos seus pares, dos que podem pagar pela segurança e pelo anonimato estatistico vedado à população pobre que recorre ao SUS? (Aborto, criminalização e hipocrisia 23-10-10).

QUADRO 18 - A verdade do OI sobre o aborto

Para fundamentar seu posicionamento favorável à descriminalização da prática do aborto, o OI explica, na primeira SD do Quadro 17, no que consistiria essa decisão. O OI ainda justifica a pertinência da mudança na legislação por meio da apresentação de duas consequências: *livrará a mulher de ser processada simplesmente por decidir quando quer ser mãe, desarticulação do mercado ilegal que é sustentado pelo aborto*. No que tange à força argumentativa, o OI trabalha com o argumento mais forte após o mais fraco. Compreendemos esse movimento, pois esse discurso trata a partir do adjetivo *simplesmente* o fato de as mulheres escolherem pela vida que geram, enquanto traz como mais forte o argumento da desativação do mercado que faz cirurgias para interromper a gravidez de mulheres ilegalmente.

Podemos afirmar isso porque esse discurso utiliza os adjetivos *sujo e perigoso* além de pontuar os resultados dos procedimentos ilegais como *mutilar física e psicologicamente as mulheres*. Assim, na escala argumentativa o adjetivo simples representa, de forma simplória, que a decisão deve ser tomada pela mulher e que se trata de um assunto já resolvido, já que a mulher deveria ter direito sobre seu próprio corpo. Já o argumento mais forte para que a aprovação da descriminalização é o de que existem mercados sujos e perigosos que se alimentam da prática do aborto e cometem erros cirúrgicos, colocando a vida de muitas brasileiras em risco.

Ao colocar a discussão sobre a descriminalização, assinalamos que o OI ressignifica a temática do aborto para que ela não seja tratada pela moral e ética, mas sim pelo viés jurídico e legislativo que deveria zelar pela integridade física de todas as mulheres brasileiras, inclusive daquelas que praticam o aborto. Comprovamos essa análise, pois na segunda SD, a

prática do OI afirma que a questão do aborto *"não deve ser balizada por nenhum segmento religioso, tampouco objeto de análise durante uma eleição";* compreendemos que, ao fazer tais afirmações, esse discurso produz a crítica a tudo o que se disse antes pela grande imprensa sobre o aborto por meio da retomada do interdiscurso e de memórias discursivas que justificam a existência dessa crítica. E, por fim, o OI propala que o palco correto, para a discussão, é o *Congresso Nacional*, retomando e legitimando a posição política- jurídica acerca da decisão de se descriminalizar ou não a prática do aborto.

Entendemos que o efeito de verdade para o posicionamento assumido pela prática discursiva do OI ainda se encontra legitimado, porque aborda a distinção entre seu posicionamento e a decisão de se legalizar a prática do aborto. Na terceira SD, a prática discursiva do OI inicia seu discurso afirmando que *"em momento algum se defende a institucionalização do aborto como método contraceptivo",* isto é, essa prática discursiva diferencia os termos legalizar de institucionalizar, tratando-os de forma distinta, pois elas não representam a mesma coisa na sociedade.

Entendemos que o OI se viu obrigado a marcar essa distinção pelo próprio deslizamento que a temática do aborto teve no decorrer de sua discussão: no primeiro momento, Dilma se posicionou, ainda no debate Online da Folha de São Paulo, em relação à descriminalização, mas o enfoque temático foi alterado para a defesa da vida, tomando os contornos de uma possível legalização da prática. Essa abordagem se iniciou com a interpretação ou incompreensão de que os representantes religiosos fizeram das declarações da então candidata, mas foi discursivizada no decorrer da campanha apenas por esse viés. Ao esclarecer e marcar a distinção, a prática discursiva retorna o enfoque temático da questão do aborto para o viés da descriminalização, ou seja, ao que considera como verdade sobre toda essa polêmica.

Ainda na terceira SD, realçamos mais uma justificativa para que a decisão de se descriminalizar seja tomada, haja vista que a prática discursiva do OI argumenta não ter havido, por parte do governo, o investimento necessário em educação e prevenção de gravidez. Assim, já que o governo não investiu o necessário para que o aborto não fosse uma possibilidade, ele teria o dever de *"prover a quem necessitar e desejar, condições dignas e seguras para a realização do procedimento".* Ao definir como dever do Estado garantir que ocorram procedimentos justos e seguros para as mulheres, a prática discursiva retoma o ideal da defesa da saúde pública, ou seja, o governo deve zelar pelo bem estar das cidadãs brasileiras, proporcionando condições dignas para que elas pratiquem o aborto. O OI coloca a

discussão a partir do viés jurídico e de política de saúde pública, retomando o Estado como responsável por manter a integridade física das mulheres que optarem por essa prática.

Na última SD do Quadro 17, a prática do OI recorre à metaforização para definir o que o Estado deve fazer em relação à criminalização do aborto como, por exemplo, ao afirmar que as "*águas estão agitadas e deve-se rever a invisibilização que nega à mulher brasileira a gestão do próprio corpo",* uma vez que ao enunciar que as águas estão agitadas, recorre à metáfora do mar bravo, isto é, como se muitas opiniões estivessem fervilhando no mar, como a maré alta. Essas opiniões configuram-se como as posições dos religiosos, dos candidatos, da imprensa, do povo. E nesse momento, o palco correto, o Congresso Nacional, deveria rever a legislação que coloca a decisão da mulher que gera a vida em segundo plano, bem como rever a decisão de se criminalizar a mulher que pratica o aborto.

Como justificativa do posicionamento, a prática discursiva do OI recorre à crítica e como esta constrói o efeito de evidência para tal posicionamento sobre o aborto. Por exemplo, ao asseverar que *"as classes média e alta, entrincheiradas no moralismo, só vão encarar a questão se os "clandestinos" publicizarem os nomes dos seus pares",* o OI afirma que essas classes não se manifestam favoravelmente à descriminalização porque podem pagar pelo anonimato e porque podem praticar o aborto sem ter que recorrer ao sistema único de saúde. A crítica é a de que essas classes se colocam publicamente favoráveis à vida porque são hipócritas, afirmam uma coisa e fazem outra, a diferença entre ela e a classe pobre é que esta não tem condições de praticar o aborto e de pagar pelo anonimato. Entendemos que o OI quer alertar seu leitor para o fato de que muitos dos que se colocam favoráveis à vida e contrários ao aborto são hipócritas, o praticam, mas não reconhecem a necessidade de a legislação mudar, porque estão coagidos pelos valores morais e religiosos.

Compreendemos, pela análise do último quadro temático, que o que pode e deve ser dito sobre o aborto está antes determinado pelo posicionamento ideológico que compartilha do ideal da democracia e da defesa dos direitos humanos e defende a descriminalização da prática do aborto no país. Esse sujeito de conhecimento do crítico de mídia só chegou a essa verdade porque discursivizou várias críticas aos valores morais e religiosos tão propagados na campanha presidencial, isto é, de que a decisão pela descriminalização deveria ser tomada pelo viés do direito à vida. Além de questionar tais posicionamentos e desconstruir a legitimidade dos discursos da igreja, o OI fundamenta o meio de se chegar à verdade pela argumentação do direito da mulher poder decidir sobre a vida que gera, pelo cerceamento das reais condições que levam as mulheres a praticar o aborto, além de apontar para as

consequências dessa prática como as mortes e mutilações provocadas por uma rede ilegal de procedimentos médicos mantida pela lei que proíbe a prática no país.

Outro ponto bem definido como base argumentativa do posicionamento do OI é também a definição de quais são os poderes responsáveis pela decisão de se fazer uma alteração na lei ou não, os poderes Legislativo e Executivo, descaracterizando a discussão em pleno momento de eleições, pois não é o presidente da república que tem todos os poderes para descriminalizar ou não o aborto. Por fim, esse discurso esclarece para seu leitor quais seriam as vantagens sociais e jurídicas de se optar pela descriminalização, apontando a saúde da mulher e a desativação do mercado negro movido pelo aborto clandestino no Brasil.

Observamos em nossas análises que existem marcadores linguísticos que evidenciam os efeitos de verdade construídos para a prática do OI. Sem querer isolá-los de seu funcionamento textual, destacamos palavras e expressões que combinadas ao discurso argumentativo e crítico do OI provam a evidência de que esse discurso "diz a verdade" sobre o aborto. Dessa forma, trouxemos os principais marcadores linguísticos e discursivos que evidenciam a construção de efeitos de verdade na prática o OI, quais sejam: *clara e corretamente, deve, diz, impõe, realmente, caberia, portanto, trata-se, sobretudo e a verdade é que...* O adjetivo feminino *clara*, seguido do adjetivo *correto* produz o efeito de sentido de autenticidade e veracidade para o que será dito, já o verbo *deve*r aparece marcando uma obrigação a ser cumprida; o verbo *diz,* no intransitivo, sugere também a evidência de apenas um sentido como verdadeiro sobre o que deve ser dito; o verbo *impor* também produz o efeito de ordem e imposição de um sentido como verdadeiro e legitimo e o adjetivo real também aparece para ressaltar que existe uma realidade compartilhada entre locutor e interlocutor e por isso é evidente e verdadeira. O verbo *caber* e a conjunção, *portanto,* funcionam no sentido de definir o que é obrigação da imprensa; por fim, temos a sequência do verbo pronominal *trata-se* seguido do advérbio *sobretudo,* que indica uma relação de evidência e completude dos sentidos em torno do que o OI considera e é dado como *verdade* estabilizada pelo prática do OI. Nesse contexto, compreendemos que tais marcadores discursivos ajudam na produção de efeitos de sentido de evidência para o conteúdo dos textos, uma vez que cercam uma determinada verdade sobre o aborto como se fosse a única possível, provável e cabível diante dos argumentos apresentados no decorrer das críticas feitas aos seus três alvos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, a relação entre mídia e política tem se intensificado gradativamente e a cada dia que passa observamos como essas duas instituições necessitam uma da outra para existir na sociedade. A mídia tem publicizado a política e esta necessita dessa midiatização para continuar exercendo seu papel na sociedade. Compreendemos que em determinados momentos históricos essa relação de interdependência fica mais exposta, como é o caso das campanhas eleitorais, em que a mídia passa a ser o lugar destinado a publicizar a política bem como todos os fatos que interferem em uma disputa eleitoral. Entretanto, o ato de tornar algo notícia é resultado de um posicionamento na sociedade que reconhece dentro de um sistema discursivo e ideológico o que convém ser informado e o que não está nessa ordem, e é justamente no sentido de monitorar esse tipo de interferência ideológica na produção jornalística que surge o papel do *media criticism* no Brasil.

Consideramos que a prática discursiva do OI, enquanto representante do *media criticism* no país, produz um discurso em emergência de ética que deve ser analisado à luz dos dispositivos da Análise de Discurso francesa, uma vez que, por meio da crítica à mídia, o OI revela-se um produtor de determinado efeito de verdade na sociedade. Isso ocorre pois constatamos em nossas análises que a prática do OI sobre a temática do aborto nos revela quais são e como se constituem os modos de funcionamento da crítica, e estes, por seu turno, revelam a produção de um determinado efeito de verdade sobre o que deve ser dito acerca do aborto no segundo turno da campanha presidencial de 2010.

Selecionamos como *corpus*, para a análise deste trabalho, justamente textos do OI publicados durante o período do segundo turno da campanha presidencial e que tinham como tema o aborto, considerado alvo de muitas discussões, pois reclamava para si que uma verdade fosse estabelecida, ou seja, quem é ou não a favor do aborto no país, o que influenciaria na escolha do próximo presidente da república, já que estava em voga a disputa pelo voto religioso. O tema era polêmico por natureza assim como sua abordagem, porém verificamos que sua discussão nos textos do OI também apontava para a definição do que seria a verdade sobre o aborto ou de qual seria o efeito de sentido de verdade que o OI cederia a essa questão na campanha presidencial.

A partir do *corpus* traçamos o objetivo geral deste trabalho: *compreender como se dá o funcionamento da prática discursivo-jornalística de crítica midiática do OI* em período eleitoral. Para que compreendêssemos esse modo de funcionamento da crítica do OI,

construímos outro arquivo com notícias publicadas nos jornais *Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e com as edições da revista Veja* publicados durante o mesmo período de coleta do *corpus* principal. O objetivo desse arquivo era o de nos contextualizar sobre a crítica, ou seja, entender porque ela estava sendo feita e sobre quais pontos estava produzindo efeitos de sentidos.

Ao final dessa primeira etapa de sistematização e entrada no arquivo traçamos quais os objetivos específicos necessários para chegarmos ao objetivo geral: identificarmos de qual lugar discursivo o OI partiu para poder fazer a sua crítica à GM e qual forma-sujeito sustentou esse poder de crítica. Tais pontos nos levaram a descrever o funcionamento dessa posição-sujeito de crítica em termos dos alvos e dos movimentos discursivos por ela visados. E, por fim, pudemos compreender qual o posicionamento do OI em relação ao tema do aborto nas eleições.

O primeiro objetivo específico nos permitiu analisar sobre qual lugar sociodiscursivo o OI partia para produzir seu discurso de crítica. Sobre ele podemos dizer que o OI apoia-se no lugar do pesquisador- jornalista, uma vez que está legitimado por uma instituição científica o Labjor (Unicamp), dessa forma, seu discurso tem o efeito de verdade, por partir de um lugar logicamente estabilizado, o da ciência, e por isso não pode ser contestado. Dessa maneira, o OI construiu um lugar legitimado social e discursivamente para produzir a crítica na medida em que conta com a ciência e com uma argumentação que expõe os principais pontos decisivos na discussão sobre o aborto, ou seja, recorrendo aos preceitos do bom jornalismo como ética, objetividade e imparcialidade. Portanto, ele apoia-se na forma-sujeito da ciência e da deontologia para produzir suas críticas.

O segundo objetivo específico nos levou a identificar o funcionamento da posição-sujeito de crítica do OI em relação ao seu primeiro alvo, nesse caso, as *críticas aos sujeitos políticos na mídia em relação com o campo religioso.* Sobre ela podemos assinalar que, ao estabelecer como referente de observação a prática da GM, a prática do OI tem acesso ao que ela publicou sobre o aborto enquanto tema político e religioso. Consequentemente, observamos que a crítica do OI aos sujeitos políticos se dava na relação do campo político (e aos sujeitos protagonistas da campanha presidencial de 2010: José Serra e Dilma Rousseff), com o campo religioso (e aos sujeitos religiosos) e por fim com a GM. Nesse aspecto, podemos asseverar que os resultados das análises das críticas em torno desse primeiro alvo apontaram para a ressignificação da temática do aborto e para a desconstrução da legitimidade dos sujeitos políticos.

Em primeiro lugar, pontuamos que as críticas feitas ao campo político e aos candidatos à presidência foram as de que *a posição assumida pelos candidatos à presidência sobre o aborto, a partir do que a GM publicou, foi resultado de uma manobra político-eleitoral, ou seja, objetivando agradar as parcelas expressivas do eleitorado para não perder votos* e a de que, *na busca pelos votos religiosos, o candidato José Serra teria manipulado as declarações da candidata Dilma no sentido de afirmar que ela era favorável ao aborto e, por consequência, representaria uma "ameaça à vida".*

Em suma, as críticas aos candidatos à presidência e seus respectivos posicionamentos assumidos publicamente acerca do aborto revelaram que o OI distancia-se do saber que rege a prática político-eleitoral dos candidatos, uma vez que se opõe à abordagem moralista e religiosa com vistas apenas à busca de votos entre os eleitores. Em segundo lugar, destacamos o posicionamento (via simulacro) do OI como contrário às atitudes e declarações do candidato José Serra no tocante à campanha e ao uso eleitoreiro da religião. Esse resultado nos leva a crer que esse discurso se posiciona favorável a Dilma Rousseff, já que não se opõe a Serra. O terceiro ponto ressaltado na análise do funcionamento dessas críticas indica qual deveria ser o lugar correto para a discussão do aborto na sociedade; no caso, escolas, lares e na Câmara do nosso país.

O segundo alvo do OI eram as *críticas aos sujeitos religiosos na mídia em relação ao campo da política.* Tais críticas relativas a esse alvo foram as de que *ocorreu uma instrumentalização da religião como condição para a escolha do voto dos eleitores* e de que *a interferência dos sujeitos religiosos na campanha eleitoral é descabida, pois o Brasil é um país laico e a de que a instrumentalização da religião leva o Brasil para um regime teocrático.* No que tange aos modos de funcionamento da crítica do OI sobre o posicionamento dos sujeitos religiosos, postulamos que ocorre a desconstrução da legitimidade da intervenção da igreja em assuntos políticos considerando que o Brasil é constitucionalmente um Estado laico. Em segundo lugar, o OI também define e aponta qual é o lugar da religião na sociedade e a coloca como um assunto individual que não deve ser colocado acima dos interesses de uma população que não necessariamente segue a mesma conduta religiosa. Um terceiro resultado da análise foi justamente a visualização do deslizamento de sentido que sofreu a questão do aborto a partir da declaração de Dilma Rousseff, no início da campanha, e um retorno ao que realmente deveria ser debatido sobre o aborto, isto é, o OI retorna a questão para um problema de saúde pública e o tira do patamar de voto religioso, considerado como equivocado.

O último alvo das críticas do OI foram os *sujeitos da mídia discursivizando o tema do aborto em relação aos campos político e religioso.* Sobre esse alvo realçamos as seguintes críticas: *a de que a prática da GM teria manipulado o noticiário, dando enfoque apenas à discussão moral e religiosa sobre o aborto* e a de que *o noticiário estava sendo dado com base nos interesses dos patrocinadores da imprensa e a de que houve manipulação das notícias relativas ao aborto em benefício de um dos candidatos à presidência.* Nessas críticas, observamos dois movimentos discursivos contraditórios: o silenciamento do que do foi dito pela imprensa sobre o aborto em oposição à visualização do que não foi dito pela mesma imprensa. E em último lugar, verificamos que ocorre o distanciamento do OI com o saber que regeu o enquadramento da imprensa tradicional sobre o que deveria ser pauta de notícias referentes ao aborto durante o segundo turno da campanha presidencial.

Por fim, compreendemos qual o posicionamento do OI sobre o aborto, pois notamos que as críticas evidenciavam qual era a vontade de verdade que regia esse discurso. Assim, o OI realçava o que deveria ser dito sobre o aborto como verdadeiro, ao mesmo tempo em que determinava o que não deveria ser dito e era considerado falso ou equivocado por meio das críticas. Construía-se assim um regime de verdade para a prática do OI, que apontava como próprio dessa prática a abordagem da questão a partir dos direitos humanos das mulheres vítimas dessa prática, os problemas sociais causados pela criminalização e prática do aborto e a concepção jurídica do que representa o aborto na constituição brasileira.

Destacamos como pontos positivos deste trabalho a análise dos modos de funcionamento da crítica da prática do OI, pois a partir dos efeitos de sentidos produzidos por ela também foram produzidos efeitos de verdade para o que esse discurso tem a dizer sobre o aborto. Sábia e argumentativamente, a prática do OI organiza sua crítica de maneira que todos os pontos relativos ao mesmo tema sejam discutidos e esclarecidos por meio de uma vontade de verdade que define o que é falso e verdadeiro. Nesse sentido, temos a desconstrução progressiva de todas as posições levantadas sobre o aborto que se encontram no eixo do que é falso e a posterior legitimidade e evidência do que deve ser dito como verdade pelo OI.

O OI produz uma "teia" que cerca muito bem seu discurso para que este produza efeitos de uma verdade sobre o aborto. Em primeiro lugar, ele se legitima como um lugar discursivo de verdade e crítica amparado pela deontologia. Assim, de posse desse lugar, ele pode deslegitimar e desqualificar o discurso dos candidatos, religiosos e da grande mídia sobre aborto, amparado em argumentos jurídicos e político-sociais. Após esse processo de definição do que é falso e verdadeiro, o OI promove a ressignificação da temática do aborto e define quais os pontos a serem debatidos sobre ela e quais os lugares sociais destinados a essa

tarefa. Compreendemos que todo esse processo discursivo culmina na construção de um regime de verdade que define e qualifica o que é a verdade do OI sobre o aborto em ano de disputa presidencial a partir de um posicionamento favorável à adesão ao projeto de se descriminalizar a prática do aborto no Brasil.

Teoricamente, nosso trabalho constitui um desafio duplo: em primeiro lugar, discutir a questão da verdade a partir de uma base pecheutiana, analisando sua construção discursiva e linguística; em segundo lugar, desmembrar e compreender como a crítica do OI é construída e quais são os movimentos significativos que asseguram seu deslize para a produção de efeitos de verdade. Partindo de tais pressupostos, esta pesquisa representa a realização de um desafio que contribui para o avanço das pesquisas em Análise de Discurso francesa na direção do estudo em torno da produção discursiva de efeitos de verdade e no funcionamento discursivo da crítica feita pelo *media criticism*. Dessa forma, esperamos que ele seja apenas um ponto de partida e que sugira novos questionamentos sobre os discursos e pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. (Org.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999, p.11-17.

ALBUQUERQUE, A. ; LADEIRA, J. D. M. ; SILVA, M. A. R. **.** *Media Criticism no Brasil: o Observatório da Imprensa*. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. XXV. n. 2, p. 166-183, 2002. Disponível em < http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/rbcc/article/viewFile/3598/3392 > Acesso em 10 de Março de 2011. Artigo científico.

BERTRAND, J.C. *A deontologia das mídias*. Tradução de Maria Leonor Loureiro. Bauru: EDUSC, 1999.

BRANDÃO, H. N. *Introdução à análise do discurso.* 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

CANDIOTTO, C. *Foucault e a crítica da verdade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Curitiba: Champagnat, 2010 (Coleção Estudos Foucautianos, 5/Coordenador Alfredo Viega-Neto).

CAZARIN, E.A. Posição-sujeito: um espaço enunciativo heterogêneo. In. FERREIRA, M.C.; INDURSKY, F. (Orgs.). *Análise do discurso no Brasil:* mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007, p.109-122.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. Trad. Angela S.M.Correa. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

COURTINE, J.J. *Análise do discurso político:* o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

DAVALLON, J. *A imagem, uma arte de memória*. In: ACHARD, P. (Org.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999, p.23-32.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves- 7º ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 13 ed., São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

_____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982).* Tradução, Andréa Daher; consultoria, Roberto Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GRIGOLETTO, E. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In. FERREIRA, M.C.; INDURSKY, F. (Orgs.). *Análise do discurso no Brasil:* mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007, p.123-134.

_____. O lugar discursivo do jornalista e do cientista: o imbrincamento de diferentes posições-sujeito. In: *O discurso de divulgação científica:* um espaço discursivo intervalar. UFRGS, 2005, p.152-162. Disponível em < http://hdl.handle.net/10183/5322 > Acesso em 28 de Maio de 2011. Tese de doutorado.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da "Análise automática do discurso" de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F. HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso:* uma introdução a obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia Sampaio. Et.al. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, 13-38.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. *Novas tendências em análise de discurso*. trad. Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 3 ed, 1997.

MERKX, A. C. *Crítica de mídia à brasileira: o pioneirismo do "Observatório da Imprensa"***.** In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON MEDIA AND DIVERSITY - UNESCO, 1999, Paris - FR, 1999. Disponível em < http://site.unitau.br//scripts/prppg/humanas/download/criticademidia-N1-2001.pdf > Acesso em 15 de Maio de 2011. Artigo científico.

NETO, Antonio Fausto. Discurso político e mídia. In: *Comunicação e política:* conceitos e abordagens**.** Antonio Albino Canelas Rubim (organizador); preparação de originais, revisão e normalização: Nídia Lubisco, Tania de Aragão Bezerra, Magel Castilho de Carvalho; capa e editoração: Joe Lopes. Salvador : Edufba, 2004, p.105-125.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso:* princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

_____. *Interpretação;* autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007a.

_____. *As formas do silêncio*. 6.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007b.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD69). [Trad. de Eni P. Orlandi]. In: GADET, F. HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso:* uma introdução a obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia Sampaio. Et.al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997a, 61-161.

_____. *Papel da memória*. In: ACHARD, P. (Org.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999, p.49-56.

_____. *Semântica e discurso:* uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas *(1975).* In: GADET, F. HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso:* uma introdução a obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia Sampaio. Et.al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997b, 163-187.

POSSENTI, S. *Observações sobre o Interdiscurso*. Revista Letras, especial, n.61, p.253-269, 2003. Disponível em http://www.uems.br/na/discursividade. Acesso em 10 de Abril de 2011. Artigo científico.

_____. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In. MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (Orgs.). *Introdução à Linguística 3* – fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004, p.353-392.

VASCONCELOS, C.C. *De olho nos observatórios: um estudo comparativo das críticas de mídia do Observatório da Imprensa e do Canal da Imprensa*. Universidade Estácio de Sá, 2005. Disponível em < http://www.canaldaimprensa.com.br/canalant/55edicao/academica.pdf > Acesso em 08 de Maio de 2011. Monografia de conclusão de curso.

ANEXOS

Corpus – Observatório da Imprensa

Organização dos textos por título, data e autor

1) Pausa na baixaria - Luciano Martins Costa - 7/10/2010

2) Debate farisaico - Alberto Dines - 10/10/2010

3) Imprensa livre. Imprensa boa?- Alberto Dines - 11/10/2010

4) Tom moralista pauta campanha - Rogério Christoletti - 12/10/2010

5) Para abolir o aborto - Túlio Muniz - 12/10/2010

6) O debate fora de lugar – Alberto Dines - 12/10/2010

7) Entre a IURD e o Opus Dei - Rosiane Rodrigues - 12/10/2010

8) Entre a hipocrisia e o atraso - Ivo Lucchesi - 12/10/2010

9) Entre a coerência e a superficialidade - Gabriel Perissé - 12/10/2010

10) Aborto na campanha e na pauta - Ligia Martins de Almeida - 12/10/2010

11) Apanhados em flagrante delito - Luciano Martins Costa - 18/10/2010

12) Debates são notícias e não eventos de outra emissora - Paulo José Cunha - 19/10/2010

13) Aborto tratado como "batata quente" - Hilbert Reis - 19/10/2010

14) A instrumentalização da religião - Paulo Cesar Soares - 19/10/2010

15) Os vendilhões do pleito - Ivan Vasconcelos - 19/10/2010

16) Mídia não debate as contradições - Ana Carla Barbosa - 19/10/2010

17) Aborto, criminalização e hipocrisia - Túlio Muniz - 23/11/2010

18) Eleição não é profissão de fé - Augusto Dauster Pontual - 26/10/2010

19) Com a paciência esgotada - Luciano Martins Costa - 27/10/2010

20) O papa interfere na campanha - Luciano Martins Costa - 29/10/2010

21) O fim da campanha eleitoral - Washington Araújo - 30/10/2010

1) Pausa na baixaria

Por Luciano Martins Costa em 7/10/2010

Comentário para o programa radiofônico do OI, 7/10/2010

Os principais diários do país, aqueles considerados de circulação nacional, voltam à velha rotina de cobrir a campanha eleitoral à base de declarações especialmente selecionadas. Ou seja, a imprensa tradicional brasileira segue sendo pautada pelos marqueteiros de campanha, embora pareça que a campanha de verdade para o segundo turno ainda não tenha esquentado.

Explica-se: enquanto não se define para que lado vai a senadora Marina Silva e seu Partido Verde, qualquer movimento mais agressivo pode significar a perda de votos.

A senadora acreana continua agindo como a evangelizadora em casa de tolerância. Segundo os jornais, ela chegou a ironizar a ânsia de alguns de seus correligionários por ministérios, na negociação iniciada por uma oferta de cinco bons empregos pelo candidato do PSDB, José Serra. Para o nível de alguns dirigentes do Partido Verde, brincou Marina, basta pensar num conselho de estatal que já estaria bom.

Segundo plano

Como se vê, é bem provável que a candidata opte por uma direção, ou por se manter neutra e calada, enquanto seu partido se divide como sempre esteve, optando por se manter agarrado a cargos tanto federais como estaduais.

Com exceção de Marina, de seu candidato a vice, o empresário Guilherme Leal, do ex-candidato a senador Ricardo Young e mais uns dois ou três figurantes, não se distinguem no palco verde protagonistas capazes de personificar a reserva moral identificada na candidatura que provocou o segundo turno. Portanto, muito provavelmente a própria imprensa vai esquecer os temas que a candidatura da senadora agregou à campanha.

Marina Silva já sonhou mediar uma convergência entre partidos de esquerda e centro-esquerda, composta por um núcleo de petistas e tucanos, com parcelas do PMDB e de partidos menores, capaz de ressuscitar a aliança que conduziu o processo de redemocratização, com um programa de desenvolvimento sustentável como meta principal. Mas essa idéia não passou de um delírio. A imprensa não lhe deu a menor atenção e o personalismo das lideranças partidárias, de qualquer maneira, não permitiria que a proposta avançasse.

Nos próximos dias, o discurso ambientalista volta ao segundo plano e a campanha cai de novo na baixaria. Com a ponderável contribuição da imprensa.

Fatos, factóides e versões

Enquanto os partidos reorganizam seus discursos, a imprensa engajada faz sua parte. Até a falta de acontecimento pode virar notícia.

O lançamento do livro do jornalista Merval Pereira, marcado para sábado (9/10), na Livraria Cultura, em São Paulo, é um evento cultural, jornalístico, ou parte da campanha eleitoral?

Pereira, colunista do Globo dedicado quase exclusivamente a criticar diariamente o governo Lula, juntou seus artigos em um livro intitulado O Lulismo no Poder, no qual defende a tese predominante na imprensa sobre supostos pendores autoritários do atual chefe do governo.

Lançado na Academia Brasileira de Letras, em 28 de setembro, com ampla cobertura da imprensa, o livro será o ponto de partida para uma palestra do autor seguida de debate com o público, com transmissão ao vivo pela rádio CBN, do grupo Globo.

Até aí, registrado o senso de oportunidade da editora, pode-se especular quanto um evento como esse se confunde com os fatos da campanha eleitoral. Considere-se também a possibilidade de militantes petistas comparecerem em grande número ao evento e temos aí os ingredientes para algo mais do que um debate.

O engajamento da imprensa em uma das candidaturas, oficializado pelo jornal O Estado de S.Paulo e demonstrado diariamente pelos outros grandes veículos de circulação nacional, autoriza todo tipo de especulação em torno do noticiário durante o período eleitoral. Também funciona como um antídoto para o próprio noticiário, de modo que, no clima de desconfiança na imprensa criado pela própria imprensa, prepara-se o terreno até mesmo para mistificações em torno das realizações do governo.

Como a imprensa age claramente como um partido de oposição, extrapolando seu papel de crítica dos poderes, a propaganda governamental acaba por empurrar como verdade absoluta tudo que sai do Planalto.

O trabalho dos marqueteiros completa o quadro. E os eleitores vão às urnas movidos mais por emoção e preconceito do que pela informação.

2) Debate farisaico

Por Alberto Dines em 10/10/2010

Reproduzido do Diário de S.Paulo, 10/10/2010

Este debate sobre o aborto é falso, dissimulado, hipócrita. Mascara uma questão de grande relevância e encobre um problema institucional que está no cerne da nossa fragilidade republicana. Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva manifestaram-se sobre a interrupção da gravidez de forma semelhante ao longo do primeiro turno e todos na esfera do "respeito à vida" que tanto agrada ao feixe de confissões religiosas cristãs.

O problema do aborto diz respeito à saúde pública, sobretudo em países dominados pela corrupção e pelo desapego às leis onde vale o "vale tudo". Descriminalizado ou não, o aborto continua sendo praticado aberta e impunemente na vasta rede informal de atendimento médico.

O que deve sair imediatamente do debate eleitoral é esta fingida religiosidade que leva Deus aos palanques, macula as mais íntimas opções espirituais do eleitor e abala gravemente os fundamentos da nossa democracia – teoricamente isonômica, tolerante, aberta, inclusive aos agnósticos, descrentes e ateus.

Teocracia cega

O secularismo, intrinsecamente ligado ao ideal democrático e republicano, foi seriamente comprometido quando em 2008 o presidente Lula, acompanhado pela candidata in pectore Dilma Rousseff, encontrou-se com o Papa Bento 16 na Santa Sé e assinou uma Concordata que tentou manter secreta, depois minimizou e, em seguida, foi obrigado formalizar. Este foi o pecado original aceito pelas confissões da cepa luterana, certas de que teriam suas compensações. E tiveram: a enxurrada de concessões de emissoras de rádio e TV que distorcem e comprometem o equilíbrio do sistema brasileiro de radiodifusão.

Não obstante, a sociedade brasileira novamente avança em direção ao espírito de Guerra Santa justo às vésperas do feriado nacional de 12 de outubro, data da padroeira do Brasil. Em outras ocasiões produziram-se confrontos que não honram nossa temperança e capacidade de convivência.

Diante do explosivo coquetel composto por altas doses de fanatismo político-eleitoral e igual quantidade de fervor religioso, não nos resta outra alternativa senão a de encarar, proclamar e empreender uma imperiosa e inadiável marcha rumo ao Estado laico. Esta é questão que deveria ser levada aos candidatos e discutida abertamente por eles.

Religião é assunto de foro íntimo, tirá-la desta condição superior para colocá-la no horário eleitoral é desrespeitá-la no que tem de mais elevado. Quando a crença converte-se em clericalismo, a etapa seguinte é a teocracia avassaladora, cega, tirânica. Não há outra opção, o mundo islâmico está aí para comprová-lo, apesar das exceções na Turquia e Líbano.

Grande demais

Israel vai na mesma direção, a despeito da ojeriza inicial da maioria dos religiosos judeus em aceitar um Estado que não fosse criado por ação do Messias. Cercado de inimigos, isolado pela intransigência em admitir a convivência com um Estado palestino, Israel enfrenta neste momento uma grave crise doméstica produzida pela coalizão da direita com os religiosos que pretende obrigar os que desejam obter a cidadania israelense a jurar fidelidade a um "Estado judaico e democrático".

Se judaísmo for definido como cultura ou civilização, tudo bem, mas no caso é religião e um estado religioso não pode ser democrático.

O "parceiro estratégico" do governo brasileiro, Nicolas Sarkozy, pretendendo ser fiel às tradições seculares do republicanismo francês, não vacilou e proibiu o uso pessoal de símbolos religiosos em locais públicos (burka islâmica, kipá judaica e crucifixos ostensivos).

Medida extrema, antipática, incontornável. Deus é grande demais para ser enfiado num míssil nuclear. Ou enlatado pelo marketing político.

3) Imprensa livre. Imprensa boa?

Por Alberto Dines em **11/10/2010**

Comentário para o programa radiofônico do OI, 11/10/2010

O ministro Franklin Martins, em declarações enviadas da Europa, levantou uma excelente questão ao afirmar que a imprensa brasileira "é livre, o que não quer dizer que é boa".

Com o poder de síntese de um experimentado jornalista, hoje convertido a contragosto em observador da mídia, o ministro conseguiu, em poucas palavras, compactar uma questão fundamental: a inexistência do clássico aparato censório é suficiente para colocar o selo de qualidade na imprensa de determinada sociedade?

Dito de outra forma: se os censores trocaram os uniformes militares para vestir a toga ou a batina ou o blazer corporativo, isso é suficiente para garantir que a imprensa é livre?

A dialética nos obriga a buscar o corolário: se a imprensa funciona livre de pressões ou de constrangimentos, ipso facto é boa porque é diversificada, plural.

Terceiro elemento

A grande verdade é que a nossa imprensa não é nem livre nem boa. Este é o maior mérito da provocação de Franklin Martins. Nossa imprensa foi duramente ameaçada pelo chefe do poder Executivo antes do primeiro turno e, aparentemente em represália, adotou algumas vezes um comportamento libertino.

Agora, no início da segunda volta, agarra-se histérica e farisaicamente à questão do aborto, esquecida do perigo de alimentar o fanatismo religioso, o clericalismo e o seu natural desaguadouro – o Estado teocrático, qualquer que seja a religião que o controle.

A liberdade e a qualidade da imprensa se sobrepõem e se associam quando um jornal como o centenário Estado de S.Paulo afasta uma colaboradora – a psicanalista Maria Rita Kehl – porque ousou divergir das suas premissas políticas. Se o jornal abre mão de um dos seus mais importantes atributos – o equilíbrio de conteúdo –, deixa de respeitar a liberdade e os paradigmas que o qualificam.

A verdade é que faltou ao ministro um terceiro elemento para compor a sua equação: a quantidade. Nossa imprensa não é livre, não é boa e está sendo tragicamente reduzida.

Para lembrar

Quando, em 1985, Boris Casoy perguntou a Fernando Henrique Cardoso, então candidato a prefeito de São Paulo, se acreditava em Deus e o então senador titubeou, o apresentador de TV não buscava a liberdade nem a qualidade da informação.

Num país democrático, ser religioso ou agnóstico é rigorosamente irrelevante. A pergunta foi preconceituosa e intolerante – exemplo clássico e inesquecível do pior tipo de jornalismo.

4) Tom moralista pauta campanha

Por Rogério Christofoletti em **12/10/2010**

Reproduzido do objETHOS, 11/10/2010

A corrida presidencial tem cores mais fortes e passionais neste segundo turno. Para além das plataformas eleitorais, José Serra e Dilma Rousseff têm se preocupado em demarcar posições também no campo dos valores. Não é à toa que o tema mais influente nos primeiros dias foi o aborto: envolve discussões de cunho social, pessoal, moral e religioso.

Os candidatos apressaram-se a tranquilizar parcelas expressivas do eleitorado, manifestando-se contrários ao aborto, e por extensão, favoráveis à vida. Mas qualquer um que dedique mais do que cinco minutos para refletir sobre o assunto sabe que a questão é mais complexa e menos maniqueísta do que a simples escolha de par ou ímpar. Dilma não perdeu tempo e fez defesa intransigente de sua posição; Serra quis desacreditá-la frente ao eleitorado, insinuando que sua oponente virou a casaca temendo perda de votos.

Na semana que passou, a boataria de campanha alimentou parte da imprensa, intensificando um clima excessivamente passional. Armadilhas foram colocadas de lado a lado, e o bom-mocismo dos candidatos, observado no primeiro turno, simplesmente evaporou. O primeiro debate do segundo turno, promovido pelo Grupo Bandeirantes na noite de domingo (10/10), foi duro. De acordo com o colunista Josias de Souza, da Folha de S.Paulo, um boato teria sido a gota d'água para Dilma partir para a ofensiva. A candidata governista foi declaradamente agressiva; Serra tentou se defender como pôde, pois foi surpreendido. O possível gatilho da artilharia de Dilma também tem características morais muito fortes.

Mais além

O que se viu nos primeiros dias deste segundo turno pode ser a tônica da etapa final da campanha: um debate menos político e mais moral, uma disputa mais de valores do que de propostas. É importante entender que o moralismo da mídia não é um problema em si, pois reflete parte das preocupações dos eleitores. Mas tais preocupações são periféricas, não tão concretas e decisivas para o cotidiano do cidadão comum. Mais relevantes e influentes são propostas, planos de governo, ações efetivas para resolver os problemas do país. Confesso que me incomoda muito uma cobertura que ressalte as cores moralistas dos candidatos, pois isso desfoca o debate em torno do que – para mim – realmente interessa numa campanha: como este grupo, ao chegar ao poder, vai atuar para melhorar as condições de vida no país?

Aborto, drogas, casamento homossexual, monogamia, ensino religioso obrigatório e outros temas são também importantes na aritmética de quem decide o voto. Mas não podem ser a única régua a se medir qualidade, competência, preparo, disposição e adequação. Volta e meia, os meios de comunicação exageram na exploração desses temas, contribuindo para que se turvem outros. O tom moralista pauta a campanha, mas o moralismo não pode ser um fim em si mesmo. Pode ajudar a pensar política e sociedade. Dou um exemplo: a principal discussão das eleições neste ano teve uma preocupação de ordem moral. O Projeto Ficha Limpa sinaliza a importância, a necessidade de contarmos com candidatos que tenham um passado ético, honesto, ilibado. Essa discussão atravessou toda a sociedade, e ela tem como pano de fundo um valor cultivado pelo eleitor: a integridade de seus representantes.

O episódio mostra que preocupações morais são bem vindas e imprescindíveis numa campanha eleitoral. Mas só a defesa do Projeto Ficha Limpa não sustenta a nossa vida política; é preciso ir além. É preciso ter uma pauta para o país. Assim como não basta termos candidatos bonzinhos, pregadores dos melhores valores. A sociedade precisa de mais. A mídia precisa ampliar a pauta.

5) Para abolir o aborto

Por Túlio Muniz em **12/10/2010**

Ao longo das duas últimas semanas, a questão do aborto inflacionou os discursos nas páginas do jornalismo impresso e virtual. Apontado por uns como "obscurantismo", "oportunismo" ou "demagogia", o tema emergiu no embate eleitoral entre Serra e Dilma como se fosse esse o principal problema da nação.

Grave o é, sem dúvida, pois, tal como o jogo do bicho e o consumo de maconha, o aborto segue como prática comum e criminalizada num país que conserva a hipocrisia ao tratar mazelas sociais representadas como tabus. Entretanto, a criminalização do aborto não tem os mesmos contornos das drogas leves ou jogos ilegais. Trata-se de caso de saúde pública e, sobretudo, de limitação da mulher brasileira na autogestão de um espaço sobre o qual incidem as normatizações do controle do bio-poder (Foucault), negando à mulher a deliberação sobre o que lhe diz respeito única e individualmente: o próprio corpo.

Em Portugal, um apoio expressivo

O que mais espanta é que a grande (?) mídia, alinhada ao neocristão José Serra, não informa detalhadamente acerca do aborto clandestino (estima-se que ocorram mais de um milhão por ano), que se tornou o maior problema de saúde pública da mulher, ultrapassando, inclusive, o câncer de mama como fator de morte em algumas regiões do país (segundo destacou Carta Maior de 07-11-2010). Também não se estabelecem comparações exatas entre o Brasil e outros contextos sociais com matiz católico-cristã parecidas (como Portugal e Espanha), nos quais aborto e casamento gay não são mais considerados crime ou ilegalidade.

Em Portugal, nosso exemplo cultural mais próximo, o aborto foi liberado em 2007, num plebiscito popular onde a maioria dos que compareceram à votação (cerca de 60%) aprovou o procedimento em rede pública de saúde (há detalhes, como o direito do médico se negar à prática). Lá, os partidos políticos acordaram que respeitariam o resultado da consulta popular fosse qual fosse o resultado, desde que mais da metade da população comparecesse à votação. "Apenas" 43,5% dos eleitores portugueses deram opinião, mas diante do apoio expressivo à medida, a lei foi aprovada. Nenhuma mulher portuguesa ou estrangeira que recorre ao aborto em hospital português deixa de ser atendida – e mortes não há mais.

Sem traumas ou hipocrisia

Em Portugal, tal qual no Brasil, a prática clandestina era disseminada e a descriminalização não foi motivo de cisão social ou institucional, embora vez ou outra haja algum grupo conservador (católico, em geral) que sugira contestações. Provavelmente o mesmo ocorreria por cá se a mídia fosse menos parcial e mais informativa, e os políticos menos oportunistas.

Aborto não é método contraceptivo defendido por quem quer seja. É um último recurso, dadas as implicações físicas e psicológicas de mulheres (e homens) que não encontram outra maneira de evitar filhos que não podem criar. Daí o ato necessitar de acompanhamento clínico interdisciplinar, no que o Estado deve ser interventor competente.

Creio que há um elemento positivo em meio ao pseudo-debate atual: a negação do aborto por parte dos políticos interessados no voto conservador e o mutismo estratégico é de fato uma forma de "dizer o indizível" (Lins) acerca de um problema que a grande (?) mídia não tem coragem de encarar. É também um sinal de que, aí sim, tal qual as drogas leves, o casamento gay e o jogo ilegal, em breve podem vir a ser práticas regulamentadas, sem traumas ou hipocrisia.

6) O debate fora de lugar

Por Alberto Dines em **12/10/2010**

Atenção aborteiros, abortistas, antiabortistas, dilmistas e serristas: retirem o assunto dos palanques. Vocês estão brincando com fogo – literalmente.

Os editais dos Autos da Fé já estão afixados nos templos e nas quermesses, as fogueiras estão preparadas. Guerras santas começam por ninharias (a questão do aborto jamais foi premente) e acabam em banhos de sangue.

Este debate ensandecido e despropositado sobre a descriminalização da interrupção da gravidez está empurrando o país para um modelo de república clerocrata, antirrepublicana, semidemocrática.

E a mídia tem grande responsabilidade neste arranca-rabo infantilóide. Nossa imprensa é, por tradição, sacristã: os grandes jornais sempre correram atrás das batinas e disputaram

arcebispos e cardeais para lustrar suas páginas. Jamais chamaram um pastor luterano ou um intelectual agnóstico.

Mãos limpas

Quando se tratou de lembrar os 200 anos de fundação da imprensa brasileira, a presença de Hipólito da Costa como patrono do jornalismo foi determinante para que as comemorações fossem suspensas: além de maçom, denunciou ao mundo as barbaridades da Inquisição portuguesa.

Quando em 2008 o presidente Lula foi ao Vaticano acompanhado por seus entes queridos para assinar uma Concordata com o papa Bento 16, a grande imprensa – toda ela, sem exceção – manteve o assunto sob rigoroso sigilo, na clandestinidade. A pedido do governo. Uma imprensa altiva, libertária, não se importou em autocensurar-se ostensivamente [ver emissões abaixo]. Em nome da fé, vale tudo.

Começava naquele exato momento o ensaio geral para a atual caça às bruxas que fatalmente nos conduzirá ao total desrespeito e esquecimento pelos direitos humanos. Convém lembrar que o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, apresentado pelo governo com toda a pompa e circunstância no final de 2009, foi abortado – a palavra é esta, não existe outra – para acalmar as lideranças católicas e evangélicas (ineditamente irmanadas) que orquestravam a oposição ruralista e da mídia. Os chefes militares adoraram, lavaram as mãos. Os civis também sabem fazer suas guerrinhas sujas.

O retorno

A igreja católica rasgou naquele momento uma corajosa história escrita ao longo de três décadas contra a tortura e o desaparecimento dos presos políticos, só para evitar que a nação brasileira começasse a encarar a possibilidade de debater a questão dos símbolos religiosos em prédios públicos, do casamento gay e... do aborto.

O infalível retorno dos bumerangues traz de volta a questão do aborto – vociferada, enraivecida, envilecida, brutalmente simplificada. E condenada a ser erradicada da nossa agenda política pela radicalização eleitoral que a mídia açula e assopra.

7) Entre a IURD e o Opus Dei

Por Rosiane Rodrigues em **12/10/2010**

No mês em que o "chute na santa" completa 15 anos – lembram daquela cena dantesca do "bispo" Sérgio Von Hélder chutando Nossa Senhora Aparecida, transmitida em rede nacional, no dia 12 de outubro de 1995? – , um outro embate, só que desta vez entre a ultra-direita católica e os neopentecostais, está anunciado: a eleição de José Serra ou Dilma vai decidir em qual projeto teocrático o Brasil estará inserido nos próximos quatro anos. E ninguém parece chocado com este fato.

Pelo que tenho acompanhado na imprensa, a esquerda brasileira – ou o que sobrou dela – está, legitimamente, aterrorizada com a possibilidade de Serra ganhar a eleição por um motivo bastante interessante: temem que o apoio do Opus Dei e da TFP (organizações ligadas à ultra-direita católica; uma, que esteve à frente de governos fascistas na Europa – Opus Dei; e outra que serviu de base para a ditadura militar no Brasil – TFP) possam fazer com que o país seja submetido a um regime teocrático. Mas eu pergunto: o Brasil já não é, tecnicamente, uma teocracia? Será que o PT e os partidos da base aliada, esqueceram que a Igreja Universal do Reino de Deus – e vários de seus dissidentes – está na base eleitoral de Dilma? Não foi a coordenação de campanha do PT que colocou o senador Marcelo Crivella (sobrinho do chefe Edir Macedo) para organizar as ditas bases evangélicas?

A nós, jornalistas, cabe fazer perguntas. Mesmo que as repostas sejam insuficientes ou não existam. Quando é que as propostas de Dilma e Serra para o Brasil sairão das questões dogmáticas que envolvem todas as religiões (como o aborto e a relação estável entre homossexuais) e passarão a ser laicas e estruturais, visando ao bem-estar da população? Será que os dois candidatos ainda não perceberam que seus apoios não contemplam a diversidade no Brasil? Alguém tem dúvida de que o Opus Dei e a TFP, ou as duas juntas, são a mesma coisa que a as igrejas de Edir Macedo, Waldomiro Santiago, Malafaias e Garotinhos?

A vocação para um regime teocrático

E como dever profissional, ainda garantido na Constituição, continuo: qual a disposição dos candidatos (Serra e Dilma) se comprometerem com a efetivação do Plano Nacional de Combate à Intolerância Religiosa? Será que os votos dos ciganos, judeus, muçulmanos, candomblecistas, umbandistas, católicos progressistas, quilombolas, índios, ateus e agnósticos valem menos que os dos neopentecostais e carismáticos? Ou será que para os nossos candidatos (desta enorme pátria-colonizada-cristã) só interessa o poder econômico e eleitoral dos grupos que defendem projetos de dominação e o extermínio das diferenças?

O interessante é que se o Serra ganhar no segundo turno terá enormes dificuldades em governar. Explico: a bancada neopentecostal cresceu acintosamente. O PR e o PRB – mantidos pela IURD – deram show nas urnas. Isso sem contar a eleição de diversos pastores e "ovelhas" deste rebanho em outros partidos, inclusive no PT. Este dado implicaria uma necessária composição dentro da Câmara Federal. Se a eleita for a Dilma, continuarão chovendo concessões de rádio e TV para os líderes dos currais eleitorais em que se transformaram as igrejas neopentecostais. E, claro, ela terá que compor com os aliados de ultra-direita de Serra para poder governar. Por que qualquer um sabe que se o PT ou o PSDB acham que podem controlar, sejam os nepentecostais ou os seguidores do Opus Dei, estão completamente enganados. Projetos fascistas não se bastam, querem sempre mais e mais.

Então, vamos combinar. Ou Dilma e Serra atestam que a partir de 2011 o Brasil assumirá definitivamente a sua vocação para um regime teocrático (para que nós, os eleitores, possamos escolher entre um governo de ultra-direita católica ou evangélica), ou os nossos candidatos se comprometem com ações laicas, que visem à garantia e manutenção de direitos para as minorias étnicas e religiosas, sob o risco de embarcarmos num caminho sem volta.

Como sou precavida, já estou providenciando a renovação do passaporte. Talvez consiga asilo político-religioso em algum país do Oriente Médio. Mas sei que antes terei de cumprir o sagrado dever de votar.

8) Entre a hipocrisia e o atraso

Por Ivo Lucchesi em **12/10/2010**

A edição dominical de O Globo (10/10) estampava, como manchete: "Aborto ilegal mata a mulher a cada dois dias". O fato tem duas implicações: 1) o caráter político da matéria jornalística; 2) a questão do Estado brasileiro.

É sabido que, há décadas, o tema do aborto, vez por outra, ressurge como um fantasma a rondar as consciências, sem que jamais a sociedade brasileira encontre um modo democrático capaz de lhe destinar uma solução. Em princípio, devemos reconhecer que a nenhum segmento parece interessar um desfecho conclusivo. Assim, a questão permanece pairando no ar. A pergunta primeira, portanto, é: por que O Globo, exatamente, no dia do primeiro debate do segundo turno, sob a chancela da TV Bandeirante, elegeu o tema para manchete? Igualmente é sabido por todos que a candidata situacionista teve oscilações quanto à questão. Ainda no primeiro turno, veio à tona um depoimento da candidata no qual ela se manifestava a favor da legalização do aborto. Em seguida, a mesma, sob alegação de que se tratava de "boataria", deu declaração de que era a favor de uma política de assistência à mulher jovem.

O que interessa aqui é a motivação jornalística em torno da questão (contra ou a favor do aborto) no tocante à ocasião. A intenção do jornal, com base nos dizeres da manchete, foi a de induzir o (e)leitor a considerar que a prática do aborto deve ser legalizada, uma vez que a ilegalidade "a cada dois dias" leva uma mulher para o túmulo. Considerando-se que a candidata situacionista havia desmentido ser favorável à legalização, fica evidente o propósito do jornal em, ao menos, criar um "embaralhamento das cartas" na consciência do (e)leitor. Devemos lembrar que o tema está associado à candidata situacionista, e não ao oposicionista. A conclusão, portanto, é a de que a matéria publicada nesse contexto de definição eleitoral tem um condimento de manipulação.

O quadro catastrófico

No âmbito do Estado brasileiro, descartadas as circunstâncias a envolverem uma eleição majoritária em segundo turno, cabe pontuar a perplexidade ante a perpetuação do que parece ser um tabu. O Brasil, dentre outras características pouco louváveis, apresenta uma especialmente nefasta: a dubiedade (ou a indecidibilidade). A rigor, o que predomina é o regime do "parecer ser". Como cidadão, até hoje, não sei se vivo num Estado laico ou teocrático. Por momentos, tenho um pé na modernidade; em outros, tenho um pé na Idade

Média. Oficialmente, é-me dito viver num Estado laico. Todavia, na Câmara e no Congresso está afixado um crucifixo. As sessões diárias são abertas, invocando a proteção divina (há anos, escrevi um artigo, para o OI, no qual fazia alusão aos dois fatos). A respeito do aborto, nenhum governante (ou parlamentar) assume o problema, no sentido de se promover um plebiscito, exceção feita à candidata Marina Silva, que, apesar de evangélica, identificou ser esse o instrumento mais adequado para uma definição.

No quadro geral, mídia e políticos fingem não existir o problema. Quem, porventura, ousar tocar na questão logo será alvo de um cerco opressor. CNBB e a rede de seitas evangélicas se encarregam de construir uma muralha de proteção, de modo a inibir qualquer tentativa de análise conjuntural. Em nome da defesa pela vida, não se leva em conta quem morre. Sob tal aspecto, a matéria de O Globo, na própria manchete, define o quadro catastrófico: "a cada dois dias" uma mulher-mãe tem de morrer, a fim de preservar a vida de um feto.

Impõe-se a discussão madura

Mesmo à luz dos preceitos religiosos, quem poderá assegurar que o princípio é justo ou lógico? Quem estabelece que a vida de uma adolescente grávida é menos importante que a de um "projeto de vida"? Para que existe o conceito de "livre arbítrio"? A teologia cristã apregoa essa condição. Se ela é para ser seguida, então cabe a cada pessoa decidir o que fazer e assumir, para si, o ônus da decisão. Deste modo, se o Estado brasileiro é oficialmente laico, igualmente deve assim proceder, ou seja, cada indivíduo deve ter o direito de escolher. Em caso contrário, temos de assumir que o Estado brasileiro é governado por um regime teocrático e, ainda assim, com o embaraço do que quer dizer o conceito de "livre arbítrio".

Enfim, é hora de sabermos se colocamos os dois pés na modernidade, ou se deixamos um na Idade Média e outro na modernidade. Fora isso, o que resta é um comportamento "esquizofrênico", para não considerar hipócrita, ou atrasado. Outro fato ainda agrava o cenário nacional: a cada eleição, cresce o número de parlamentares vinculados a facções religiosas. A história é pródiga em demonstrar que o conceito de democracia se situa numa angulação oposta à de teocracia. Deste modo, a questão do aborto, numa sociedade composta de seres livres, impõe uma discussão madura e aberta, à altura de contemplar crentes, ateus, agnósticos (e outros) e, por fim, chegar-se a um denominador majoritário, a exemplo do que tantos outros países já, há muito, fizeram. Não consta que sociedades ocidentais optantes pela legalização do aborto se tenham revelado, aos olhos do restante do mundo, como sociedades cruéis e insensíveis. Curiosamente, nessas mesmas sociedades, não se veem indigentes dormindo ao relento, nem pedintes em sinais de trânsito. Por que será?

9) Entre a coerência e a superficialidade

Por Gabriel Perissé em 12/10/2010

Nunca antes na imprensa brasileira se escreveu tanto sobre o aborto. O tema está em destaque na revista Época, na Veja e na CartaCapital desta semana. Vários jornalistas e articulistas têm escrito sobre ele nas páginas dos jornais e nos blogues. Tema da hora porque, ao que tudo

indica, o segundo turno para a escolha do próximo presidente aí está em virtude do voto religioso, que alguns consideram simplesmente fundamentalista.

Muitos católicos e evangélicos teriam identificado a candidata Dilma como agente do mal, aquela que "é a favor de matar criancinhas" (Mônica Serra). Votaram em Marina Silva, que já foi católica e hoje é evangélica. O que proporcionou a José Serra a sobrevida de um mês na disputa eleitoral. Além de Marina, o próprio Serra teria sido diretamente beneficiado pelo voto religioso.

Aborto... Política... Religião... As autoridades religiosas vêm a público se manifestar. A palavra dessas autoridades se dirige ao fiel que, na hora sagrada de votar, é pressionado por sua consciência a não cooperar com a iniquidade...

O pastor Silas Malafaia influencia o povo evangélico. Decidiu não votar na "irmã" Marina e opta por Serra: veja o vídeo. Outro líder cristão, o pastor Paschoal Piragine Jr., da Igreja Batista de Curitiba, também se posiciona contra o PT: veja o vídeo. Um sacerdote católico, da Canção Nova, manifesta-se no seu sermão contra o PT: veja o vídeo. Um vídeo no YouTube, contra o aborto, chega a denunciar Gabriel Chalita (PSB), líder católico, como "traidor", ao apoiar as candidaturas de Marta Suplicy e Dilma.

Não fica um, meu irmão...

A ideia de fundo é que uma pessoa coerente com seus princípios religiosos não pode votar em políticos que defendam práticas contrárias à lei natural, à moral do Evangelho ou aos ensinamentos da Igreja católica.

No entanto, se esse contingente de eleitores quiser ser coerente para valer deverá aprofundar sua busca de informações. Não basta ler e-mails de origem duvidosa ou a revista Veja, que na capa da última edição associa Dilma Rousseff (somente Dilma) à questão do aborto.

Trata-se de averiguar então o grau de coerência católica de José Serra, que seria a "opção do bem".

O candidato do PSDB, quando ministro de FHC, em 1998, assinou a Norma Técnica "Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes", autorizando os hospitais públicos a realizar abortos. O padre Léo, da Canção Nova, sobre isso se manifestou: veja o vídeo.

Serra é um entusiasta dos valores da maçonaria, como neste vídeo. (Aliás, o próprio católico Geraldo Alckmin simpatiza com a maçonaria, conforme este vídeo, e Gilberto Kassab e o candidato a vice Michel Temer se irmanam neste outro vídeo.) A rigor, católicos também não podem votar em simpatizantes da maçonaria.

Com relação à homossexualidade, seria difícil para José Serra explicar este vídeo aos seus apoiadores à la Malafaia. A rigor, evangélicos também não podem votar em quem elogia a Parada Gay.

10) Aborto na campanha e na pauta

Por Ligia Martins de Almeida em 12/10/2010

Na questão do aborto, o cinismo dos candidatos só é comparável ao cinismo da mídia.

De uma hora para a outra, o assunto entrou em pauta e virou o grande tema de campanha. Os candidatos que passaram para o segundo turno fazem questão de se declarar "a favor da vida", como se as mulheres que já tiveram a infelicidade de precisar praticar um aborto (ao que se saiba, mulher nenhuma opta por essa prática a não ser em casos extremos) fossem contra a vida.

A verdade é que, para agradar os religiosos – sejam eles evangélicos ou católicos –, os candidatos recorrem a meias palavras para falar de aborto, sem chegar ao ponto fundamental: por que as mulheres brasileiras ainda são levadas a fazer um aborto? Quais são as condições econômicas, sociais, psicológicas das mulheres que, correndo o risco de enfrentar a lei, chegam a um momento em que optam por interromper a gravidez? Nem os candidatos nem a mídia procuram esclarecer o que há por trás da indústria do aborto, nem discutem o que os abortos mal feitos representam em termos de custo (em dinheiro e em vidas) para o governo.

Nem os candidatos nem a imprensa discutem um outro dado essencial: em termos práticos, o que representaria a decisão de descriminalizar o aborto e quem pode tomar essa decisão – o Executivo ou o Legislativo? Já que os candidatos preferem enganar os eleitores fazendo de conta que, se chegarem ao poder, o aborto estará de vez banido da vida nacional, caberia à imprensa discutir seriamente o assunto, mostrando que já existe uma lei permitindo o aborto em caso de estupro ou de risco de vida à mãe e que qualquer mudança nessa lei depende do Congresso. Ou, como queria a candidata Marina da Silva, modificação só poderia ser feita se houvesse um plebiscito nacional.

"A palavra maldita voltou à agenda da sucessão"

Revistas e jornais fizeram, no fim de semana, um verdadeiro debate sobre o assunto, de preferência mostrando a posição de estudiosos ou dos candidatos.

A revista Veja, por exemplo, mostrou duas declarações diferentes de Dilma Rousseff – em outubro de 2007 e em setembro de 2010. A primeira: "Acho que tem de haver a descriminalização do aborto. Acho um absurdo que não haja." A segunda: "Eu, pessoalmente sou contra. Não acredito que haja uma mulher que não considere o aborto uma violência." A revista completa dizendo que "O PT sempre defendeu o aborto... Agora, por motivos eleitorais, mudou de ideia" (Veja, 13/10/2010). A matéria, de nove páginas, abriu espaço para líderes religiosos, deu um mapa do aborto no mundo e discutiu "quando começa a vida?"

O assunto tinha que ser discutido, não há dúvida, mas para que a matéria de Veja não ficasse com o tom de propaganda contra, a revista deveria ter ouvido mais gente, como, por exemplo, o candidato José Serra ou, pelo menos, as feministas, que explicam por que o aborto deveria ser descriminalizado.

O jornal O Estado de S. Paulo publicou três artigos assinados sobre o assunto. Na página 2, o título foi "Crença religiosa e manipulação política". No caderno "Aliás", dois outros: "O aborto além da vida" e "Perigos da simplificação" dividem uma página. Dos três artigos, o único que discute a situação da mulher é o da professora Débora Diniz, da Universidade de Brasília, quando diz que:

"Não há saída. Ou se enfrenta seriamente o aborto como uma questão de saúde pública, seu impacto nos serviços de saúde pública, os danos à saúde das mulheres pela prática ilegal e a restrição de direitos que a criminalização impõe, ou teremos um retrocesso democrático semelhante ao enfrentado pelo governo Bush nos Estados Unidos, em que a saúde das mulheres foi subordinada à moral religiosa. Se não se sabe como enfrentar o tema do aborto nestes termos e ainda assim ganhar a eleição, um retorno ao silêncio tenso que marcou a campanha para o primeiro turno é a melhor estratégia política. É pelo menos honesto e não reduz a democracia brasileira ao útero das mulheres."

Na Folha de S.Paulo (10/10), o colunista Elio Gaspari lembra:

"Vinte e um anos depois da noite em que Miriam Cordeiro, a ex-namorada de Lula, surpreendeu o país acusando-o de ter sugerido que abortasse a criança que viria a ser sua filha Lurian, a palavra maldita voltou à agenda da sucessão presidencial. Em 1989, a questão do aborto foi fertilizada pelo comando da campanha de Fernando Collor. Desta vez, reapareceu com o mesmo formato oportunista, trazida pela infantaria do tucanato. Nos dois casos, ninguém mostrou-se interessado em discutir o assunto ao longo dos meses anteriores à eleição. O propósito, puramente eleitoral, sairá da agenda depois do dia 27. Até lá, terá emburrecido o debate, rebaixado a campanha e tisnado a biografia dos beneficiários da baixaria."

Que se discuta de forma séria

Em meio a todas as matérias e artigos publicados no fim de semana, merece destaque o artigo "Obscurantismo", da Folha de S.Paulo, publicado no domingo (10/10). Destaque porque foi a único meio de imprensa que teve coragem de assumir claramente uma posição sobre o assunto:

"Ganha destaque, na atual etapa da corrida sucessória, o tema da descriminalização do aborto. (...) O obscurantismo se estabelece na campanha eleitoral quando o que se procura é antes confundir o eleitor do que esclarecer as próprias posições. Tome-se, por exemplo, o slogan do `direito à vida´, presente na propaganda eleitoral de ambos os candidatos ao segundo turno. Como se sabe, tais palavras têm um sentido claro para o eleitorado católico, e cristão de modo geral, no que apontam para uma condenação do aborto, mesmo nos casos já admitidos na lei brasileira – o de gravidez decorrente de estupro e o de risco de morte para a mãe. Nenhum dos dois candidatos propõe, ao que se saiba, a revogação desse dispositivo. Mas que recorram ao lema do `direito à vida´ é sintomático da dificuldade de ambos em defender o que já existe, na legislação, de contrário às ideias dos eleitores que pretendem conquistar. Esta Folha considera que a legislação vigente deve ser flexibilizada, de modo a permitir que, já sofrendo numa

circunstância evidentemente dramática e dolorosa, qualquer mulher possa interromper a gravidez sem que seja considerada criminosa por isto."

Seria muito oportuno que os demais jornais e revistas deixassem claro, assim como deveriam fazer os candidatos, a sua posição sobre o assunto. Ou que, pelo menos, discutissem o aborto de forma séria, mostrando o que pensam os que são contra, mas também os que defendem a descriminalização do aborto.

11) Apanhados em flagrante delito

Por Luciano Martins Costa em 18/10/2010

Comentário para o programa radiofônico do OI, 18/10/2010

Os jornais noticiam, na segunda-feira (18/10), que a Polícia Federal, a mando da Justiça Eleitoral, apreendeu cerca de 1 milhão de panfletos contra a candidata governista, Dilma Rousseff, numa gráfica que pertence à irmã do coordenador de infraestrutura da campanha de José Serra, Sérgio Kobayashi.

Os panfletos, de responsabilidade da Regional Sul da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, vinham sendo distribuídos por militantes do PSDB.

No domingo (17), dois ativistas da campanha de José Serra coordenavam a entrega do panfleto diante da capela da Pontifícia Universidade Católica, no bairro de Perdizes, em São Paulo, abordando os fiéis à saída da missa. Diziam que, se eleita, Dilma Rousseff vai estimular o aborto nas famílias de classe média para assegurar a maioria de pobres que, segundo afirmavam, são manipulados por políticas sociais. Citavam o caso do apartheid na África do Sul, enquanto uma militante reforçava o discurso dizendo em voz alta que Dilma Rousseff quer esterilizar as mulheres de classe média.

Fato real

A Polícia Federal revelou a conexão direta entre o núcleo da candidatura oposicionista e a campanha obscurantista patrocinada pelos bispos que sonham controlar a CNBB. Trata-se de ato de delinquência, tipificado como crime eleitoral.

Diante do flagrante delito, escorrem desmentidos de todos os tipos, e cabe à imprensa manter o assunto em evidência e investigar o caso.

A dona da gráfica, segundo a Folha de S.Paulo, é filiada ao PSDB desde 1991. Resta apurar quem pagava a impressão, se os bispos empenhados em cobrir a campanha eleitoral com seu discurso medieval ou se o dinheiro vinha do caixa da campanha de José Serra.

Mesmo que lhe interesse visceralmente virar a tendência do eleitorado e que tenha demonstrado, até aqui, uma bizarra flexibilidade quanto às boas práticas jornalísticas, é de se esperar que a imprensa tradicional ainda conheça alguns limites de decência.

O flagrante na gráfica que pertence a destacados militantes do PSDB é um fato real, não uma denúncia a ser investigada. Trata-se do evento mais escandaloso da atual campanha. Vamos ver quanto tempo permanece no noticiário.

Guerra de panfletos

Os leitores atentos devem ter observado que a capa da revista IstoÉ desta semana é uma referência à capa da revista Veja da semana anterior.

Na semana passada, Veja retratou a ex-ministra Dilma Rousseff em duas posições opostas, tentando representar uma suposta contradição da candidata diante da questão do aborto. Nesta semana, IstoÉ faz o mesmo com José Serra, mostrando-o também em duas imagens invertidas. Numa delas, com a frase segundo a qual o ex-governador nega conhecer o engenheiro Paulo Vieira de Souza, apelidado de Paulo Preto. Na outra, Serra reconhece o personagem e o elogia.

Paulo Vieira de Souza, obscuro avatar de obras públicas e campanhas eleitorais retirado das sombras pela IstoÉ, tornou-se desde a semana passada um dos eixos em torno dos quais a campanha eleitoral patina sem chegar aos temas que realmente importam para a escolha de um candidato à Presidência da República.

O outro tema, que envolve a intervenção do Estado em relação ao livre arbítrio das mulheres diante da questão do aborto, segue sendo alimentado por iniciativa do bispo de Guarulhos, com apoio oficial da coordenação de infraestrutura da campanha do PSDB, segundo apurou a Polícia Federal.

No que se refere à imprensa, convém esclarecer em que ponto da campanha os editores perderam as referências do bom jornalismo e aceitaram se transformar em meros coadjuvantes dos marqueteiros de candidatos.

Que os jornais chamados de circulação nacional estão há meses empenhados em fornecer munição para uma das candidaturas, não pode restar dúvida. O que está ainda por ser provado é até que ponto irão arriscar suas reputações para fazer valer suas preferências políticas.

O empenho da chamada grande imprensa em tentar impor um candidato à opinião pública ainda está por receber uma análise apropriada dos pesquisadores em comunicação, em torno de uma questão central: o que tanto temem os donos das empresas de mídia dominantes, em caso de vitória da ex-ministra Dilma Rousseff?

Os estudiosos estão dispensados de perscrutar as razões da revista Veja, que há muito deixou de produzir jornalismo para se transformar em panfleto.

12) Debates são notícias e não eventos de outra emissora

Por Paulo José Cunha em 19/10/2010

As emissoras de televisão estão sonegando informações sobre os candidatos à presidência da República. "Grande novidade. Se elas se pautam pelas inclinações ideológicas de seus donos ou por seus interesses patrimoniais, nada demais, ora." Mas não falo disso: falo de informações essenciais do dia-a-dia dos candidatos. "Como assim, se todo dia os telejornais trazem informações sobre o dia dos candidatos?" Também não me refiro a isso, mas a informações fundamentais, relacionadas a posicionamentos que vêm assumindo ou a opiniões que vêm externando sobre temas os mais diversos, como o aborto, por exemplo. Ou sobre a baixaria da campanha. "Então se refere a quê, infeliz? Desembucha!"

Refiro-me ao conteúdo dos debates eleitorais, que fica restrito à emissora responsável pela sua promoção. Dessa forma, um debate como o da Band, que redefiniu os rumos da campanha eleitoral em curso, foi solenemente ignorado pela Rede Globo e pelas demais emissoras, como um fato à parte, uma ocorrência que só diz respeito à emissora que veiculou o evento. Como se isso não tivesse a ver com o que o eleitorado precisa saber para definir, confirmar ou reformar seu voto, já que estamos num segundo turno e um segundo turno serve precisamente pra isso.

O fato é que nossas emissoras de televisão ainda não se habituaram a encarar o fato jornalístico acima de suas conveniências empresariais. E se pautam pela velha e carcomida fórmula segundo a qual "só me diz respeito o que eu noticio e tudo o que a concorrência realiza não é da minha alçada e que se dane o eleitor. Se quiser saber detalhes do debate da Band, que ligue na Band e tamos conversados".

A Dilma como ela é

Ainda falta muita estrada para atingirmos um grau de compreensão da notícia acima e além da conveniência editorial/empresarial de nossas empresas. Os jornais impressos, os blogs e as emissoras de rádio já avançaram muito e não estão nem aí: repercutem, analisam e debatem o que as outras puseram no ar, como o debate da Band, que abriu a temporada dos confrontos diretos dos dois candidatos no segundo turno. Mas as grandes redes de TV e os grandes telejornais ainda não se habituaram a tratar os fatos produzidos pela concorrência como fatos, e sim, como produtos exógenos, aos quais não se deve dar maior importância. Resultado: manipulação por parte das duas campanhas, que selecionam o que chamam de "melhores" momentos, conforme suas conveniências, e reproduzem no horário eleitoral. Informação com isenção jornalística? Ah, o eleitor que se dane. Seleção jornalística dos melhores momentos? Nem sonhando! Depois do que aconteceu com o debate Lula-Collor, ninguém se arrisca. Cê é doido, cara, vou lá me meter nisso...

E o eleitor? Ah, o eleitor é que nem o povo para uma certa Zélia Cardoso de Mello. Lembra-se? É apenas de um detalhe... Mas será que um dia ainda assistiremos a um Jornal Nacional em que o debate da Band será analisado, comentado, contextualizado como "notícia", e não

apenas como um produto da concorrência – e que por ser isso deve ser solenemente escanteado e subtraído do eleitor, como ocorre hoje? É difícil. Justamente por isso defendo uma proposta que ainda parece remota, mas que pode ser um ponto de partida para a democratização desse aspecto da campanha eleitoral: a realização de debates em rede nacional, patrocinados pela Justiça Eleitoral e com regras definidas por ela, tal como ela define normas para a propaganda gratuita pelo rádio e pela TV.

Se a cada semana, um dia da propaganda fosse destinado a debates aos cargos de presidente e governador, teríamos um eleitor bem menos dominado pela efusão de edulcorantes da propaganda de laboratório e bem mais consciente do que efetivamente pensam e defendem os candidatos. É da confrontação que ressuma alguma verdade, e nunca do discurso de mão única. Porque no cara-a-cara, no frente-a-frente, no tête-à-tête, é bem mais difícil alguém parecer ser o que não é. Como a Dilma, que revelou-se bem menos paz, amor, sorrisos & botox, como vinha pretendendo aparentar. E muito mais lampião, pit-bull e Kill Bill, como ela realmente é. Se foi a marquetagem que mandou ela aparecer como é, palmas para a marquetagem. Se foi ela mesma que quis aparecer daquele jeito, palmas pra nós, que voltamos a vê-la por inteiro, e na real. E o Serra? Ah, o Serra, com aquela cara de espanto, vai continuar a ser o picolé de chuchu de sempre, que a gente já conhece.

13) Aborto tratado como "batata quente"

Por Hilbert Reis em 19/10/2010

O aborto é um tema delicado que vem sendo motivo de discussões em vários países, sejam eles de primeiro mundo ou não. Nos Estados Unidos e em grande parte dos países europeus, o aborto é permitido sob uma série de regras que buscam a racionalização do que é melhor para a mãe e para o bebê. No Brasil, aborto é caso de polícia, crime.

É uma grande pena que nestas eleições um assunto de extrema importância seja tratado meramente como uma "batata quente", ou melhor, como uma coisa que ninguém quer discutir – ao menos, seriamente. Neste segundo turno, o tema se tornou – estranhamente – numa eficaz ferramenta de ataque para um dos candidatos à disputa da presidência, o que evidencia a instrumentalização eleitoreira do tema e nada acrescenta para a sociedade. Debates políticos e propagandas eleitorais não são lugares adequados para a ebulição desse assunto. Muitas vezes ouço pessoas dizerem: "Ah, é ótimo ver o tema na TV." Mas, não é. Não assim.

Um discurso fajuto e apaziguador

Dilma Rousseff, no debate da Rede Bandeirantes, no último domingo (3/10), abertamente se demonstrou contra a criminalização do aborto, ao passo que defendeu o cuidado com a mulher que realiza o aborto, ao invés da prisão. A descriminalização a priori livrará a mulher de ser processada criminalmente por – simplesmente – decidir o momento em que quer ser mãe; e em seguida, desarticulará todo um mercado sujo e perigoso que mutila física e psicologicamente aquela que é posta pelo nosso Código Penal como um ser inferior àquele que nem sequer ainda tem vida.

Na maioria dos países em que é permitido o aborto, o mesmo só pode ser realizado até a décima segunda semana de gravidez, quando o feto ainda não iniciou o desenvolvimento do sistema nervoso, do seu cérebro – portanto, de sua vida.

Tanto Dilma como Serra não se aprofundam no tema, talvez propositalmente. Ambos, por medo da Igreja (entenda-se igrejas) preferem manter um discurso fajuto e apaziguador, caracterizado por um constante medo de avançar além da discussão sobre "a vida", ideia essa que em seus discursos está expressamente associada ao conceito empregado pela Igreja.

Nesta campanha, principalmente agora, no começo do segundo turno, nenhuma proposta séria sobre a legalização do aborto foi sequer citada pelos candidatos, e provavelmente isso nunca acontecerá.

Instrumentalização eleitoreira

A campanha de José Serra, por vezes, tenta associar a candidata petista a uma "ameaça à vida", por ser a favor da descriminalização do aborto. É uma forma de ataque retrógrada, mas que, ironicamente (ou não), fez e vem fazendo grandes estragos para a candidata Dilma Rousseff.

Aí está o motivo da completa inutilidade social de se ter o tema aí, agora, ao alcance de todos. Cria-se um falso maniqueismo (puramente eleitoreiro) para polarizar dois atores sociais, duas ideias, dois partidos, dois projetos, com o intuito de despertar no eleitor o sentimento de reciprocidade para algum dos lados. Porém, ambos buscam estar do lado do "bem", brotando no eleitor uma sensação esquizofrênica em que a identidade dos candidatos e dos partidos se torna uma grande gelatina: translúcida, incolor, insípida e inodora.

O tema aborto caiu de pára-quedas nesta eleição e, infelizmente, ninguém conseguiu puxar a cordinha para fazê-lo abrir. Dessa forma, o tema se chocou violentamente contra o chão, enfraquecendo toda e qualquer discussão séria, dissolvendo todas as esperanças de mudar esse triste panorama medieval por que estamos passando; enterrando por ora um tema necessário de ser discutido nos lares, nas escolas, e principalmente, na Câmara do nosso país.

A sociedade civil deve se opor a qualquer tentativa de instrumentalização política e eleitoreira do tema e deve expor e incitar cada vez mais e mais o debate democrático de idéias – e não a sua [re]condenação arbitrária, como certas instituições e pessoas buscam fazer.

14) A instrumentalização da religião

Por Paulo Cezar Soares em **19/10/2010**

Mas o que sai da boca vem do coração, e é isso que contamina o homem (Mt 15.18)

Eleição guarda algumas semelhanças com a Copa do Mundo. Além do período em que são realizadas, de quatro em quatro anos, as pessoas passam a falar do assunto, emitem suas

opiniões, seus veredictos. Mas a verdade é que a maioria não tem o hábito de acompanhar no dia-a-dia o futebol, nem a política.

Em conversas informais sobre política, certamente você já ouviu comentários do tipo: não vou votar em ninguém; político é tudo farinha do mesmo saco; político é tudo ladrão. Não é verdade. Há uma série de políticos sérios, éticos, que de fato trabalham visando ao bem-estar social do povo. Muitos arriscam a própria vida quando combatem tenazmente o crime, como é o caso, por exemplo, do deputado estadual Marcelo Freixo. Sua atuação parlamentar contra as milícias no Rio de Janeiro é retratada no filme Tropa de Elite 2. Portanto, não convém generalizar. Nem confundir política com politicagem, forma eticamente condenável de atuação política.

Muitos dizem: sou apolítico. Quantas vezes você já ouviu isso? Não existe o cidadão apolítico. Político todos nós somos, de uma forma ou de outra. De forma velada ou não. Política, por definição original "é o conhecimento, a participação, a defesa e a gestão da polis" (cidade-Estado, na Grécia Antiga). Portanto, ser político é algo inerente ao ser humano.

Na verdade, as pessoas que não acompanham a política partidária, são suscetíveis; costumam dar crédito a boatos, factoides e assemelhados. São vítimas fáceis de sofismas.

Canção velha

Tendo como base o perfil dessas pessoas, o candidato tucano à presidência da República, José Serra, aposta todas as suas fichas. Na falta de projetos que sensibilizem o povão, e tendo como adversária uma candidata que representa um governo que mudou a estrutura social do país, imprime um tom agressivo e difamatório na sua campanha. Acusa sem provas e mente quando diz ter sido o idealizador do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador e do seguro desemprego, importantes projetos de cunho social: o primeiro foi criado pelo ex-deputado federal Jorge Uequed (PMDB-RS), e o segundo por José Sarney.

Na busca desesperada por algum tema que possa melhorar o seu desempenho, Serra trouxe para a campanha o aborto, explorando-o de todas as formas, a exemplo de pastores evangélicos e padres retrógrados e proselitistas, numa clara instrumentalização de uma questão de religiosa e de saúde pública. A questão do aborto, a descriminação das drogas, entre outros temas, não deve ser balizada por nenhum segmento religioso, tampouco ser objeto de análise durante uma eleição. O palco correto é o Congresso Nacional.

O Brasil não é um país teocrático, e sim, laico. Exemplo para o mundo. Em solo brasileiro cidadãos de todas as religiões e nacionalidades convivem na mais perfeita paz e harmonia. Mas para a oposição nada disso importa. Durante um programa ao vivo da TV Canção Nova (da Igreja católica), um padre decidiu dar sua colaboração para a campanha do candidato José Serra. Acusou Dilma Rousseff de "abortista" e contrária aos princípios evangélicos. Pediu aos fiéis que não votem na candidata petista e disse "que o PT é a favor da interrupção de gestações indesejadas." Ressaltou "que poderia ser preso ou morto por causa das suas declarações", como se o PT usasse tais práticas.

Com ética e sem preconceito

Ao invés de proclamar o evangelho do amor, como Jesus nos ensinou, e que certamente o referido padre aprendeu na faculdade de teologia, preferiu usar o púlpito para fazer acusações gravíssimas, de cunho político, sem qualquer base de sustentação. Afirmou também que o PT e sua candidata pretendem "aprovar leis que cerceiem as liberdades de imprensa e religiosa, aprovar a celebração do casamento entre homossexuais, e que têm a intenção de transformar a nação brasileira em nação comunista".

A candidata Dilma Rousseff pediu direito de resposta ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra a emissora católica Canção Nova.

A despeito da maturidade do processo democrático brasileiro, ainda há aqueles que praticam uma política antiquada e antiética. Não respeitam nada, pois o que importa é ganhar. Maquiavélicos, apelam para a hipocrisia e a difamação. Como vencê-los? Votando com ética e sem preconceito.

15) Os vendilhões do pleito

Por Ivan Vasconcellos em **19/10/2010**

Um aspecto preocupante está marcando a eleição presidencial em curso: o emprego da abordagem religiosa para a definição do voto. Não deve ser admissível que questões religiosas norteiem a escolha de um presidente que vai governar uma população de uma diversidade religiosa enorme; a própria Constituição estabelece que o Brasil é um país laico, que não se posiciona contra ou a favor quaisquer religiões.

Trazer para as eleições considerações de cunho religioso pode, no extremo, incitar um enfrentamento de conseqüências imprevisíveis, onde evangélico só vote em evangélico, católico em católico, judeu em judeu, ateu em ateu. Até a existência de partidos políticos com denominação religiosa deveria ser questionada; ou será que seria aprovado um Partido Muçulmano Democrático ou um Partido Popular da Umbanda?

A orientação religiosa é de foro íntimo, é opção de cada um, não devendo ser associada a decisões do Estado, que afetarão todos os habitantes do país, dos mais diversos credos e seitas. Quando isso acontece, surgem tensões incontroláveis, de características passionais, que podem resultar até em sangrentas guerras civis – como ocorreu, por exemplo, na antiga Iugoslávia –, evidentemente, associadas também a conflitos étnicos.

A questão dos preservativos

Mas, voltando à campanha eleitoral deste ano, o ponto pior é a motivação torpe com que os argumentos religiosos estão sendo introduzidos no debate. Definitivamente não se trata de convicção autêntica, mas de artifício de campanha com o interesse de utilizar como massa de manobra os fiéis de cada credo, ao sabor das candidaturas.

A hipocrisia insuflada por partidários de José Serra joga para a opinião pública que Dilma não merece o voto dos cristãos por defender o aborto; por sua vez, para não perder os preciosos

votos, a candidata volta atrás no que disse clara e corretamente: o aborto é uma questão de saúde pública. Em momento algum se defende a institucionalização do aborto como método contraceptivo ou como prática corriqueira. Mas uma vez que não se investiu o suficiente em educação, prevenção ou segurança – estas, sim, capazes de evitar a gravidez indesejada, de extremo risco ou fruto de ação criminosa –, o Estado deve, sim, prover a quem necessitar e desejar, condições dignas e seguras para a realização do procedimento.

A Igreja condena o uso de preservativos sob a alegação de que esta prática favorece a permissividade sexual; não vê a distribuição da popular camisinha nem como prioridade no combate à escalada da Aids. Será que num possível governo Serra, o Ministério da Saúde vai parar de distribuir preservativos nos postos de saúde? Certamente, não. Então, utilizando os mesmos critérios aplicados a Dilma, os cristãos não deveriam também votar no Serra, que estaria se posicionando contra os preceitos defendidos pela Igreja.

Em troca de benefícios espúrios

Eu sou católico, sou contra a prática do aborto, mas tenho que reconhecer o direito de quem pensa diferente de mim. De outra forma, teríamos que aceitar que, se o presidente fosse eleito por uma maioria de Testemunhas de Jeová, seria lícito que ele enviasse ao Congresso uma Medida Provisória proibindo as transfusões de sangue nos hospitais. Se fosse judeu, poderia transformar a circuncisão num procedimento rotineiro do SUS, obrigatório a todos os meninos. Ou se fosse representante da maioria evangélica, proibiria o corte de cabelo para as mulheres. Ou ainda, se fosse presbiteriano, ser-lhe-ia permitido decretar a obrigatoriedade do pagamento do dízimo.

Parece que as pessoas não se dão conta do absurdo cometido ao colocarem o nome de Cristo no jogo sem nenhuma santidade da política, perdido entre Serras, Dilmas, Obamas e Bushs.

Se descesse hoje à Terra, Ele repetiria com certeza a cena narrada pelo Evangelho de São João, fazendo um açoite com cordas e expulsando todos os vendilhões e manipuladores de votos do seu Templo: "Tirai isto daqui e não façais da casa do Pai uma casa de negócios".

Portanto não sejamos vendilhões, negociantes de coisas de ordem moral em troca de benefícios políticos espúrios, infringindo tacitamente o segundo Mandamento da Lei de Deus: não invocar o seu Santo Nome em vão.

16) Mídia não debate as contradições

Por Ana Carla Barbosa em **19/10/2010**

Confesso que meu ânimo não é dos maiores diante da ideia de escrever mais um artigo. Redigir qualquer coisa que faça uma certa lógica. Podem esculhambar este desânimo, eu deixo. Jornalista tem mais é que dizer mesmo, meter informação em todo lugar onde ela for necessária. Por favor, também não se assombrem com o vocabulário. Simplesmente resolvi fazer jus ao que tenho visto, ouvido, lido por aí.

Tanta incoerência me causa dores terríveis no estômago. Todavia, meu estômago não chega a ser problema. Problema é estarmos presenciando um atentado à democracia da pior espécie. Atentado velado.

Qualquer ser que pense, imploro, seja atento: espalhar correntes na internet satanizando posições favoráveis ao aborto e à união civil estável entre pessoas do mesmo sexo para depois pronunciar-se em rede nacional tão favorável quanto os outros partidos a este mesmo tipo de união, além de omitir a normatização do aborto em casos de estupro e risco à vida da mãe durante a atuação no Ministério da Saúde não é incoerência? Fazer campanha senso comum, taxando brasileiros de palhaços bancadores de bolsas e prometer décimo terceiro para o Bolsa Família não é incoerência? Dizer que o atual governo é censor e ser apoiado por um jornal que demitiu uma funcionária por manifestar sua opinião de forma honesta e aberta não é incoerência?

Nada de pluralidade, nada de respeito, nada de ética

A dúvida é direito de todos e a considero saudável. O que não considero saudável é a conivência. Não podemos ser coniventes com candidato ou partido que faz alianças não assumidas. Que manipula e confunde discussões. Que se aproveita da simplicidade de uma população para rotular seu voto.

Mesmo que os maiores veículos de comunicação se empenhem de forma tamanha em uma campanha que prefiro chamar de golpe, ainda não consigo deixar de dizer o que querem calar. Liberdade de imprensa é diferente de liberdade de expressão e ambas exigem responsabilidade.

Repito, a sensação de nadar contra a corrente faz com que pensemos em nada dizer. Faz a gente desacreditar em um mínimo de análise, um mínimo de crítica. Apesar de ter o fôlego abalado, a fé e a vontade de apresentar os fatos tais como eles são relembram e cobram a verdadeira função do Jornalismo: informar com veracidade.

Neste segundo turno, me apanho numa inquietação. O que seria mais grave? Não explicitar o apoio e a opinião política dos veículos de comunicação fora de seus editoriais ou não debater a contradição da campanha tucana? Parece um jogo de tudo ou nada. As oligarquias têm e vêm com tudo, a democracia fica com o nada. Nada de pluralidade, nada de respeito, nada de ética.

17) Aborto, criminalização e hipocrisia

Por Túlio Muniz em 23/11/2010

Em 2007, Portugal, tão religioso quanto o Brasil, legalizou o aborto. Desde então não ocorrem mortes por uma prática que lá era tão disseminada quanto é cá. Para o sociólogo José Manuel Mendes, da Universidade de Coimbra, a presença do navio da ONG holandesa Women on Waves (Mulheres nas Ondas) em águas internacionais limítrofes com o Atlântico português

em 2005 – e o imenso fluxo de portuguesas que conseguiam o aborto em alto mar – gerou uma discussão nacional tamanha que deixou evidente o problema, resolvido sem traumas no plebiscito de dois anos depois. A ONG, holandesa, mantém seu site em várias línguas, de países de maioria católica: polonês, francês, espanhol, português e inglês (por conta da Irlanda).

O navio da ONG nunca veio ao Brasil e talvez não o faça. Mas o aborto vez ou outra ancora nos discursos públicos, como foi na disputa eleitoral deste ano, e em acontecimentos localizados, como o fechamento de clínicas "clandestinas" – quase um eufemismo, pois funcionando há anos e procurados por muitos clientes, tais estabelecimentos podem ser tudo menos "clandestinos".

Anonimato estatístico

Em Fortaleza, o fechamento recente de uma clínica de aborto com assistência médica a R$ 2,5 mil mobiliza a imprensa com discursos variando entre o conservadorismo, o legalismo e a hipocrisia. A abordagem da mídia local (e em geral se dá o mesmo país afora) concentra-se no aspecto policial da questão, e a tendência de sensacionalismo, com raras exceções, veda maiores espaços para um debate franco sobre um problema nacional que os números não permitem que permaneça silenciado.

Segundo o jornal O Povo de 11-11-2010, só neste ano 6.383 mulheres buscaram a rede pública de saúde para o tratamento de curetagem, procedimento indicado após um aborto. Em 2009 foram 10.514. São mais de 100 mil abortos anuais no país, afora os milhares de "clandestinos". É evidente que as águas estão agitadas e deve-se rever a invisibilização que nega à mulher brasileira a gestão do próprio corpo. Ou as classes média e alta, entrincheiradas no moralismo, só vão encarar a questão se os "clandestinos" publicizarem os nomes dos seus pares, dos que podem pagar pela segurança e pelo anonimato estatístico vedado à população pobre que recorre ao SUS?

18) Eleição não é profissão de fé

Por Augusto Dauster Pontual em **26/10/2010**

A trajetória de trinta e um anos de luta pela radicalização da democracia e defesa dos direitos e da cidadania exige que o Inesc - Instituto de Estudos Socioeconômicos se posicione sobre os acontecimentos que têm marcado o segundo turno das eleições para presidente da República. Além de ser uma campanha que mais parece uma guerra, dá sinais de retrocesso no processo frágil de democracia conquistado a duras penas pela maioria da sociedade brasileira.

O desespero para ganhar as eleições a qualquer preço levou o candidato da coligação PSDB/DEM/PPS a desviar o debate eleitoral para o obscurantismo com características fundamentalistas. A política foi substituída pela profissão de fé, como se fosse necessário para ser eleito apresentar provas da prática religiosa que cada um exercita. E com isso se acua o adversário, se chantageia.

A dificuldade de distinguir a religião dos direitos civis tem levado a campanha eleitoral por caminhos obscuros e ressuscitado organizações de triste memória, como a TFP e a Opus Dei, que tanta importância tiveram no apoio aos anos de chumbo da ditadura militar/civil. O preconceito e a discriminação contra as mulheres e os homossexuais ganha contornos de inquisição, faltando somente acender a fogueira. A discussão sobre o aborto tornou-se uma questão de posição pessoal. A grande mortalidade de mulheres que são vítimas do aborto ilegal e inseguro é ignorada, mesmo sendo a maior causa de internação de mulheres no SUS.

Proposta que não permita retrocessos

Até agora, não se permitiu ao eleitor conhecer, discutir e aprofundar propostas e compromissos de políticas públicas que façam avançar o desenvolvimento econômico, social, político e cultural do país. Os dois projetos distintos para o país não mostraram suas diferenças. A disputa eleitoral está reduzida ao campo da crença e da fé.

Por tudo isso, o Inesc se posiciona contra qualquer proposta de governo que ameace os direitos já conquistados e a radicalização da democracia brasileira. Defende o Estado laico. Apoia propostas de governo que se comprometem com um desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente sustentável e que combata todas as formas de desigualdade, preconceito e discriminação. E que não permita retrocessos.

19) Com a paciência esgotada

Por Luciano Martins Costa em **27/10/2010**

Comentário para o programa radiofônico do OI, 27/10/2010

Às vésperas do segundo turno da eleição para a Presidência da República, os jornais abrigam citações dando conta de que ninguém mais aguenta os discursos, os factóides e as discussões de campanha. Esta seria, segundo algumas análises, a causa do aumento no número de eleitores que se declaram indecisos ou adeptos do voto nulo ou em branco.

Segundo o instituto Datafolha, o índice de pessoas que não pretendem dar o voto a nenhum dos dois candidatos subiu de 2% para 5% entre as duas últimas pesquisas, enquanto o total de indecisos subiu de 3% para 8%.

Esses indicadores apontam a possibilidade de que muita gente se anime a viajar para a praia ou para o campo no sábado (29/10), aproveitando o prolongamento do feriado de 2 de novembro.

No Rio de Janeiro, o governo do estado mudou o feriado do Dia do Servidor Público Estadual de quinta para a segunda-feira (1/11), o que, segundo os jornais, deve estimular os eleitores de renda mais alta a se ausentar no dia da votação. Segundo a Folha de S.Paulo, essa medida tenderia a reduzir a votação nos bolsões da Zona Sul do Rio, onde se concentram os eleitores de José Serra.

Direito ao voto

Há de tudo nas análises, mas o ponto comum entre elas é certo esgotamento com o debate superficial e a baixaria que marcaram a campanha neste segundo turno.

Depois de contaminada pela questão do aborto, que foi artificialmente amplificada pela própria imprensa, a disputa se enredou em denúncias de corrupção lançadas e requentadas diariamente, e em nenhum momento o debate se aproximou das eventuais idéias que os contendores possuem para seus planos de governo. Promessas e acusações mútuas encerram o espetáculo.

Nesse estado de espírito, o eleitorado aguarda o último debate, marcado para esta sexta-feira na Rede Globo – depois da novela, claro. É bastante provável que, nesse horário, muitos deles já estejam em seus carros ou nas filas dos aeroportos, viajando para longe das urnas.

Na segunda-feira, 1º de novembro, a imprensa vai provavelmente registrar os altos índices de abstenção e alertar para o risco que corre a democracia quando a população se desinteressa do direito ao voto – sem tocar na hipótese de que a própria imprensa, ao estimular a baixaria, teria contribuído para o desânimo do eleitor.

20) O papa interfere na campanha

Por Luciano Martins Costa em **29/10/2010**

Comentário para o programa radiofônico do OI, 29/10/2010

Os jornais desta sexta-feira [29/10] dão repercussão à suposta mensagem do papa Bento 16, divulgada por religiosos brasileiros e inserida de última hora na campanha eleitoral. Discute-se principalmente se o fato interfere ou não nas intenções de voto, e a maioria dos analistas procurados pela imprensa entende que as cartas estão na mesa e que nem mesmo o papa poderá alterar a tendência do eleitorado em favor da candidatura governista.

Os jornais acabaram indo na mesma direção que tomou conta de toda a campanha: a discussão barroca e obscurantista sobre o aborto. No entanto, o fato mais relevante envolvendo a suposta declaração do papa, transmitida por um bispo que atua mais como cabo eleitoral do que como sacerdote, é que, sendo verdadeira, trata-se de intervenção descabida de um chefe de Estado em assuntos internos de outro país.

Haverá quem diga que Bento 16 não fala como estadista do Vaticano, mas como líder religioso. Firulas. O texto com as supostas palavras do papa já está nas ruas, o que revela o objetivo eleitoral da declaração.

Duas capas

No outro lado do espectro de cobertura da campanha, a revista Época faz um experimento interessante. Nas bancas, o leitor pode escolher entre uma capa com a entrevista de Dilma

Rousseff ou a outra, onde o entrevistado é José Serra. Para os assinantes, uma revista que tem na capa os dois candidatos. Outra novidade: as perguntas encaminhadas a Dilma e Serra foram selecionadas entre as mais de 600 questões enviadas pelos leitores num período de 48 horas.

Além de mostrar agilidade, a revista se desvia das armadilhas da campanha e oferece aos seus leitores a oportunidade de conhecer melhor cada candidato e suas propostas de governo. De quebra, Época esclarece como funciona o presidencialismo brasileiro e publica a pesquisa Valores Brasil 2010, sobre as expectativas dos brasileiros em relação ao próximo governo.

Esse deveria ter sido o espírito da cobertura de toda a imprensa, durante toda a campanha.

21) O fim da campanha eleitoral

Por Washington Araújo em **30/10/2010**

Os últimos dias da campanha eleitoral 2010 registraram coisas bem inusitadas. A começar pelo Vaticano, com o papa em pessoa, Bento 16, afirmando que é dever dos bispos católicos orientar os fiéis sobre o voto em candidatos que se oponham ao aborto. Os intelectuais logo deram um jeito de mostrar desaprovação a esta indevida intromissão do Vaticano em assuntos internos do Brasil. Afinal estamos em eleição e esta etapa final tem sido marcado pela questão do aborto, com acusações de que a candidata "matava as criancinhas" e com o bispo de Guarulhos (SP) ordenando a impressão de estupendos 20 milhões de folhetos com material eleitoral contendo discurso típico da campanha oposicionista. Mas os candidatos Dilma Rousseff e José Serra preferiram não cutucar a onça religiosa com vara curta e responderam com o clássico "Amém!"

Já na blogosfera o coral parecia mais afinado. Só que na contramão do comando papal: Bento 16 deveria utilizar seu santo tempo na consolação das milhares de vítimas de padres pedófilos em tantos países do mundo e deixar as coisas da política brasileira para os próprios brasileiros.

Outros religiosos da mesma congregação apostólica romana aconselharam no moderno Twitter que o pontífice "dedicasse um tempo a título de silêncio obsequioso". Em questão de minutos tínhamos na web fotos de José Serra beijando estatuetas de santos. E o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dizendo que o papa apenas mostrou coerência com a posição da igreja católica, que é a de condenar o aborto.

Em São Paulo tivemos caminhada em apoio a José Serra saindo do Largo de São Francisco. Cerca de 3 mil pessoas. Mas o que os portais na internet divulgaram com vivo interesse foi que o sapato de FHC perdeu o solado. As fotos o mostravam com a perna um pouco acima do chão e o sapato escancarando a famosa boca de jacaré. Há muitos anos não via uma imagem tão inusitada e divertida envolvendo um ex-presidente da República, um dos últimos eventos deste segundo turno da campanha e um sapato literalmente em petição de miséria. No mesmo horário, no Recife, o presidente da República arrastava cortejo com estimadas 100 mil pessoas e em menos de 48 horas chorava em público por estarem se esvaindo seus dias como presidente do Brasil.

Em miúdos

Durante toda a sexta-feira (29/10), o assunto mais comentado era o último debate a ser transmitido pela Rede Globo de Televisão em horário nobre. Formato diferente: 80 pessoas indecisas de todo o Brasil, selecionadas pelo instituto de pesquisas Ibope, fazendo perguntas sobre temas pré-agendados. Os candidatos também podiam se movimentar livremente no palco. Na função de observador da imprensa anotei o seguinte sobre os candidatos:

** Dilma Rousseff apresentou calma, conseguiu concatenar de forma lógica suas ideias, mencionou números, dados técnicos e guardou distância regulamentar de raciocínios apressados e postura agressiva. Estava como peixe em aquário familiar, tocando em diversos temas, arranhando um ou outro, mostrando maior proximidade de quem fazia a pergunta (o tal eleitor indeciso). E, finalmente, foi objetiva, direta nas respostas. Estava tão à vontade que até pilheriou, riu com o apresentador William Bonner por questão de erro da própria Globo na cronometragem de seu tempo em uma de suas últimas intervenções.

** José Serra estava livre, leve e solto. Fazia questão de mostrar forçada amizade e familiaridade com quem fazia a pergunta, carregando na pronúncia do nome. Aquele jeito de "desde sempre fomos amigos de infância". Usou muitas frases de efeito, expressou suas impressões pessoais, deu estocadas no varejo no governo atual. Pareceu estar sempre pronto a recitar slogans de campanha. Ameaçou ser agressivo, mas se conteve. Parecia temer um embate direto com a adversária.

Serra foi beneficiado amplamente com as tomadas do cameraman, principalmente em sua fala final, quando a câmera fechou em close em seu rosto. Enquanto isso, o enquadramento no momento em que Dilma fazia suas considerações finais pegava sempre ela de perfil e, quando de frente, de corpo inteiro.

Trocando em miúdos: Dilma falou com plano aberto de câmera e de lado para o vídeo. Serra ficou dois minutos em close falando direto ao coração do eleitor. Como me dizia um colega professor desde os tempos do caso Proconsult, em 1982: "Meu caro, para bom entendedor..."

Retrocesso indesejado

Essa opção de colocar "indecisos" diante de suas potenciais opções merece algumas observações. Primeiro, os indecisos parecem ter sempre o perfil daquele brasileiro desencantado com a vida, sofrido pra chuchu, desiludido com a sociedade como um todo e suas falas parecem ter início a partir do portão de sua casa. Como são perguntas lidas, ficam com aquele jeito de coisa escrita e revisada umas duas ou três vezes, adquirindo assim forma de cacoete literário. O nível das perguntas, a forma como estavam formuladas beneficiavam o estilo Dilma de comunicação – nada de muito rebuscado, se é que me entendem.

As respostas de Dilma guardavam correlação com o próprio nível das perguntas. Mas o recorrente estilo de reclamação da realidade brasileira – seja na segurança seja na saúde – beneficiava o discurso de José Serra, que ultimamente tem apresentado em seus programas eleitorais e em entrevistas o Brasil terra arrasada onde nada funciona, nada dá certo, tudo merece nota inferior a zero.

De qualquer forma, tem gente apostando o braço direito de que boa parte das perguntas foram feitas na própria redação do Jornal Nacional ou do Jornal da Globo, e não pelos "indecisos". Curioso que dentre o conjunto de 12 perguntas formuladas por cada "indeciso", parece que o que valeu mesmo foi o critério de seleção usado pela emissora do Jardim Botânico: nenhuma pergunta sobre privatização, Petrobras, disseminação da banda larga, nem cheiro de qualquer comparação entre os períodos 1995-2002 e 2003-2010.

(O leitor deve ter notado que sempre coloco entre aspas a palavra "indeciso". Faço isso porque como gato escaldado já vi gente ser apresentada como indecisa em debate do primeiro turno desta mesma eleição e, na verdade, o sujeito tinha não apenas vínculo profissional partidário como estava engajado até o pescoço na campanha de uma candidatura.)

Para fechar este meu raciocínio devo destacar que, bem antes do final do debate, a câmera captou um dos "indecisos" se levantando para aplaudir a fala do candidato tucano.

Ao cabo e ao fim, considero que o melhor debate destas eleições foi aquele mediado pelo jornalista Fernando Rodrigues e promovido pelo UOL-Folha de S.Paulo. E o melhor de tudo é que os falsos temas não vieram para ficar: assim como chegaram, se foram. Seria um retrocesso imperdoável para a sociedade brasileira voltarmos a repensar a relação do Estado brasileiro com a Igreja...